UNIVALI
UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ

Programa de Mestrado Acadêmico em Administração – PMA

ANDREI GIOVANI MAIA

SUSTENTABILIDADE E ECOTURISMO:

um estudo de multi-casos em agências turísticas do Município de Joinville / SC

Biguaçu
2005

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

ANDREI GIOVANI MAIA

SUSTENTABILIDADE E ECOTURISMO:

um estudo de multi-casos em agências turísticas no Município de Joinville / SC

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração, na Universidade do Vale de Itajaí - UNIVALI, Programa de Mestrado Acadêmico em Administração - PMA.

Orientadora: Prof.ª Dra. Elaine Ferreira.

Biguaçu
2005

ANDREI GIOVANI MAIA

SUSTENTABILIDADE E ECOTURISMO:
um estudo de multi-casos em agências turísticas do Município de Joinville / SC

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Administração e aprovada pelo Mestrado Acadêmico em Administração, da Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Mestrado Acadêmico em Administração.

Área de Concentração: Administração: organizações e sociedade.

Biguaçu, ____ de julho de 2005.

_____
Elaine Ferreira, Dra.
UNIVALI – PMA Biguaçu
Orientadora

_____
Anete Alberton, Dra.
UNIVALI – PMA Biguaçu
Examinadora Interna

_____
Harrysson Luiz da Silva, Dr.
UFSC - Florianópolis
Examinador Externo

_____
Paulo dos Santos Pires, Dr.
UNIVALI – Balneário Camboriú
Examinador Externo

Dedicatória

Dedico este trabalho à Lílian Ap. Roden Maia, minha querida esposa pelo apoio e compreensão, aos meus pais, Herondina e Valter Maia, pelo incentivo e motivação e a Deus, por estar sempre comigo em tudo que faço.

Agradecimentos

Agradeço a minha orientadora Elaine Ferreira pela atenção, dedicação e incentivo, aos professores que me receberam de braços abertos, às empresas pela atenção e participação e a todas as pessoas direta ou indiretamente envolvidas nesta pesquisa.

Epígrafe

Acredito que a coisa mais importante neste mundo, não é onde nós nos encontramos, mas em que direção caminhamos.

Goethe.

RESUMO

Diante do crescimento desenfreado das economias mundiais gerado pela industrialização durante o século XX, sinais de exaustão do meio ambiente se refletem sobre sociedade. Com a intenção de amenizar ou eliminar os problemas provenientes do desenvolvimento industrial, a Organização das Nações Unidas (ONU) vem liderando nas últimas três décadas, as conferências direcionadas às questões sociais, como o aumento populacional, a fome e a concentração de renda e principalmente ambientais, como o aquecimento global e a exaustão dos recursos naturais. Discutido desde a primeira conferência, em 1972, surge, com o Relatório Brundtland em 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável, tendo seus princípios difundidos a partir de 1992, com a RIO-92. Com a crescente difusão dos princípios da sustentabilidade por vários países, os setores produtivos também passam a adotá-los, na tentativa de reduzir ou eliminar muitos problemas sociais e ambientais, gerados pela intensa exploração dos recursos naturais. Dentro dos setores agrícolas, industriais e de serviços, as empresas passam a utilizar o termo "sustentável" e os princípios da sustentabilidade, como uma postura mais ética e responsável frente a sociedade e ao meio ambiente. No setor de serviços, o turismo sustentável ganha impulso com uma de suas modalidades, o ecoturismo. Considerado um tipo de turismo a ser oferecido de forma sustentável, segundo seus conceitos, o ecoturismo vem crescendo rapidamente e é utilizado, atualmente, com os mais variados objetivos. Porém, o intenso crescimento de sua oferta em ambientes naturais tende a desviar a modalidade do contexto da sustentabilidade. Assim, estudar as dimensões da sustentabilidade presentes na oferta do ecoturismo, torna-se relevante, pois, os impactos gerados afetam diretamente as comunidades locais e ao ambiente natural. Considerando que as empresas envolvidas na oferta desta modalidade têm uma grande responsabilidade na prevenção, proteção e preservação dos recursos naturais e culturais, este trabalho teve como objetivo, analisar a sustentabilidade do ecoturismo oferecido por três agências turísticas do Município de Joinville / SC, identificando o atendimento das dimensões da sustentabilidade e apontando sugestões para melhorias na oferta da modalidade. Com o estudo múltiplo de casos das agências ecoturísticas em profundidade, esta pesquisa qualitativa obteve resultados surpreendentes que podem contribuir para futuro do ecoturismo no município estudado. Além disso, este trabalho é uma proposta de análise da sustentabilidade, tanto para o ecoturismo oferecido por empresas do ramo turístico, como para outros setores da economia (ou organizações), desde que, evidentemente, realizadas as devidas adaptações.

Palavras-Chave: crescimento, sustentabilidade, ecoturismo.

ABSTRACT

Before the uncontrolled growth from the world economies generated by the industrialization during the 20 th century, signs of environment exaustion are reflected on the society. Intending to soothe or eliminate the problems of the industrial development, the Organization of the United Nations (UN) comes leading in the last three decades, the conferences concerned to the social issues, as the increase populacional, the hunger and the concentration of income and mainly environmental, as the global heating and the exaustion of the natural resources. Discussed from the first conference, in 1972, with the Brundtland Report of the 1987, shows up the concept of sustainable development, having this way diffused its principles starting from 1992, with the RIO-92 Conference. With the diffusion increasing of the principle of the sustainability by many countries, the productive sectors also adopt them, in the attempt of to reduce or even eliminate many social and environmental problems generated by the intense natural resources exploration. Within of the agricultural, industrial and of services sectors, the companies start to use the “sustainable” term and the principles of the sustainability, as a more ethical and responsible posture face to the society and the environment. In the sector of services, the sustainable tourism get impulse with one of its modalities, the ecotourism. Considered a type of tourism to be offered in a sustainable way, its second concepts, the ecotourism comes growing quickly and it is used, nowadays, with the most varied objectives. Even so, the intense growth of its offer in natural environment tends to deviate the modality of the context of the sustentability. Thus, to study the dimensions of the sustentability present in the offer of the ecotourism, becomes its important, because, the generated impacts affect the local communities directly and to the natural environment. Considering that the companies involved in the offer of this modality, its have a great responsibility in the prevention, protection and preservation of the natural resources and cultural, this work had as objective, to analyze the sustainability of the ecotourism offered by three tourist agencies of the Municipal district of Joinville / SC, identifying the attendance of the dimensions of the sustainability and to indicate suggestions for improvements in the offer of the modality. With the multiple study of cases of the agencies ecotouristics in depth, this qualitative research obtained surprising results that can contribute to future of the ecotourism in the studied district. Besides, this work is a proposal of analysis of the sustainability, so much for ecotourism offered by companies of the touristic actitity, as for another sectors of the economy (or organizations), since, evidently, accomplished the due adaptations.

Key-words: growth, sustainability, ecotourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Algumas atividades turísticas em ambientes naturais.....62
Quadro 2 - Resumo das trilhas de Joinville e região.....92
Quadro 3 - Variáveis motivacionais para o ecoturismo em Joinville/SC.....107
Quadro 4 - Visão, missão e valores das agências turísticas estudadas.....108
Quadro 5 - Resumo das variáveis qualitativas e das respostas obtidas na entrevista à Agência 1.....120
Quadro 6 - Resumo das variáveis qualitativas e das respostas obtidas na entrevista à Agência 2.....135
Quadro 7 - Resumo das variáveis qualitativas e das respostas obtidas na entrevista à Agência 3.....149
Quadro 8 - Condições de atendimento das dimensões da sustentabilidade.....159
Quadro 9 - Identificação das inter-relações entre variáveis qualitativas de cada dimensão da sustentabilidade para o ecoturismo.....162

Figura 1 - Relação entre desenvolvimento sustentável, turismo sustentável e ecoturismo.....53
Figura 2 - Identificação das principais áreas naturais e parques do município de Joinville (Carta imagem de Joinville e região obtida pelo Satélite Land Sat ETM 7, em 07 de maio de 2000). 91
Figura 3 - Mapa das trilhas da Cachoeira do Rio da Prata e do Morro da Tromba.....93
Figura 4 - Mapa da trilha do Pico Jurapê e Região do Rio Piraí.....95
Figura 5 - Mapa da trilha do Monte Crista.....97
Figura 6 - Mapa das trilhas de acesso ao Castelo dos Bugres e ao Morro Pelado.....99
Figura 7 - Mapa das APAs Serra Dona Francisca e Quiriri.....102
Figura 8 - Mapa do Morro do Boa Vista e Morro do Iririú.....106

Gráfico 1- Comparação dos dados da distribuição em nível regional das experiências de Agenda 21 Local no Brasil, referente aos anos de 2002 e 2004.....77

SUMÁRIO

RESUMO vii
ABSTRACT viii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES ix
1 INTRODUÇÃO 12
1.1 Justificativa e importância da pesquisa 15
1.2 Estrutura da pesquisa 17

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 18
2.1 O desenvolvimento econômico sem precedentes 18
2.2 O Iminente colapso do modelo de desenvolvimento econômico 20
2.3 Desenvolvimento sustentável: conceitos, contradições, princípios e dimensões 25
2.3.1 Origem e conceito de desenvolvimento sustentável 25
2.3.2 Conceito de desenvolvimento sustentável 29
2.3.3 A sustentabilidade, suas indefinições e contradições 31
2.3.4 O desenvolvimento sustentável como paradigma 39
2.3.5 Princípios da sustentabilidade 42
2.3.6 Dimensões (ou Critérios) da sustentabilidade. 45
2.4 Turismo sustentável e o ecoturismo 50
2.5 Ecoturismo: para além da dimensão econômica 54
2.5.1 Do turismo ecológico ao ecoturismo: um breve histórico 54
2.5.2 Conceitos e práticas de Ecoturismo 56
2.5.3 Atrativos e atividades ecoturísticas 60
2.5.4 O Ecoturismo e as dimensões da sustentabilidade 64
2.5.5 Organizações turísticas e ecoturismo: uma relação de sustentabilidade 67
2.6 A Agenda 21: Um guia para o desenvolvimento sustentável 71
2.6.1 Origem da Agenda 21: Histórico e objetivos 71
2.6.2 Agenda 21 Brasileira 74
2.6.3 Agenda 21 local 76
2.6.3.1 Agenda 21 Catarinense 78
2.6.3.2 Agenda 21 Municipal de Joinville/SC: incentivando o desenvolvimento do ecoturismo em bases sustentáveis 78

3 METODOLOGIA 81
3.1 Indicação e justificação do paradigma que orienta o estudo 81
3.3 Fases de desenvolvimento da pesquisa 82
3.4 Procedimentos e instrumentos de coleta e análise dos dados 83
3.5 Seleção dos participantes e a estratégia de pesquisa 85

4 RESULTADOS DA PESQUISA....88
4.1 O Município de Joinville / SC e seu potencial natural para o ecoturismo....88
4.1.1 O Morro da Tromba....92
4.1.2 O Pico Jurapê....94
4.1.3 O Monte Crista....95
4.1.4 O Castelo dos Bugres....97
4.1.5 A Região do Rio Piraí....99
4.1.6 Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca e Quiriri....100
4.1.7 A Estrada Bonita....103
4.1.8 Parque Municipal Caieiras....103
4.1.9 O Morro do Boa Vista e o Parque Zoobotânico....104
4.1.10 O Morro do Iririú ou Parque Municipal Morro do Finder....105
4.2 Informações gerais das agências ecoturísticas participantes....107
4.2.1 Estudo de Caso: Agência 1....109
4.2.1.1 Conclusões do Estudo de Caso da Agência 1....120
4.2.2 Estudo de Caso: Agência 2....122
4.2.2.1 Conclusões do Estudo de Caso da Agência 2....135
4.2.3 Estudo de Caso: Agência 3....139
4.2.3.1 Conclusões do Estudo de Caso da Agência 3....150
4.3 Considerações gerais do estudo....154
4.3.1 A Dimensão Econômica....155
4.3.2 A Dimensão Ambiental....156
4.3.3 A Dimensão Cultural....156
4.3.4 A Dimensão Social....157
4.3.5 A Dimensão Territorial....158
4.3.6 A Dimensão Política Interna....158

5 CONCLUSÕES... 164

6 RECOMENDAÇÕES....166
6.1 Limitações da pesquisa....166
6.2 Sugestões para futuras pesquisas....167

REFERÊNCIAS....169

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista....176

1 INTRODUÇÃO

A evolução do processo produtivo iniciado no século XIX com o impulso da Revolução Industrial, atingiu seu auge durante o século XX, quando homens e máquinas promoveram um aumento na escala produtiva de forma jamais vista antes na história da humanidade. O início do século XX, foi marcado pelo surgimento das grandes corporações e empresas que ditaram o ritmo da produção, criaram e desenvolveram novos métodos produtivos, através da aplicação dos princípios científicos da Administração. A consolidação do sistema capitalista, baseado no pensamento liberal, também contribuiu para o crescimento desordenado das economias mundiais, por não considerar os recursos finitos, apontando para um possível colapso ambiental.

A qualidade e a produtividade industrial aumentaram proporcionalmente com o consumo e com o aumento populacional. O ambiente, as organizações e as sociedades se tornaram mais complexas, e os problemas historicamente existentes como a miséria, a fome, a exploração humana e a concentração de renda, se intensificaram. Não bastassem tais problemas, surgem, nas últimas três décadas do século XX, sinais de esgotamento ambiental como mais uma grande ameaça a sobrevivência humana; o risco de exaustão dos recursos ambientais explorados intensamente pelos processos produtivos. Seus efeitos tendem a afetar negativamente, tanto a qualidade de vida do homem, como a sobrevivência e perpetuação de todo o planeta.

Diante deste quadro apocalíptico, a preocupação com as questões ambientais, gradativamente se tornaram foco de diversos estudos e debates, levando à realização de conferências pela Organização das Nações Unidas (ONU), como a Conferência de Estocolmo, na Suécia, em 1972, a Conferência de Nairobi, no Quênia, em 1982, e a Conferência do Rio de Janeiro - Rio 92, realizada no Brasil no ano de 1992, evento este que disseminou o termo desenvolvimento sustentável, como o desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades das gerações atuais

sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras (CMMAD, 1988). A partir da década de 1990, a sustentabilidade, seus conceitos e princípios foram sendo adotados e adaptados por regiões, organizações e pela sociedade. As normalizações ambientais de qualidade, como a série ISO 14000, suas variações e a Agenda 21, foram sendo adotadas em vários países.

Os setores da economia passaram a adotar o termo (desenvolvimento) sustentável como uma nova alternativa de produção mais limpa, responsável e consciente. Desta forma, a agricultura sustentável, os processos industriais sustentáveis e o setor de serviços como o turismo sustentável e suas modalidades, com destaque para o ecoturismo, têm como objetivo reduzir ou eliminar os impactos negativos do crescimento econômico sobre a sociedade e meio ambiente. Os ambientes social e organizacional, tornam-se mais complexos e interdependentes.

O fato é que, com o aumento da complexidade para a sociedade e para as organizações, a exigência sobre as pessoas (principalmente sobre os profissionais) fez surgir novos problemas, antes desconhecidos, e novas necessidades relacionadas a qualidade de vida. O desgaste físico e mental das pessoas, cada vez mais intenso, as levou a buscarem novas atividades de lazer, onde o contato e contemplação da natureza são o principal atrativo. O contato com o ambiente natural, passou a constituir mais uma alternativa turística, onde empresas do ramo turístico, passaram a oferecer diversas atividades de lazer, hoje, reconhecidas internacionalmente como ecoturismo. Assim, com o aumento da demanda por atividades ecoturísticas e de sua importância em nível global, nos últimos 20 anos, a ONU vem reconhecer o ano de 2002, como o ano do ecoturismo.

Contudo, o aumento da demanda ecoturísticas em diversos países e suas regiões, ligado ao despreparo das organizações ofertantes do ecoturismo mostram indícios de massificação da oferta desta modalidade do turismo sustentável, trazendo consigo, riscos consideráveis à sustentabilidade local. A exploração desta atividade, de forma desordenada e irresponsável tende a comprometer seriamente a sustentabilidade dos destinos onde se realizam e das regiões exploradas, gerando impactos negativos irreversíveis sobre a cultura da comunidade local (receptora), a sua economia e seus recursos naturais. A extinção de animais, a poluição das matas, rios e suas nascentes, os desmatamentos, os incêndios florestais, a eliminação de tradições e valores culturais das localidades exploradas, a miséria e desemprego regional são apenas alguns dos impactos negativos que o turismo em

áreas naturais podem causar. Observa-se, então, que as organizações envolvidas na exploração de atividades como o ecoturismo, têm grandes responsabilidades na oferta, planejamento e execução das atividades junto à natureza e às comunidades locais. É exatamente, neste ponto que as possibilidades de estudo da sustentabilidade tornam-se amplas e necessárias.

Esta pesquisa propõe estudar o ecoturismo e sua relação com desenvolvimento sustentável do ponto de vista das empresas ofertantes deste tipo de turismo do Município de Joinville/SC. Sob o **tema** “sustentabilidade e ecoturismo: um estudo de multi-casos em agências turísticas do município de Joinville/SC”, esta pesquisa buscou responder, portanto, “como as dimensões da sustentabilidade estão incorporadas nos programas relacionados ao ecoturismo oferecido por agências turísticas do Município de Joinville/SC”, partindo das dimensões da sustentabilidade definidas por Ignacy Sachs, através de um estudo qualitativo. Logo, seu **objetivo geral** é analisar a sustentabilidade do ecoturismo oferecido por agências turísticas do município de Joinville/SC, através de suas dimensões. Para alcançar o objetivo geral, destacam-se os seguintes **objetivos específicos**:

1. identificar as dimensões de sustentabilidade para o ecoturismo, partindo das dimensões da sustentabilidade definidas por Ignacy Sachs;
2. conhecer os principais programas ecoturísticos desenvolvidos pelas agências e operadoras turísticas do município de Joinville/SC;
3. relacionar as dimensões de sustentabilidade com os principais programas ecoturísticos desenvolvidos pelas agências e operadoras turísticas do município de Joinville/SC;
4. verificar o atendimento das dimensões da sustentabilidade pelos programas ecoturísticos desenvolvidos pelas agências e operadoras turísticas do município de Joinville/SC.

Diante de tais objetivos é possível analisar a sustentabilidade ecoturística através das empresas que exploram este tipo de turismo, apontando seus pontos fortes e fracos em cada dimensão da sustentabilidade analisada.

1.1 Justificativa e importância da pesquisa

A sustentabilidade tem sido discutida por diversos setores e em diversos níveis da sociedade. No contexto dos estudos científicos, a sustentabilidade vem sendo abordada em obras de pesquisadores como Ignacy Sachs (1986, 2002), Herman E. Daly (1991), Robert Costanza (1994), Clóvis Cavalcanti (1996), além de artigos científicos de autores como Carlos A. Sampaio (2000), Montibeller-Filho (2001), Patrícia Mousinho (1998), Jalcione Almeida (1996) entre outros. Tais obras dão uma visão ampla dos princípios e da importância para a sociedade e para o planeta de um desenvolvimento em bases sustentáveis. Há, no entanto, a necessidade de estudos direcionados ao contexto organizacional e regional, tendo em vista as características particulares de cada localidade ou região. As propostas e pesquisas da sustentabilidade são amplas e consideram a necessidade de adaptações locais mas, somente um estudo focado em cada região, poderá apresentar resultados e conclusões mais específicas, dada a diversidade e a complexidade existente no estudo do desenvolvimento sustentável.

A forma como a sustentabilidade é incorporada e administrada pelas organizações permite identificar o sucesso ou a fragilidade do planejamento e dos programas das empresas no uso sustentável dos recursos, principalmente dos recursos naturais. Delimitada ao contexto do setor terciário, esta pesquisa propõe estudar especificamente as agências e operadoras turísticas, focando o ecoturismo por se tratar de uma modalidade do turismo sustentável.

O aumento na demanda por atividades junto ao ambiente natural, incentivado pelo ecoturismo, nos últimos anos e o conseqüente aumento dos impactos negativos nestes mesmos ambientes, sinalizam a oferta de um turismo de massa, insustentável, em médio e longo prazo, **justificando** este trabalho. Como o ecoturismo, atualmente, é explorado principalmente por agências e operadores turísticos, a busca pela sustentabilidade no ecoturismo deve partir destas organizações, pois, apesar de não serem os únicos responsáveis no que se refere a sustentabilidade do ecoturismo, as agências turísticas são as maiores responsáveis.

Sua **importância** está em analisar dentro das dimensões da sustentabilidade (de Ignacy Sachs) os programas das agências e operadoras turísticas na oferta da atividade ecoturística, possibilitando conhecer o atual quadro das dimensões

diretamente envolvidas com o ecoturismo e estabelecer um mapeamento mais detalhado e preciso da atividade organizacional sobre a sociedade e sobre o meio ambiente de determinada localidade. O conhecimento destas informações qualitativas, permite ações corretivas e preventivas futuras dos impactos negativos junto às comunidades locais e ao meio ambiente, além de possibilitar melhorias, desde a sua programação e planejamento até a execução das atividades ecoturísticas.

Além disso, sua **relevância científica** confirma-se ao apresentar uma alternativa de análise científica da sustentabilidade de uma atividade do turismo sustentável – neste caso, o ecoturismo - num contexto organizacional (empresarial), através da identificação e análise das dimensões da sustentabilidade presentes na atividade. Quanto a relevância social, a pesquisa está direcionada ao atendimento das diretrizes da Agenda 21 municipal que destaca a importância da oferta de atividade ecoturística de forma sustentável em ambientes naturais e em comunidades locais, contribuindo para o desenvolvimento regional sustentável.

O **Caráter inédito** desta pesquisa está em propor uma análise da sustentabilidade da atividade ecoturística através das dimensões da sustentabilidade envolvidas, onde seus resultados permitam um maior conhecimento do ecoturismo oferecido no Município de Joinville/SC, a identificação da sustentabilidade ou insustentabilidade do ecoturismo oferecido em cada agência turística estudada e a melhoria da oferta do ecoturismo na região escolhida para a pesquisa. As pesquisas do ecoturismo no Brasil ainda são incipientes, apesar de suas características naturais serem bastante propícias a esta atividade, o que possibilita pesquisas inéditas principalmente sobre a sustentabilidade da modalidade do turismo sustentável.

Quanto a **contribuição científica** desta pesquisa, baseia-se na apresentação de resultados da análise da sustentabilidade, através de suas dimensões. Além disso, sua aplicação pode contribuir para os estudos organizacionais, envolvendo os diversos setores da economia e a sociedade. Desta forma, a ciência da administração está presente ao abordar os programas ecoturísticos desenvolvidos pelas organizações turísticas (agências turísticas), seu planejamento, organização, direção e controle. Para o turismo, contribuirá no conhecimento e no aprofundamento do estudo do turismo sustentável e para o desenvolvimento

sustentável trará contribuições futuras para o desenvolvimento regional, principalmente à comunidade local (receptora).

1.2 Estrutura da pesquisa

A pesquisa está estruturada da seguinte forma: na primeira parte, a fundamentação teórica aborda a problematização do tema, os conceitos, princípios do desenvolvimento sustentável, contradições e dimensões da sustentabilidade, o turismo sustentável e o ecoturismo e a agenda 21 (global, nacional, estadual e municipal). Na segunda parte, é apresentada a metodologia com os procedimentos adotados na pesquisa. A terceira parte aborda os resultados obtidos no estudo de multi-casos das agências turísticas ofertantes do ecoturismo no Município de Joinville/SC. Na quarta parte são analisados os resultados e apresentadas as conclusões da pesquisa sobre a sustentabilidade do ecoturismo no Município de Joinville/SC.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Aprofundar os estudos sobre o desenvolvimento sustentável é um desafio para a ciência, pois, dentre os vários conceitos e abordagens a respeito deste assunto, existem também os vários interesses que muitas vezes geram conflitos. Do item 2.1 ao 2.3 são abordadas as problemáticas do modelo de desenvolvimento atual, os conceitos de sustentabilidade, as contradições, os princípios e dimensões do desenvolvimento sustentável, contribuindo para a maior compreensão deste importante tema ao se considerar o nosso futuro comum. Os itens 2.3 ao 2.6, abordam o turismo sustentável, o ecoturismo e a Agenda 21 como importantes alternativas na busca pelo desenvolvimento regional sustentável.

2.1 O desenvolvimento econômico sem precedentes

A Revolução Industrial possibilitou mudanças irreversíveis no contexto do desenvolvimento econômico mundial ao promover a substituição da produção artesanal pela produção industrial. Durante todo o século XX, a indústria teve um papel preponderante no crescimento e desenvolvimento de muitas economias mundiais.

Conforme destaca Alberton (2003, p. 32),

> o desenvolvimento industrial nos finais do século XIX nos Estados Unidos e na Europa Continental levou à necessidade de aperfeiçoamento dos princípios tradicionais da organização, bem como deu continuidade ao desenvolvimento do capitalismo nas primeiras décadas do século XX, o qual resultou no surto industrial que vem até nossos dias.

O surgimento e a evolução da administração como ciência, levou as empresas a se tornarem cada vez mais eficientes e eficazes. O aumento da escala produtiva, a exemplo da indústria automobilística de Henry Ford que segundo Gorender (1997, p. 311) “incorporou a doutrina de Frederick Winslow Taylor e

introduziu a denominação de regime fordista-taylorista", possibilitou uma maior oferta de produtos e seus preços tornaram-se mais acessíveis a um número cada vez maior de pessoas.

O ano de 1929 dá início a mais séria crise econômica mundial mantendo-se até 1933, período este, conhecido como a Grande Depressão. O principal motivo desta crise foi o excesso geral de produção sobre a demanda, gerando como conseqüência: a queda brusca da produção, falência de empresas, desemprego em massa, redução de salários, lucros e preços. (SANDRONI, 1994).

Neste cenário de crise econômica mundial, a teoria do economista inglês John Maynard Keynes, apresentada em 1936, passa a ser adotada por muitas economias mundiais. A obra Keynesiana destaca a importância da intervenção do Estado na vida econômica, não havendo a total autonomia da empresa privada como ocorrera na doutrina liberal até então aplicada.

Na década de 1940 nasce o neoliberalismo, doutrina político-econômica que representa uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno. (SANDRONI, 1994). Mas, foi a partir de 1950, que o modelo econômico neoliberal se solidificou com a expansão industrial, impulsionado com o advento das tecnologias, muitas delas desenvolvidas com objetivos bélicos e mais tarde adaptadas às necessidades industriais. Inicia-se então, o processo globalização econômica, com a expansão das grandes corporações por vários países onde, segundo Ferreira e Viola (1996, p. 11),

> a globalização da economia tem um momento decisivo na década de 1950, em que se formam as corporações multinacionais – atores econômicos com estratégia global – que vão progressivamente saindo do controle dos Estados-nações e que na década de 1980 transformaram-se em corporações transnacionais, diluindo-se as diferenças nacionais entre matrizes e filiais.

Na década de 1980, o processo de globalização se tornou mais rápido e abrangente com os avanços e o crescente uso das tecnologias de informação (satélites, fibras óticas), o que possibilitou o aumento no fluxo de capitais, e de atividades comerciais, além da intensificação dos investimentos no exterior pelos bancos e pelas empresas multinacionais dos países centrais (RIBEIRO, 2003). Neste mesmo período, surgem os programas de qualidade total e melhoria contínua, cujo principal objetivo é elevar os níveis de qualidade de produtos e serviços oferecidos dentro de uma economia global mais exigente.

Nos anos 1990, novos sistemas de gestão empresarial (softwares) e de comunicação (Internet, telefonia celular, informática) dão um novo impulso ao processo globalização, e o setor de serviços amplia-se consideravelmente em vários países, principalmente no Brasil. O neoliberalismo avançou após as mudanças conjunturais, estruturais e culturais que ocorreram na sociedade e se consolidou definitivamente na década de 90 principalmente após a desestruturação dos Estados-Nações diante dos imensos déficits públicos, e o fracasso das economias centralizadas no final da década de 80.

A globalização se fortalece trazendo ideologicamente a esperança de um mercado global, sem fronteiras e sem protecionismo onde é possível aos países em desenvolvimento alcançarem o “pleno desenvolvimento econômico”. Mas o que se percebe são contradições e um grande distanciamento em relação ao que prega a ideologia do mercado globalizado.

Segundo Ianni (1996, p. 99),

> Globalização rima com integração e homogeneização, da mesma forma que com diferenciação e fragmentação. A sociedade global está sendo tecida por relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, integração e antagonismo, soberania e hegemonia. Trata-se de uma configuração histórica problemática atravessada pelo desenvolvimento desigual, combinado e contraditório.

Como contrapartida do crescimento econômico desigual, ocorrido no século XX e intensificado nas suas duas últimas décadas, além dos problemas sociais como a pobreza e miséria, historicamente conhecidos e intensificados neste período, vários sinais de exaustão do meio ambiente natural tornaram-se cada vez mais evidentes em todo o planeta. O modelo de desenvolvimento, alcançado pelos denominados países ricos e tão almejado pelos países pobres, apresenta sinais de fragilidade e de insustentabilidade, pois, “são visíveis os sinais de que o processo econômico global tende a esbarrar em restrições ambientais” (CAVALCANTI, 1996, p. 320).

2.2 O Iminente colapso do modelo de desenvolvimento econômico

Baseado no paradigma neoliberal, o modelo econômico capitalista tem como principal referência o crescimento econômico, que, conforme define Gremaud et al

(2000, p. 46), é “a ampliação quantitativa da produção de todos os bens e serviços, isto é, o crescimento do PIB” (Produto Interno Bruto). Com o objetivo de aumentar a produção e a venda de produtos e serviços, o estímulo ao consumo é crescente, caracterizando uma economia consumista.

Ainda segundo Gramaud et al (2000, p. 46),

> O termo **crescimento** (grifo do autor), no entanto, não necessariamente está associado ao desenvolvimento econômico, que se refere à elevação da qualidade de vida dos residentes do país. Em outras palavras, os parâmetros fornecidos pela Contabilidade Nacional não podem ser tomados isoladamente, ao serem comparados níveis de bem estar social entre países.

Porém, o crescimento econômico teve um papel fundamental na história da humanidade ao proporcionar o desenvolvimento econômico, a certas nações, isto é, melhores condições de vida e de bem estar para alguns países, mas, ao mesmo tempo gerou problemas de proporções incalculáveis a outras nações que também almejam tal desenvolvimento.

Para Cavalcanti (1996, p. 321), “crescendo a economia, penaliza-se o meio ambiente irremediavelmente, pois aumenta a extração de recursos e eleva-se a emissão de dejetos”. Mesmo nos países considerados “desenvolvidos”, como por exemplo os Estados Unidos, o Japão, a Alemanha, um dos grandes problemas do modelo atual de desenvolvimento, está vinculado ao crescimento desordenado da economia, pressionando intensamente o meio ambiente sem considerar sua capacidade de suporte, como se fosse a economia, um sistema fechado. Porém, a economia é apenas um subsistema aberto de um sistema total finito e fechado, sendo necessário definir a escala ótima da economia (DALY, 1991), sendo a definição desta escala um grande desafio para a ciência.

Outro problema quanto ao modelo atual de desenvolvimento, está relacionado aos efeitos entrópicos, “ou seja, em derradeira instância o processo econômico empregando matéria e energia de baixa entropia, transforma-as em matéria e energia de alta entropia, quer dizer, dejetos que o ecossistema tem que absorver” (CAVALCANTI, 1996, p. 322) ou nos termos de Daly (1991, p. 4),

> mais propriamente, *throughputs* (grifo do autor), ou seja, o fluxo de recursos naturais de baixa entropia (*inputs*), passando através das transformações da produção e do consumo, e voltando à natureza sob a forma de resíduos (*outputs*), seja para aí se acumularem, seja para ingressarem em ciclos biogeoquímicos e, através da energia solar, voltarem a fazer parte de estruturas de baixa entropia que podem novamente ser úteis à economia.

Dentro do processo econômico, estes recursos naturais transformados em produtos pelas indústrias tornam-se lixos ou resíduos de difícil absorção pela natureza, provocando acúmulos de resíduos que segundo Georgescu-Roegen (1974) *apud* Cavalcanti (1996, p. 320), “termina irremediavelmente em sujeira, quer reciclável, quer não-reciclável”.

Para os anos posteriores a 2050, as tendências apontam para um quadro crítico, uma vez que, “mantido o crescimento médio da economia mundial da última década, o planeta não terá como atender a demanda por recursos naturais, nem capacidade de estocagem e tratamento de rejeitos.” (ALMEIDA, 2003, p. 127).

Além da problemática do crescimento desordenado e indefinido da economia e dos efeitos entrópicos sobre o meio ambiente, há outra grande preocupação para a humanidade; o crescimento demográfico, pois segundo Daly (1991, p. 7), “dado que a escala é o produto da população multiplicado pelo uso *per capita* dos recursos naturais, podemos supor que teria de haver uma limitação para ambos os fatores”. O fato é, que não bastaria apenas limitar o uso *per capita* de recursos naturais, mas também haveria a necessidade de uma forma de limitação da população.

Os estudos do economista e clérigo inglês, Thomas Robert Malthus, que viveu no período de 1766 a 1834, em sua obra “An Essay on the Principle of Population as it Affects the Future Improvement of Society” (Ensaio sobre o Princípio da População e como Ele Afeta o Futuro Desenvolvimento da Sociedade), já apontavam as preocupações do efeito da população sobre o desenvolvimento da sociedade.

> O que o ensaio dizia a respeito da população era que havia uma tendência na natureza da população de ultrapassar todos os meios possíveis de subsistência. Ao ascender para um nível cada vez mais elevado, a sociedade era apanhada em uma armadilha sem escapatória, por causa da qual a urgência reprodutiva humana iria inevitavelmente empurrar a humanidade para a perigosa beirada do precipício da existência. Em vez de ser dirigido para a Utopia, o rebanho humano seria condenado para sempre a ser agitado pelas constantes batalhas travadas entre bocas famintas que se multiplicavam e o eternamente insuficiente estoque de mantimentos da Natureza, por mais que o armário dela estivesse abastecido. (HEILBRONER, 1996, p. 76)

A obra Malthusiana, que alerta para o perigo do crescimento da população em progressão geométrica em relação ao crescimento da produção de alimentos em progressão aritmética, reaparece e reascende a discussão da fragilidade do modelo de desenvolvimento econômico atual. A possibilidade de alimentos transgênicos

(geneticamente modificados) seria uma alternativa para o curto e médio prazo, mas não elimina, em longo prazo, o problema da falta de alimentos para as futuras gerações, mesmo porque ainda não existem estudos que confirmem a confiabilidade ou os reais impactos destes alimentos no organismo humano (segurança alimentar), apesar dos seus usos e consumos já serem uma realidade.

O setor agrícola, tem acompanhado o ritmo de crescimento populacional dos três últimos séculos, contudo, para Almeida (2003, p. 130),

> de 1996 a 1998, por exemplo, a agricultura representou quase um quarto do PIB dos países mais pobres. Mas o uso atual dos ecossistemas vem determinando uma redução de sua capacidade produtiva. Estão hoje em processo de extinção 26.000 plantas, 1.100 mamíferos, 1.200 aves e 700 peixes de água doce.

Resumidamente, ocorre que para atender a demanda por alimentos, há o aumento da produção agrícola, o solo recebe uma sobrecarga de produtos químicos que no médio e longo prazo afetam o subsolo (lençóis de água), e enfraquecem ou inutilizam o solo para futuras plantações. Os agrotóxicos aplicados, afetam não somente a saúde humana, gerando doenças muitas vezes incuráveis, mas também são levados para o subsolo, riachos, rios e praias, contaminando todo o ecossistema local. Há também o assoreamento de rios e riachos devido à inadequada utilização do solo que se torna totalmente inutilizado para novas plantações. Com o solo cada vez mais desgastado, há o aumento do uso de fertilizantes, produtos químicos cuja matéria-prima é o petróleo, recurso natural não-renovável de grande impacto sob o solo. Diante da iminente inutilização do solo, novas áreas são devastadas (principalmente por queimadas que emanam na atmosfera gases tóxicos) e exploradas desordenadamente, reiniciando então, todo um ciclo de depleção do meio ambiente, tudo isso, em nome do crescimento econômico.

Almeida (2003, p. 127) destaca que, “atualmente 80% da população do planeta vive em países em desenvolvimento e esse percentual será de 85% por volta de 2015”, aumentando a problemática social e ambiental nestes países. Já para 2050, ainda afirma Almeida (2003, p. 129) que “em 2050, teremos mais 50% da população atual, reforçando que o planeta não suportará tal demanda por recursos naturais”.

Além disso, para Daly (1991, p. 16),

> uma vez ultrapassada a escala ótima, o crescimento subseqüente irá nos tornar mais pobres e não mais ricos, e teremos ainda menos para repartir

> com os pobres (é claro que “repartir” é justamente o que se quer evitar através de mais crescimento).

A referência de Câmara (2003, p. 162) é clara: “o crescimento demográfico de uma forma ou de outra, algum dia terá que estacionar, pois será impossível uma expansão contínua em um mundo com recursos finitos”. Portanto, o aumento populacional descontrolado tende a aumentar o nível de miséria, pobreza e degradação ambiental. Mas a sua redução drástica também tende a afetar a cultura, a economia e a sociedade.

No contexto industrial, o desejo desenfreado de crescimento econômico tem efeitos negativos de grandes proporções. Os aumentos no consumo de produtos industrializados, aquecem as linhas de produção, que geram mais empregos e conseqüentemente renda, mas que em contrapartida, exigem do país uma maior estrutura na produção de energia necessária para atender a demanda do processo produtivo.

Ressalta Goldemberg (2003, p. 172):

> com a explosão populacional dos últimos dois séculos e com o aumento do consumo de energia *per capita*, o consumo total de energia no mundo aumentou cerca de 100 vezes em relação ao consumo do passado distante. Isso só foi possível através do aumento do uso de carvão como fonte de calor e potência, no século 19; do uso de motores a explosão interna, que levaram ao uso maciço do petróleo e de seus derivados; e do uso da eletricidade gerada inicialmente em usinas hidrelétricas e, depois, em usinas termelétricas.

Isto mostra a tendência de ampliação e de construção de novas usinas pelos governos, como as termelétricas que se utilizam de carvão, recurso este não-renovável, hidrelétricas que ao serem ativadas atingem comunidades e agridem o meio ambiente com suas águas, ou ainda as usinas nucleares que também podem gerar impactos incalculáveis tanto para a humanidade, como para os demais seres vivos. Também os gases liberados pelas indústrias e usinas espalhadas por todo o mundo, como o dióxido de carbono(CO^2) ou o clorofluorcarbono (CFC), nesta ordem, promovem o aquecimento da terra (efeito estufa) e afetam e a camada de ozônio. Seus efeitos muitas vezes são sentidos em regiões distantes daquelas que causam os problemas e conforme salienta Câmara (2003, p. 163),

> O acréscimo de CO^2 é, em larga medida, decorrente do aumento da queima de combustíveis fósseis – carvão, petróleo e gás natural – para atender ao vertiginoso crescimento da produção de energia, indispensável para suprir as necessidades de uma população em rápida expansão.

Câmara (2003, p. 163) também destaca que, “as conseqüências futuras do incremento do efeito estufa no planeta ainda não estão claramente quantificadas, mas possivelmente poderão tornar-se catastróficas”. O derretimento das grandes geleiras polares, por exemplo, tende a elevar o nível dos mares, atingindo em cheio as cidades litorâneas onde se concentra a maior parte da população do planeta, além de alterar a temperatura e as correntes marinhas causando alterações climáticas imprevisíveis. Estes são apenas alguns dos efeitos devastadores, causados pelo modelo de desenvolvimento econômico atual (neoliberal), detectados sobre o meio ambiente, a sociedade, a cultura, os territórios e sobre a própria economia.

2.3 Desenvolvimento sustentável: conceitos, contradições, princípios e dimensões

Diante do agravamento dos problemas sociais, econômicos e ambientais, gerados pela busca desenfreada por crescimento econômico, novas concepções de desenvolvimento tendem a surgir. A necessidade de desenvolver respeitando os limites impostos pelo ambiente natural, levaram aos estudos do desenvolvimento sustentável. Tais estudos, apontaram para diversas abordagens conceituais, surgindo também diversas contradições e debates a respeito do termo desenvolvimento sustentável. Assim, dos itens 2.3.1 ao 2.3.5, são apresentadas as origens, os conceitos, as contradições, os princípios e dimensões do desenvolvimento sustentável.

2.3.1 As origens do desenvolvimento sustentável

Diante dos impactos negativos dos processos produtivos, exploratórios e consumistas do modelo de desenvolvimento capitalista, uma nova teoria tende a se formar. O desenvolvimento sustentável, vem caracterizando-se como uma nova

vertente. Segundo Sampaio (2000, p. 99), “se distancia da ótica economicista, que deseja assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento societário vigente, que valora economicamente tanto os aspectos ambientais como os sociais”. Neste sentido Thomas Kuhn (2000, p. 95) destaca que “o fracasso das regras existentes é prelúdio para a busca de novas regras”, ou seja, a fragilidade no paradigma de desenvolvimento atual abre espaço para o surgimento de um novo paradigma. As preocupações sobre os caminhos trilhados pela humanidade e o destino das futuras gerações, têm origem com os ambientalistas e começou a adquirir força a partir da década de 1970.

Uma das primeiras organizações a apontar os riscos de um crescimento econômico contínuo foi o Clube de Roma, uma organização multinacional criada em 1968, pelo italiano Aurélio Peccei e pelo químico inglês Alexander King, que ganhou atenção internacional ao publicar em 1972 seu primeiro relatório, sob o título “Os limites do crescimento” (*The Limits to growth*), pois previa que caso as tendências verificadas em relação à população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e depleção de recursos, não fossem alteradas, os limites para o crescimento no planeta seriam atingidos em 100 anos. (MEADOWS, 1978; MOUSINHO, 2003).

Com o surgimento dos debates e estudos dos impactos negativos causados pelo crescimento econômico desordenado para a sociedade e o meio ambiente, aumentam as preocupações entre as nações sobre o destino do planeta. Assim, a primeira grande conferência realizada em nível global pela Organização das Nações Unidas (ONU) ocorreu na cidade de Estocolmo, na Suécia, no ano de 1972. A Conferência de Estocolmo, abordou questões a respeito dos problemas ambientais, como a poluição atmosférica, o crescimento populacional e o crescimento versus desenvolvimento, além da criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Estas discussões evoluíram, levando os estudos em direção a um desenvolvimento mais abrangente, no qual, a necessidade de se considerar a capacidade de suporte do meio ambiente, torna-se o centro do debate.

Dois anos após a Conferência de Estocolmo, no *Centre International de Recherche sur L´Environnement et lê Développement (CIRED),* o economista nascido na Polônia e naturalizado francês Ignacy Sachs e sua equipe interdisciplinar apresentam o conceito de ecodesenvolvimento, resultado da discussão da problemática ambiental iniciada na Conferência de Estocolmo. Ignacy Sachs (2002)

reconhece mais tarde, que ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável possuem o mesmo significado, pois, ambos estão fundamentados na harmonia de objetivos, sociais, ambientais e econômicos, passando a adotar o termo desenvolvimento sustentável em seus trabalhos. Além disso, segundo Sampaio (2002, p. 28),

> com a Declaração de Cocoyoc de 1974 e o Relatório Que Faire, apresentado no final de 1975, pela Fundação *Dag Hammarskjold* por ocasião da 7ª Conferência Extraordinária das Nações Unidas, reutilizaram as idéias de Sachs e de sua equipe, entretanto, sem utilizar o termo Ecodesenvolvimento de forma explícita e sim as expressões Um outro Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentado (grifos do autor).

A construção do novo conceito parte da crítica à visão economicista e ao desenvolvimentalismo, denunciando-os como reducionismo econômico e como responsáveis pela geração dos problemas sociais e ambientais. (MONTIBELLER-FILHO, 2001, p. 43). Diante da visão economicista e da problemática ambiental levantada na década de 1970, poucas ações concretas foram tomadas. Em seu relatório, a Comissão Mundial para o Desenvolvimento e Meio Ambiente – CMMAD (1988, p. 08) destaca que,

> na década de 70, o número de pessoas atingidas por catástrofes “naturais” a cada ano dobrou em relação à década de 60. As catástrofes mais diretamente ligadas à má administração do meio ambiente e do desenvolvimento – secas e inundações – foram as que afetaram o maior número de pessoas e as que se intensificaram mais drasticamente em termos de vítimas.

Os problemas das economias baseadas no consumismo não foram superados e o distanciamento econômico entre países ricos e pobres acentuou a problemática ambiental. A acelerada degradação ambiental apontou para a insustentabilidade sócio-ambiental do modelo de desenvolvimento econômico. Assim, em 1982, realizou-se, a Conferência de Nairobi (no Quênia), para avaliar alguns resultados obtidos até aquele momento, referente ao atendimento das determinações estipuladas nas conferências anteriores. Surge então, em 1983, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que em 1987 apresenta, à Assembléia Geral da ONU, o relatório “Nosso Futuro Comum” ou “Relatório Brundtland”**,** com o conceito de desenvolvimento sustentável.

Antes mesmo da conclusão do Relatório Brundtland, a conferência mundial sobre a conservação e o desenvolvimento, da União Internacional para a Preservação da Natureza e dos Recursos Naturais – UICN (Canadá, 1986), colocou

o conceito de desenvolvimento sustentável e eqüitativo como um novo paradigma. (MONTIBELLER-FILHO, 2001).

Alguns anos mais tarde, em 1992, o Brasil veio sediar na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Também chamada de RIO-92, ou ainda ECO 92, esta conferência foi o principal marco na disseminação dos conceitos e princípios do desenvolvimento sustentável, despertando o interesse das organizações e da sociedade para as novas tendências do desenvolvimento. Tendo como objetivo alertar o mundo sobre a problemática ambiental, foi reconhecida a necessidade de integração e equilíbrio entre as questões ambientais, sociais e econômicas para a sobrevivência humana. Também foram adotados três grandes acordos: “a Agenda 21, a Declaração do Rio e a Declaração de Princípios das Florestas e lançadas para receber assinaturas, a Convenção sobre Mudança do Clima e a Convenção sobre a Diversidade Biológica” (MOUSINHO, 2003, p. 363).

Cinco anos após a RIO 92, foi realizada a Assembléia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque, chamada de Rio+5, que tinha como objetivo, segundo Mousinho (2003, p. 362),

> a revitalização e o estímulo aos compromissos com o desenvolvimento sustentável, o reconhecimento de falhas e a identificação das razões dos fracassos, o reconhecimento dos avanços e a identificação das ações que poderiam impulsioná-los, a definição de prioridades para os anos seguintes e a atenção para os temas insuficientemente trabalhados.

Ainda em 1997, ocorre em Quioto, no Japão a convenção da ONU cujo foco dos debates era a mudança do clima no planeta. Nesta convenção ficou definido que os países industrializados deveriam reduzir em 5% suas emissões de gases de efeito estufa entre 2008 e 2012 e que os envolvidos deveriam apresentar o progresso alcançado de suas ações até 2005 como parte do compromisso pactuado.

No ano de 2002, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável se reuniu, desta vez na cidade de Joanesburgo, na África do Sul. Organizada pelas Nações Unidas, e denominada de Rio+10, a Conferência de Joanesburgo teve como principal objetivo, o reforço do envolvimento político com o desenvolvimento sustentável, propondo-se a representar um passo à frente na passagem de conceitos para a ação. (MOUSINHO, 2003, p. 362). Assim, durante décadas de discussões e debates a respeito da problemática ambiental, o estudo da

sustentabilidade se caracteriza por um lento e gradativo processo de aprofundamento político e científico.

2.3.2 Conceito de desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu da preocupação do homem quanto aos impactos de suas ações sobre o meio ambiente natural e da importância deste ambiente para sua própria sobrevivência.

Apresentada como “desenvolvimento sustentado” no Relatório Que Faire em 1975, por ocasião da 7ª Conferência Extraordinária das Nações Unidas, a expressão passa a ser reconhecida por “desenvolvimento sustentável” e conceituada no Relatório Brundtland, publicado em 1988.

Segundo Capra (2003, p. 19),

> o conceito foi introduzido no início da década de 1980, por Lester Brown, fundador do Worldwatch Institute, que definiu comunidade sustentável como a que é capaz de satisfazer às próprias necessidades sem reduzir as oportunidades das gerações futuras.

Contudo, ao se considerar a expressão desenvolvimento sustentável, é importante, primeiramente, esclarecer o significado de cada palavra que a compõe: a **primeira** delas é a palavra desenvolvimento que pode levar a diversas interpretações, tendo em vista suas implicações ideológicas, de senso comum ou literatura especializada. Na atual conjuntura, o termo desenvolvimento tem sido comparado ao termo crescimento. A busca pelo desenvolvimento econômico, dentro de uma economia neoliberal, está diretamente ligada ao crescimento econômico, pois, segundo Dornbusch e Fischer (1991, p. 858), “o desenvolvimento econômico ocorre quando o bem estar econômico das pessoas de um país aumenta no decorrer de um período longo”. Dentro deste paradigma capitalista, não há como desenvolver uma economia sem que haja o crescimento desta economia.

O prefácio do Relatório Brundtland (1988), destaca que a palavra desenvolvimento foi empregada num sentido muito limitado, focando apenas o contexto econômico, o que não permite inferir que simultaneamente haverá desenvolvimento em toda a sua magnitude. Muitas vezes uma nação é considerada

rica ou desenvolvida “economicamente”, mas, por exemplo, pode ser considerada pobre ou subdesenvolvida do ponto de vista sócio-ambiental.

Então, afinal, o que vem a ser desenvolvimento?

Segundo Montibeller-Filho (2001, p. 53), “desenvolvimento é “uma noção universalmente desejada” e traz em si a idéia de progresso, melhoria”. Para Herman Daly (1991), o desenvolvimento está ligado a uma melhoria qualitativa, diferindo do crescimento por este estar ligado ao acréscimo, isto é, aumento quantitativo. Então, parte-se do princípio que o desenvolvimento está vinculado a uma condição da vida humana qualitativamente melhor.

Quanto a **segunda** palavra, sustentável, ela é originária do latim *sus-tenere*¸ sendo usada em inglês desde 1290, passando a ser um termo empregado com maior freqüência a partir de meados dos anos de 1980, quando assume também dimensões econômicas e sócio-ambientais. (EHLERS, 1996). Seu significado está ligado ao termo durar, manter, suportar. Como o ser humano é o foco do desenvolvimento, então, o que deve ser durável ou sustentável é a própria existência humana. Assim, ao juntar as palavras, desenvolvimento e sustentável, tem-se a expressão desenvolvimento sustentável, que no sentido mais próximo do significado das palavras que compõem a expressão, refere-se à melhoria qualitativa de vida do homem e de sua capacidade de se manter ou durar ao longo do tempo.

O desenvolvimento sustentável é conceituado pela CMMAD (1988, p. 44), como aquele que “procura atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro”. Além disso, o Relatório Brundtland destaca os três componentes fundamentais para desenvolvimento sustentável: proteção ambiental, crescimento econômico e eqüidade social. (MOUSINHO, 2003).

Já para Tietenberg (1994, p. 94),

> as formas sustentáveis de desenvolvimento representam uma atitude diferente, pois conseguem elevar o padrão de vida da geração atual, sem destruir a base de recursos naturais e ambientais da qual depende, em última instância, toda a atividade econômica.

Portanto, há de fato, uma aproximação entre a expressão desenvolvimento sustentável e seu conceito disseminado pelo relatório Brundtland, conforme identificou-se nas abordagens conceituais. Porém, também existem contradições

sobre a sustentabilidade, ainda não resolvidas, que dificultam o consenso a respeito do tema.

2.3.3 A sustentabilidade, suas indefinições e contradições

Muitas discussões, críticas e contradições, a respeito do termo sustentabilidade foram apresentadas, devido às definições e interpretações que o seu conceito proporciona. Referente a elasticidade da expressão desenvolvimento sustentável, Ehlers (1996, p. 126), destaca que,

> essa “elasticidade” tem permitido abrigar as mais diferentes visões acerca do crescimento econômico e da utilização dos recursos naturais, gerando uma série de dúvidas, não apenas conceituais mas, principalmente, relativas às implicações práticas dessa noção.

As diversas interpretações da expressão desenvolvimento sustentável, tendem a gerar distorções e conflitos devido às diferentes condições em que se encontram determinadas regiões. Além disso, concepções extremas sobre a atual situação global, conduzem a conclusões variadas sobre o futuro da humanidade.

Para Guimarães a*pud* Pires (2002, p. 62),

> apesar de a proposta de desenvolvimento sustentável parecer plenamente justificável e legítima, a sua aceitação generalizada tem-se caracterizado por ser acrítica e alienada em relação às dinâmicas sociopolíticas concretas, sem que se possa observar grandes avanços na busca de soluções originais.

Algumas indefinições e contradições a respeito do desenvolvimento sustentável são apresentadas a seguir: a **primeira** indefinição que leva a contradições, está relacionada a capacidade de suporte, pois, para que não seja comprometida a possibilidade de atendimento das necessidades e aspirações das gerações futuras é preciso delimitar o uso dos recursos naturais, o que consiste no uso sustentável dos recursos. Portanto, para o uso sustentável dos recursos naturais é preciso saber primeiramente qual a capacidade de suporte de um determinado local ou até mesmo de todo o planeta, e é exatamente este ponto, uma das mais difíceis, contraditórias questões em busca de respostas.

Diegues *apud* Pires (2002, p. 61) ressalta ainda que:

> o uso sustentado dos recursos naturais não é o mesmo que desenvolvimento sustentável, uma vez que a primeira opção pode ser adotada até por sistemas autoritários e tecnocráticos, enquanto a segunda possui um caráter mais amplo, estilos e padrões de desenvolvimento.

Uma **segunda** questão, ainda indefinida, sobre o desenvolvimento sustentável é que apesar do Relatório Brundtland salientar a importância de atender as necessidades das gerações atuais e futuras, não se sabe que necessidades são estas (EHLERS, 1996). Não há uma referência para o que compõe a necessidade humana. Seriam somente as necessidades básicas de sobrevivência, ou as necessidades dos países ricos? Devem-se atender somente as necessidades humanas ou a dos demais seres vivos?

Ao se observar estas questões, percebe-se que a natureza é reduzida a um mero fornecedor de recursos para a sobrevivência do homem, sem qualquer atenção aos demais seres vivos. Para sua sobrevivência, o homem precisa basicamente de três elementos fornecidos pela natureza, apresentados em ordem de importância: ar (gasoso), água (líquido), alimento (sólido). Considerando que para os demais seres vivos também se aplicam estes três elementos, ao se buscar sustentabilidade pela consideração destes três elementos, estar-se-á sustentando a biodiversidade necessária a sobrevivência humana e dos demais seres vivos.

Evidentemente, além das necessidades humanas básicas, as necessidades econômicas, sociais e culturais, entre outras, também são importantes, mas os programas de desenvolvimento sustentável não devem deixar de priorizar a adequada proteção dos três elementos que sustentam a vida no planeta, mesmo porque a questão da qualidade do ar e do aquecimento global, da escassez e poluição da água doce existente na superfície ou no subsolo e a questão da segurança, quantidade, qualidade alimentar, além do crescimento demográfico, já são focos de diversos estudos em todo o planeta.

Segundo Boeira (2004, p. 19),

> os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável têm sido criticados, analisados, ampliados, delimitados, aplicados de diversas formas, em diferentes organizações e com fins os mais variados.

Isto porque, em muitos casos, trata-se de um acerto político e não de uma realidade objetiva de fácil mensuração ou avaliação científica. Desta forma, avaliar, valorar ou medir a sustentabilidade, torna-se um desafio para muitos pesquisadores, abrindo um vasto campo, no que se refere aos estudos das ações de organizações,

comunidades e do poder público em relação aos programas e estratégias que atendam a sustentabilidade. Além disso, novos termos e expressões surgem constantemente, na tentativa de caracterizar a sustentabilidade, mas acabam contribuindo para novas confusões e distorções.

A fim de possibilitar um maior esclarecimento das expressões: desenvolvimento sustentável, crescimento sustentável e uso sustentável, empregadas como se tivessem o mesmo significado, Furlan (2003, p. 54) esclarece que, em seu entendimento:

> "**Crescimento** sustentável" é uma contradição em si mesmo: nenhum elemento físico cresce indefinidamente. "Uso sustentável" aplica-se somente a recursos renováveis: significa o uso desses recursos em quantidades compatíveis com sua capacidade de renovação. "Desenvolvimento sustentável" é empregado nessa estratégia com o significado de melhorar a qualidade de vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas. Mas a qualidade a partir de que valores? Em função de qual juízo?

Ao questionar sobre a qualidade da vida humana, a autora entra no campo dos valores sociais e culturais também muito subjetivos, pois, o que muitas vezes, é considerado sustentável para certa comunidade ou nação, pode ser considerado insustentável para outras.

A **terceira** contradição existente, envolve o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico, foco de críticas ao Relatório Brundtland. Neste Relatório consta que:

> a satisfação das necessidades essenciais depende em parte de que se consiga o crescimento potencial pleno, e o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas. Onde já são atendidas, ele é compatível com o crescimento econômico, desde que esse crescimento reflita os princípios amplos da sustentabilidade e da não-exploração dos outros (CMMAD, 1988, p. 47).

O Relatório Brundtland não deixa de ser uma proposta de adaptação do modelo capitalista neoliberal ao conceito de sustentabilidade, que, salienta a importância de se relacionar o crescimento aos princípios da sustentabilidade, mas que tende ao insucesso, devido aos mais diversos interesses humanos envolvidos na exploração dos recursos naturais.

Conforme Ehlers (1996, p. 128),

> o que há em comum, dentre os mais variados usuários da expressão, é que o desenvolvimento sustentável se caracteriza por um tipo de crescimento econômico contínuo através do tempo e benigno para o ambiente,

> premissas que, em escala global, beiram a contraditoriedade, pelo menos a curto prazo.

Estas são as premissas defendidas pelo Relatório Brundtland que abrem margens a distorções, críticas e geram contradições nos programas e estratégias de desenvolvimento sustentável. É como se o homem já tivesse plenas condições de pilotar a espaçonave Terra (administrar o Planeta Terra), nos termos do ambientalista David Orr. A idéia de administração planetária, permite também que o erro e a arrogância humana comprometam a sua própria sobrevivência e a dos demais seres vivos.

De acordo com Herman Daly (1991, p. 11),

> Mais do que ao planeta, precisamos administrar a nós mesmos, e a nossa auto-administração deveria ser nas palavras de Orr, “mais semelhante a fazer a estrutura de uma creche tornar-se à prova de crianças, do que pilotar a Espaçonave Terra”. A maneira de fazer um quarto tornar-se à prova de crianças é construir um espaço de escala ótima no qual as crianças fiquem brincando, onde elas estejam ao mesmo tempo livres e protegidas dos excessos de sua própria liberdade.

Esta exemplificação mostra que a intenção humana de administrar o Planeta Terra traz consigo, riscos que a própria humanidade desconhece, e é por este motivo, que o homem deve delimitar o seu raio de ação.

Mesmo que a intenção seja a redução das disparidades existentes entre países ricos e pobres, principalmente na dimensão econômica, isto é, uma distribuição mais equilibrada da riqueza entre as nações, há um risco considerável neste discurso, pois, o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que busca respeitar a capacidade de suporte do ecossistema. Se o modelo atual sabe-se ser insustentável, porque promover o crescimento tendo em vista o esgotamento dos recursos ambientais? O que garante o crescimento real dos países em desenvolvimento e a não interferência dos países chamados “desenvolvidos”?

Com base em Herman Daly (1991),

> O problema de considerar o desenvolvimento sustentável com crescimento é pressupor que o crescimento da escala vai, de fato, nos tornar mais ricos, quando é justamente essa a questão que está sendo discutida. (DALY, 1991, p. 16).

A questão é que em nossa atual economia “há uma série de vieses que tendem a induzir uma expansão da escala, ao mesmo tempo em que turvam nossa capacidade de reconhecer a escala ótima e de saber se já não a ultrapassamos”. (DALY, 1991, p. 12). Ainda segundo Daly (1991), o crescimento é visto

primeiramente como a cura para a pobreza e para a inflação; segundo, as políticas keynesianas para a recessão buscam aumentar a demanda agregada incentivando o crescimento econômico; terceiro, os custos do esgotamento do capital natural não são deduzidos das contas nacionais e quarto, os custos freqüentemente separados dos benefícios do crescimento não são experimentados ou nem mesmo testemunhados por aqueles que tomam decisões que ocasionaram tais custos. Esta tendência de indução da expansão da escala ocorre tão espontaneamente que passa despercebido pela sociedade. O consumismo está tão ideologicamente difundido que para o funcionamento do sistema econômico é indispensável estimular o crescimento sem qualquer fator limitante.

Uma **quarta** indefinição que gera forte divergência sobre sustentabilidade e está diretamente envolvida com a terceira contradição, é que no estudo do desenvolvimento sustentável, existem posicionamentos doutrinários extremos; desde os que pregam o desenvolvimento sem crescimento (Herman Daly, economista ecológico) até os que admitem o crescimento sem destruição (Ignacy Sachs, eco-sócio-economista). Na concepção de Daly (1991, p. 14),

> O desenvolvimento sustentável é **desenvolvimento sem crescimento,** sendo que:
> a) crescimento significa aumento de tamanho por adição de material através de assimilação ou acréscimo (ou seja, aumento quantitativo).
> b) Desenvolvimento significa expansão ou realização de potencialidades, levando gradualmente, a um estado mais pleno, maior ou melhor (ou seja, melhoria qualitativa).
> Em outras palavras, desenvolvimento sustentável é uma melhoria qualitativa que não implique um aumento quantitativo maior do que o aceitável pela capacidade de suporte, ou seja, a capacidade do ambiente de regenerar os *inputs* de matéria-prima e absorver os *outputs* residuais.

Portanto, Herman Daly (1991) parte do princípio que a escala da economia deve estar dentro da capacidade de regeneração do ecossistema, é o que ele chama de escala ótima de produção. Definitivamente não é o que ocorre nos dias atuais.

Para Costanza (1994, p. 122), a humanidade acaba “de entrar em uma nova era na qual o fator-limitante ao desenvolvimento não é mais o capital feito pelo homem, mas sim o capital natural remanescente”. Assim, seria possível o crescimento cujas suas bases estariam delimitadas pela capacidade de suporte do meio ambiente, a menos que já se estivesse às margens de um colapso ambiental pela extrapolação desta capacidade. Neste cenário, mesmo que fosse mantido

constante o ritmo produtivo, isto é, o que Herman Daly chama de crescimento zero, o limite de suporte natural já estaria superado e esta constante produtiva, não mais em crescimento, ainda assim, tenderia a gerar escassez de recursos para as gerações futuras, uma espécie de insustentabilidade por progressão aritmética. Isto vem reforçar que, “o crescimento econômico pode ser apoiado enquanto meta de planejamento dentro deste contexto apenas na medida em que for compatível com a sustentabilidade global em longo prazo”. (COSTANZA, 1994, p. 118).

Para Sachs (1986a, p. 53),

> O desafio consiste na redefinição das formas e usos do crescimento e não na desistência do crescimento. Em todo caso, a proposta de não-crescimento baseia-se numa lógica que de certo modo peca, quando invoca o fantasma da exaustão dos recursos: também uma economia estacionária consome recursos. Por que, então, nos contentarmos com um estado estacionário em vez de postularmos uma taxa negativa de crescimento?

A forma de crescimento considerado por Ignacy Sachs, de fato, não é o mesmo crescimento considerado atualmente, promovido desordenadamente, e sim uma forma de crescimento, baseado na harmonia e na ecoeficiência direcionada à reutilização e reciclagem, que através de novas tecnologias, possibilita o reaproveitamento dos resíduos, conservação de energia, água entre outros recursos, mesmo porque para este autor “o desenvolvimento sustentável é, evidentemente, incompatível com o jogo sem restrições das forças do mercado”. (SACHS, 2002, p. 55). Para Ignacy Sachs, a harmonização dos objetivos sociais, ambientais e econômicos culminaria no desenvolvimento sustentável (ou ecodesenvolvimento) sem a necessidade de desistência do crescimento.

Mas Cavalcanti (1996, p. 328), faz a seguinte colocação:

> Se, entre 1900 e 1994, a escala do sistema econômico mundial ampliou-se trinta vezes, (...), em um período em que a população do globo passou de 1,5 para 5,7 bilhões de habitantes – uma quase quadruplicação – e o ecossistema global não cresceu, algum conflito de escala deve existir entre a tendência do crescimento econômico e a da constância da dimensão ambiental.

Assim sendo, há uma tendência de um colapso global dos recursos se o crescimento continuar num ritmo descontrolado, pois, “Deus, Gaia ou a evolução estavam fazendo um belo trabalho de administração da Terra, até que a escala da população humana, do uso de recursos, e de tecnologia ficaram fora de controle”. (ORR *apud* DALY, 1991, p. 11).

Contudo, o crescimento zero não teria efeito numa sociedade basicamente economicista, pelo menos em curto e médio prazo e os resultados também tenderiam a ser catastrófico, pois, a estagnação do crescimento não aconteceria instantaneamente e mesmo que fosse possível, haveria a tendência de agravamento da miséria nos países economicamente mais pobres, principalmente devido ao aumento da população mais velha em relação à população jovem e adulta (economicamente ativa) levando à uma depressão profunda nas economias mundiais globalizadas. O efeito desta depressão sobre a humanidade teria, então, proporções desastrosas, sem necessariamente resolver os problemas sócio-ambientais. Desta forma, a visão de harmonia social, econômica e social de Ignacy Sachs, tende a ser a alternativa mais indicada para aplicação no atual contexto.

A afirmação de Sachs (2002, p. 52) aborda esta questão:

> a rejeição à opção do *crescimento zero* foi ditada por óbvias razões sociais. Dadas as disparidades de receitas entre as nações e o interior delas, a suspensão do crescimento estava fora de questão, pois isso deterioraria ainda mais a já inaceitável situação da maioria pobre. Uma distribuição diferente de propriedade e renda era certamente necessária. Esta era uma tarefa politicamente difícil, mesmo em condições de crescimento relativamente rápido, e provavelmente impossível em sua ausência.

São muito fortes, tanto as argumentações de Herman Daly (desenvolvimento sem crescimento) quanto as de Ignacy Sachs (crescer sem destruir), porém, as idéias de Ignacy Sachs são muito mais possíveis de serem alcançadas por um processo de transição em direção à sustentabilidade, em comparação às de Herman Daly. Contudo, há uma tênue linha (de tempo) que enquadra melhor a abordagem de Ignacy Sachs em relação à de Daly, pois, quanto mais tempo a humanidade levar para se adaptar e implementar as estratégias para desenvolvimento sustentável, como as apresentadas por Sachs, mais próxima do impacto contundente e catastrófico da abordagem de Herman Daly sobre sustentabilidade, estará a humanidade.

É importante destacar também que, apesar das divergências doutrinárias, ambos pregam que “para haver desenvolvimento sustentável é preciso que a escala da economia esteja dentro da capacidade de sustentação do ecossistema total” (DALY, 1991, p. 14), ou nas palavras de Sachs (2002, p. 32):

> O uso produtivo não necessariamente precisa prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade, se tivermos consciência de que todas as nossas atividades econômicas estão solidamente fincadas no ambiente natural.

Diante das indefinições e contradições apresentadas sobre a sustentabilidade, a **quinta** questão a ser levantada é a complexidade das estratégias de desenvolvimento. Justamente com o aumento da complexidade a estratégia de desenvolvimento dificulta o estabelecimento de critérios de sustentabilidade para as diferentes atividades econômicas (EHLERS, 1996).

Como **sexta** e última questão a respeito das indefinições e contradições, faz-se a seguinte pergunta: quanto tempo alguma coisa deve existir até que possa ser considerada sustentável? Mais uma variável sem resposta, que desafia o conhecimento humano sobre sustentabilidade.

Resumidamente, as principais indefinições e contradições geradas a respeito da sustentabilidade envolvem:

1. A indefinição quanto a capacidade de suporte;
2. Indefinição quanto às necessidades das gerações atuais e futuras;
3. Contradições entre desenvolvimento sustentável com crescimento econômico;
4. Posicionamentos doutrinários extremos que geram conflitos;
5. Dificuldades no estabelecimento de critérios de sustentabilidade, devido a complexidade do ambiente;
6. Indefinição quanto ao tempo de existência de algo para ser considerado sustentável.

Enfim, as argumentações apresentadas por Herman Daly, Eduardo Ehlers, Ignacy Sachs, Robert Costanza e Clóvis Cavalcanti são um claro exemplo das dificuldades presentes no estudo do desenvolvimento sustentável, mesmo que em certos momentos, suas abordagens sejam convergentes.

2.3.4 O desenvolvimento sustentável como paradigma

Mesmo diante das contradições, indefinições e conflitos existentes, o desenvolvimento sustentável é considerado uma doutrina, por ter se originado de amplas discussões políticas na tentativa de propor soluções aos problemas econômicos e sócio-ambientais do planeta e se tratar de “um princípio de conduta, que contém valores, implícitos ou explícitos” (MAXIMIANO, 2004, p. 30) ou ainda, conforme Garcia (1980, p. 1152), por se tratar de “um projeto de organização da

sociedade [...]". Garcia (1980, p. 1152), também destaca que "doutrina é, pois, pela sua própria natureza, uma síntese de idéias pertinentes aos mais diversos domínios", sendo este, o caso do desenvolvimento sustentável, onde seus princípios tenderiam a contribuir na superação de problemas provenientes do paradigma neoliberal.

O fato é que, diante dos problemas gerados pelo paradigma de desenvolvimento neoliberal e de sua incapacidade de explicar e solucionar tais problemas, a sustentabilidade tende a ser a alternativa mais viável na busca por respostas, mesmo existindo algumas contradições e indefinições a respeito do tema. Segundo Almeida (1996, p. 16), "o "modelo" de desenvolvimento buscado, seria então um modelo rico em alternativas, capaz de enfrentar com novas soluções a crise social e ambiental". Assim, as limitações do paradigma dominante de desenvolvimento, fazem emergir da ciência, uma nova concepção de mundo, levando à transposição, a uma ruptura epistemológica a fim de explicar a descontinuidade no conhecimento científico, ou ainda, a uma revolução científica, caracterizada pela ruptura com o atual paradigma, dado sua incapacidade de explicar fenômenos ou fatos novos, o que leva a criação de uma nova teoria, um novo paradigma (CHAUI, 2003).

Segundo Kuhn (2000, p. 44), "Os paradigmas adquirem seu *status* porque são mais bem sucedidos do que seus competidores na resolução de alguns problemas que o grupo de cientistas reconhece como graves". Como o desenvolvimento sustentável surgiu da percepção e conscientização humanas sobre os sinais de esgotamento ambiental, afetando o contexto sócio-econômico mundial, também é de conhecimento dos pesquisadores que o grau de dificuldade e de complexidade desta doutrina exige estudos mais aprofundados e consistentes dos fenômenos sociais, econômicos e ambientais.

Poderia então, ser o desenvolvimento sustentável este novo paradigma? Para muitos pesquisadores, (Montibeller-Filho, 2001; Pires, 2002; Vargas, 1996) o desenvolvimento sustentável é este novo paradigma, que incorporado com uma visão sistêmica, veio substituir o paradigma capitalista neoliberal cujas bases estão na visão científica Newtoniana-Cartesiana; no "modo mecanicista de perceber a realidade, o comportamento humano nos campos filosófico, social, político, econômico e outros" (CERATO, 1998, p. 72).

Segundo Scuro Neto (2004, p. 68), “paradigmas são modelos sociais de conduta que resultam do aprendizado e dependem da conveniência e necessidade”. Com base nesta definição, o desenvolvimento sustentável atende a todos os requisitos básicos de um paradigma, pois, ele é um modelo de desenvolvimento resultante do aprendizado humano que busca atender as necessidades e conveniências das sociedades atuais e futuras.

Para Cerato (1998, p. 71), “em princípio, paradigma significa modelo, “*design*”, padrão estrutural, que conduz os rumos do pensamento, do sentimento e da ação humana, numa certa época, em todos os seus campos de atuação”. Ainda que não se considere a sustentabilidade um paradigma, pode-se reconhecer que há, uma transição para um novo paradigma (o que Thomas S. Kuhn chama de revolução científica), conduzindo o pensamento e enfatizando a ação humana a sustentabilidade, pois, são muito claros os sinais de fragilidade e de momentos de crise provenientes do paradigma atual (tradicional).

Para Pires (2002, p. 57),

> os enfoques tradicionais de orientação positivista adotam o paradigma do “progresso” (aspas no original) como base para o desenvolvimento, em que a riqueza material representa o potencial produtivo das nações;

Ou seja, “haveria formas (insustentáveis) de progresso que levam ao desastre, tal como ocorre com todo fenômeno da natureza que procede segundo um paradigma exponencial, de que é ilustração apta, a bola de neve”, (CAVALCANTI, 1996, p. 323), isto é, o progresso baseado num crescimento desordenado, pode atingir proporções exponenciais insustentáveis, reforçando a visão de um paradigma da sustentabilidade, como resposta para os problemas criados e não resolvidos pelo paradigma capitalista neoliberal.

De acordo com Cerato (1998, p. 73),

> se de um lado o modelo paradigmático propicia a resolução de problemas e o alcance de soluções novas para situações desconhecidas, afirma-se pelo seu sucesso e sucesso do pesquisador, criando prestígio, influência, poder e controle. De outra forma, a sedução do sucesso de um determinado paradigma pode impedir, limitar a busca de saídas criativas e livres, com a aceitação de novos desafios que não podem mais ser respondidos pelo modelo antigo. Instala-se, assim, a paralisia paradigmática que aprisiona pessoas, culturas, organizações. [...] Logo, paradigmas não devem ser modelos perenes, estáticos, mas estruturas dinâmicas, que podem ter seus prazos há muito tempo já esgotados, superados, ou seus limites rompidos para incorporar perspectivas mais alargadas e profundas.

A estagnação ou paralisia paradigmática pode provocar problemas, em certas situações, irreversíveis para a sociedade. Deste modo, um paradigma deve contribuir para a o conhecimento e compreensão do mundo, sendo substituído por outro novo paradigma quando o atual não atender mais as necessidades e não responder mais as questões frente aos novos desafios.

Para Drucker (2002), diferentemente do universo natural, onde a teoria geral preponderante (paradigma) não causa impacto, o universo social está sujeito a mudança contínua e, desta forma, as premissas válidas ontem, podem tornar-se inválidas em pouco tempo. Ainda segundo Drucker (2002, p. 97), “O mais importante em uma disciplina social como a administração, são, portanto, as premissas básicas”, ou seja, as constantes mudanças que ocorrem nas ciências sociais estão diretamente ligadas ao surgimento de novas premissas (básicas). Os estudos sobre desenvolvimento sustentável estão diretamente relacionados às questões das ciências sociais, assim como os reflexos da problemática ambiental e econômica sobre as sociedades e as organizações. Então, estudar a sustentabilidade depende da definição de suas premissas (proposições) básicas, como o primeiro passo para a compreensão de sua lógica.

Na visão de Vargas (1996, p. 97),

> segundo a maioria dos autores que tratam com a problemática do desenvolvimento sustentável afirmam que, a passagem do atual mundo baseado na insustentabilidade para um outro em que possa prevalecer o desenvolvimento sustentado, vai exigir radicais mudanças na teoria do conhecimento e nas ciências em geral. Além, disso, os princípios, premissas e pressupostos básicos das ciências – seus paradigmas, afinal – determinam sinais muito importantes em termos de um novo direcionamento da abordagem econômica de uma sociedade sustentada.

Somente através do reconhecimento pela humanidade das premissas de que, a sobrevivência de todo ser vivo depende da natureza e que, sendo o homem um ser vivo, ele também depende da natureza, fechando o silogismo, é que o desenvolvimento poderá ser alcançado em sua plenitude, considerado sustentável e, portanto, reconhecido como um paradigma. Para atender a esta lógica, é necessário conhecer seus princípios que embasam a toda proposição e silogismo, pois, a “lógica estuda os elementos que constituem uma proposição, os tipos de proposições e de silogismos e os princípios necessários a que toda proposição e todo silogismo devem obedecer para serem verdadeiros”. (CHAUI, 2003, p. 108).

É importante esclarecer que, “o silogismo científico é aquele que se refere ao que é universal e necessário, ao que é de uma maneira e não pode deixar de ser tal como é, ao que acontece sempre, sempre acontece da mesma maneira”. (CHAUÍ, 2003, p. 112)

Enfim, torna-se imprescindível definir os princípios do desenvolvimento sustentável, seus critérios ou dimensões, suas regras e procedimentos, pois, conforme Cerato (1998, p. 71), “onde existem regras, procedimentos, princípios, valores que estabeleçam limites de comportamento, há um paradigma”. O conhecimento e aceitação das premissas e princípios básicos do desenvolvimento sustentável pela comunidade científica, poderão, elevá-lo ao nível de paradigma, portanto, definir os princípios a serem adotados em qualquer pesquisa sobre a sustentabilidade é imprescindível para a ciência.

2.3.5 Princípios da sustentabilidade

Definir os princípios de desenvolvimento sustentável é o passo mais importante para a realização de estudos sobre a sustentabilidade, mas também um grande desafio para os pesquisadores. Com as várias abordagens da sustentabilidade, surgem também, princípios e critérios diversificados. Desta forma, antes de iniciar qualquer pesquisa dentro do contexto da sustentabilidade é preciso definir qual destes princípios e critérios (dimensões) darão base à pesquisa.

Na visão do economista ecológico Herman E. Daly, como um primeiro passo para a operacionalidade e segundo o autor, um desafio suficientemente grande para a presente ordem, são destacados quatro princípios de desenvolvimento sustentável:

> 1. O princípio básico é limitar a escala da economia humana a um nível que, se não chegar a ser ótimo, que esteja, pelo menos, dentro da capacidade de suporte e seja, portanto, sustentável. [...]
> 2. O progresso técnico, visando ao desenvolvimento sustentável, deve levar ao aumento da eficiência mais do que ao do uso de *throughputs*. [...]
> 3. Os recursos naturais renováveis, tanto em sua função de fonte como de escoadouro, devem ser explorados na base de uma produção sustentada maximizadora de lucros e, de modo geral, não devem ser levados à extinção uma vez que irão se tornar cada vez mais importantes, à medida que os recursos não-renováveis forem terminando: Isso quer dizer especificamente que: a. os níveis de colheita não devem exceder os de

> regeneração; b. a emissão de resíduos não deve exceder a capacidade assimilativa renovável do ambiente.
> 4. Recursos não-renováveis devem ser explorados, porém, a um ritmo igual ao da criação de substitutos renováveis. [...]. (DALY, 1991, p. 20).

Um dos principais estudiosos da sustentabilidade, o sócio-eco-economista Ignacy Sachs, também destaca alguns princípios referente a esta nova concepção de desenvolvimento:

> a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e f) programas de educação. (BRÜSEKE, *apud* VARGAS, 2001, p. 221).

Nos termos de Vargas (1996, p. 100), a sustentação científica da sustentabilidade baseia-se nos seguintes princípios emergentes dos novos paradigmas e teorias:

> *Princípio da contingência*: refere-se à possibilidade do "novo não-necessário, do diferente contraditório", constituindo o contexto filosófico da teoria da auto-regulação. No campo científico, a contingência assume a forma das "propriedades emergentes dos sistemas [...] que não estão previstas no somatório particular das partes que os compõem" (RHODE, 1995, p. 49). *Princípio da complexidade*: opõe-se ao reducionismo científico, praticado de forma generalizada [...]. *Princípio de sistêmica*: engloba, a perspectiva cibernética, abordagem holística no que diz respeito à totalidade, buscando incluir em suas premissas aspectos sobre "autonomia e integração". *Princípio da recursividade*: [...] presente nas ciências, na auto-organização, no novo método, no holismo e na emergia. *Princípio de conjunção*: arvora-se como a articulação dos campos do conhecimento, dos saberes e das abordagens, permeando todos os novos paradigmas científicos. *Princípio da interdisciplinaridade*: o mais importante de todos, pois permeia todos os novos paradigmas, sendo sobretudo na abordagem sistêmica e na questão ambiental que a interdisciplinaridade denota maior relevância".

Perante estas abordagens, a sustentabilidade vem englobar princípios de diversos campos do conhecimento para convergir em um paradigma com um sólido alicerce filosófico e científico. Assim, observa-se que existem várias dimensões envolvidas no estudo do desenvolvimento sustentável, diferente ao atual paradigma que praticamente enfatiza a dimensão econômica.

Ao considerar que os princípios da ecologia devem ser observados e aplicados no contexto da sustentabilidade, Fritjof Capra (2004, p. 25) destaca os seguintes princípios da sustentabilidade, ou como ele denomina também, princípios da ecologia, princípios da comunidade ou ainda fatos básicos da vida:

> - nenhum ecossistema produz resíduos, já que os resíduos de uma espécie são alimento de outra;
> - a matéria circula continuamente pela teia da vida;
> - a energia que sustenta estes ciclos ecológicos vem do Sol;
> - a diversidade assegura a resiliência;
> - a vida, desde o seu início há mais de três bilhões de anos, não conquistou o planeta pela força, e sim através de cooperação, parcerias e trabalho em rede.

Nesta abordagem, o desenvolvimento sustentável estaria relacionado ao funcionamento sistêmico da ecologia o que exigiria mudanças éticas e educacionais profundas.

O Relatório Brundtland (1988, p. 53) aponta que os principais objetivos das políticas ambientais e desenvolvimentistas que derivam do conceito de desenvolvimento sustentável são, entre outros, os seguintes:

> - Retomar o crescimento;
> - Alterar a qualidade do desenvolvimento;
> - Atender as necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento;
> - Manter um nível de população sustentável;
> - Conservar e melhorar a base de recursos;
> - Reorientar a tecnologia e administrar o risco;
> - Incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões.

Pode-se verificar que para o relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum) o crescimento econômico é uma das metas para a sustentabilidade, mesmo que destaque a necessidade de manter o nível populacional sustentável. O crescimento destacado pelo referido Relatório é o crescimento com uso menos intensivo de matérias-primas e energia, e mais eqüitativo em seu impacto. (CMMAD, 1988, p. 56).

Ainda que alguns destes princípios sejam divergentes entre si, ao se observar os princípios da sustentabilidade aqui destacados, pode-se concluir que, no geral, os princípios incorporam elementos semelhantes como:

- ✓ A necessidade de um crescimento que respeite os limites suportados pela natureza (capacidade de suporte).
- ✓ A participação mais ativa da população (em rede);
- ✓ Redução ou eliminação de resíduos poluentes;
- ✓ Crescimento populacional dentro dos limites impostos pela natureza;
- ✓ Conservação do meio ambiente natural;
- ✓ Atendimento das necessidades humanas atuais e futuras;

- ✓ Educação direcionada a uma visão holística.
- ✓ Resolução de antigos problemas como a pobreza, o desemprego, conflitos sociais e culturais, sem a geração de novos, ainda mais complexos;
- ✓ Equilíbrio e harmonia entre sociedade, economia e natureza.

Estas são algumas idéias extraídas dos princípios apresentados pelos autores abordados neste capítulo. Tais idéias sugerem que, apesar do desenvolvimento sustentável estar diretamente ligado à dimensão (ou critério) ambiental, não se restringe apenas a esta dimensão (critério), mas também busca atender outras dimensões (critérios) como a social e a econômica.

2.3.6 Dimensões (ou Critérios) da sustentabilidade

Para atender as dimensões da sustentabilidade é indispensável a participação da sociedade, devidamente esclarecida e orientada sobre as atuais condições do meio ambiente, assim como as condições sociais, culturais, econômicas, territoriais entre outras, de sua região além dos potenciais problemas que a afetarão diretamente, caso permaneçam os níveis de agressões ao meio ambiente natural ou ainda problemas sócio-econômicos crônicos.

De fato, há uma grande dificuldade de implementação de estratégias e análise de ações para desenvolvimento sustentável no nível global, devido aos mais variados interesses, resistências (inter)nacionais, regionais ou locais e limitações políticas, sociais, econômicas, culturais, científicas e ambientais. Contudo, a análise científica da sustentabilidade tende a contribuir na elaboração de programas e estratégias direcionadas a sustentabilidade em nível local no curto prazo, para a partir daí, desencadear o desenvolvimento sustentável no nível nacional e global no médio e longo prazo.

Deve-se considerar que a oportunidade de acesso à qualidade de vida é sempre desigual. Por isso, destaca Rodrigues (2003, p. 55),

> conceber um desenvolvimento sustentável como estratégia para melhorar a qualidade de vida humana depende do juízo e de domínio de forças que sempre são desiguais numa sociedade plural, desigual e ambientalmente diversa.

Assim, estratégias embasadas em estudos científicos também podem contribuir para eliminar ou minimizar o impacto negativo gerado pelo juízo ou domínio de forças presentes na sociedade. Por este motivo, análises científicas das atividades produtivas, principalmente daquelas direcionadas ao setor de serviços, como no caso de atividades turísticas, em específico aqui o ecoturismo (atividade esta, que traz em seu conceito a visão de uma atividade sustentável), devem ser freqüentemente realizadas e estimuladas.

Alternativas de análise da sustentabilidade de regiões específicas tendem com o tempo a apresentar um quadro mais preciso no contexto do desenvolvimento regional sustentável. Uma das alternativas de análise da sustentabilidade no setor de serviços como as atividades de lazer, pelo ecoturismo, é através dos princípios e dimensões que delineiam a atividade em determinada região ou localidade. Segundo o que pressupõe Sachs (1986a, 1986b), há três premissas gerais contidas num planejamento para o desenvolvimento sustentável: consideração do local e seu desenvolvimento, participação da sociedade civil no planejamento e dimensões de sustentabilidade.

O Relatório Brundtland, “argumenta sobre a importância dos espaços locais como verdadeiros incubadores das atividades econômicas, sociais e ecológicas, simulando uma perspectiva global” (SAMPAIO, 2002, p. 29). Portanto, os espaços locais ou regionais, se destacam como elementos de grande importância para a implementação de estratégias na busca do desenvolvimento sustentável e necessitam de estudos analíticos da condição de sustentabilidade de determinada região, diante de uma perspectiva global. Confirmando este pensamento, Sampaio (2002, p. 40) coloca que,

> [...] as possibilidades de desenvolvimento são particulares a cada espaço local, devendo ser avaliadas no âmbito de sua própria região. Apenas um governo local forte pode garantir que as necessidades, os hábitos, as formas urbanas e rurais, as prioridades sociais e as condições ambientais da área reflitam no planejamento local de desenvolvimento.

Porém, para o planejamento e a implementação de estratégias com bases sustentáveis, é necessário que os princípios gerais do desenvolvimento sustentável sejam os mesmos para cada localidade ou região, sempre respeitando o contexto nacional e global, mas também devem considerar das características próprias de cada região. A agilidade na definição e aplicação de estratégias adequadas e ações eticamente conscientes, com base no desenvolvimento sustentável, tornarão menos

drásticas as ações corretivas necessárias. Uma importante fonte de consulta para a implementação do desenvolvimento sustentável em níveis regionais é a Agenda 21 municipal e estadual, que apresenta as atividades e dimensões a serem atendidas e desenvolvidas, conforme as condições e características do município ou estado, dentro dos princípios e dimensões da sustentabilidade. Atualmente, uma das formas de analisar o desenvolvimento sustentável é através da observação das dimensões da sustentabilidade ou da mensuração através de indicadores.

Segundo Bellen (2002, p. 45), “o objetivo principal dos indicadores é o de agregar e quantificar informações de uma maneira que sua significância fique mais aparente”. A mensuração do nível de sustentabilidade alcançada por determinada região ou país, através do cálculo dos índices de sustentabilidade, vem sendo adotada por organizações como a ONU, institutos de pesquisas em diversos países (como o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), pesquisadores de universidades (como os de Yale e Columbia, financiados pelo Fórum Econômico Mundial), entre outros. Os indicadores simplificam as informações sobre fenômenos complexos tentando melhorar com isso o processo de comunicação. (BELLEN, 2002, p. 45).

O desenvolvimento e a aplicação de sistemas de indicadores ou ferramentas de avaliação que procuram mensurar a sustentabilidade pode ser a resposta para o ajustamento do rumo que a humanidade vem tomando em relação a sua interação com o meio ambiente natural. Em relação às atividades empresariais, algumas “discussões já são suscitadas quanto à adoção de indicadores e medidas que integrem o aspecto social e, por sua vez, o ambiental, na mensuração do potencial das empresas e da riqueza de um país” (ALBERTON, 2003, p. 54).

Entretanto, “a complexidade do conceito de desenvolvimento sustentável, com suas múltiplas dimensões e abordagens, tem dificultado a utilização mais consciente e adequada destas ferramentas.” (BELLEN, 2002, p. 16). Em muitas situações a informação quantitativa, fornecida pelos indicadores não são suficientes, pois, as variáveis qualitativas não são consideradas, neste tipo de medição.

Uma alternativa para o estudo da sustentabilidade, estaria baseada análise das variáveis qualitativas que compõem as dimensões da sustentabilidade, diferenciando-se dos indicadores de sustentabilidade, que geram informações quantitativas. Conforme Black (?, p. 52) “variáveis, por definição, são construtos, traços ou características que variam”. Ainda, de acordo com Black (?, p. 53),

“geralmente, as variáveis mais interessantes tendem a ser aquelas na qual é mais difícil encontrar ou designar um bom indicador”. Desta forma, “quando os possíveis resultados são atributos ou qualidades, a variável é dita qualitativa”. (BARBETTA, 2003, p. 28). Conseqüentemente, estudar a sustentabilidade, através da análise das principais variáveis qualitativas que compõem cada uma de suas dimensões, permite a obtenção de resultados em profundidade, que os indicadores de sustentabilidade não apresentariam.

Mas, que dimensões são essas? Quais são suas principais variáveis?

Alguns conceitos de desenvolvimento sustentável trazem a idéia de um desenvolvimento socialmente mais justo, ecologicamente prudente e economicamente eficaz (SAMPAIO, 2002, p. 52), destacando com isso, as mais relevantes dimensões: social, econômica e ambiental. Ignacy Sachs (2002, p. 85), ampliou para 8 (oito) as dimensões (ou critérios) da sustentabilidade, apresentando as “variáveis” a serem atendidas em cada dimensão, as quais são detalhadas abaixo:

1. Social: alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
2. Cultural: mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); autoconfiança combinada com a abertura para o mundo;
3. Ecológica: preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; limitar o uso dos recursos não-renováveis;
4. Ambiental: respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;
5. Territorial: configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).
6. Econômica: desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional.
7. Política (nacional): democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade de Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão social.
8. Política (internacional): eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; Controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos

> recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global como herança comum da humanidade; Sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Estas dimensões da sustentabilidade definidas por Ignacy Sachs são mundialmente reconhecidas e por seu nível de aprofundamento e detalhamento, também são adotadas neste trabalho. Observa-se que, diante da grande complexidade de seu planejamento e da amplitude das ações a serem tomadas para se alcançar o desenvolvimento sustentável é salientado por Sachs (1993), *apud* Sampaio (2000, p. 100), que “se as dimensões de sustentabilidade forem atendidas no planejamento do desenvolvimento, pode-se inferir que este desenvolvimento é sustentável”. Contudo, de acordo com o próprio autor, frente as rápidas mudanças (inclusive no campo ético) percebidas atualmente, um enfoque de planejamento pode ser considerado como dirigido ao desenvolvimento sustentável, se pelo menos contemplar parcialmente alguns destes critérios de sustentabilidade (SACHS, 1993 *apud* SAMPAIO, 2000), ratificando a idéia de harmonia e equilíbrio entre as dimensões, mesmo em ambientes instáveis.

Conforme ALBERTON (2003, p. 49),

> O progresso é então entendido como fruto de maior riqueza, maior benefício social eqüitativo e equilíbrio ecológico. Sob essa ótica, o conceito de desenvolvimento sustentável deve considerar, de forma harmônica, crescimento econômico e maior percepção com os resultados sociais decorrentes do equilíbrio ecológico na utilização dos recursos naturais.

A necessária harmonia e interação entre as dimensões, vêm ressaltar que para alcance do desenvolvimento sustentável, cada dimensão da sustentabilidade não pode ser desenvolvida isoladamente de forma a influenciar ou impactar negativamente as demais dimensões inter-relacionadas. Além disso, para análise de atividades produtivas específicas, certa(s) dimensão(ões) pode(m) não estar envolvida(s) diretamente com a atividade, sendo portanto, utilizadas para estudos somente as dimensões diretamente envolvidas que influenciam ou são influenciadas pelo ambiente ou organização.

2.4 O turismo sustentável e o ecoturismo

No desafio de promover um desenvolvimento sustentável, muitos setores da economia adotam os princípios da sustentabilidade usando o termo “sustentável” como forma de diferenciação de outras práticas que visam somente à dimensão econômica e que, freqüentemente, desconsideram as demais dimensões da sustentabilidade. A atividade turística é um destes setores que já considera a necessidade de um turismo sustentável, sendo uma das variáveis do conceito de turismo alternativo, este mais amplo.

Como o ecoturismo é um dos componentes do turismo sustentável e “a inter-relação entre o turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que este último constitui a “matéria-prima” da atividade” (RUSCHMANN, 1997, p. 19), torna-se imprescindível o planejamento e a execução de atividades ecoturísticas que atendam as dimensões envolvidas nesta modalidade. Moreira (2002, p. 18) destaca que,

> o ecoturismo é uma das atividades econômicas que mais interessa à conservação do meio ambiente. Sendo a natureza o principal produto do ecoturismo, os dirigentes de áreas naturais que exploram esta atividade devem procurar manter as condições ideais de uso e prosperidade da mesma, e é nesse contexto que entra o desenvolvimento sustentável.

Conforme o Acordo de Mohonk, um dos mais recentes e importantes eventos internacionais sobre turismo sustentável e ecoturismo, realizado em novembro de 2000 em New Paltz, Estados Unidos na Mohonk Mountain House, convocado pelo Institute for Policy Studies e promovido pela Fundação Ford, ficou definido que “Turismo Sustentável é aquele que busca minimizar os impactos ambientais e sócio-culturais, ao mesmo tempo em que promove benefícios econômicos para as comunidades locais e destinos (regiões e países).” (INSTITUTO ECOBRASIL, 2004).

Acrescenta Pires (2002, p. 117) que,

> o conceito de turismo sustentável, portanto, fundamenta-se no próprio princípio universal de sustentabilidade, que implica a necessidade de conservar os recursos para que as futuras gerações possam utilizá-los e desfrutá-los com os mesmos direitos das gerações atuais. Toda e qualquer atividade pode e deve ser sustentável, e essa premissa contempla tanto o turismo convencional como todos os demais tipos alternativos.

Mas, assim como em muitas outras atividades, no turismo a ênfase à dimensão econômica continua a desafiar e a se sobrepor às demais dimensões. Através de um processo de exploração contínuo e cumulativo com impactos

negativos de incalculáveis proporções, as várias atividades econômicas estão contribuindo para o desequilíbrio e para transgressão do ambiente natural e social. O turismo direcionado aos interesses meramente comerciais está baseado nos princípios do crescimento econômico.

Segundo Pires (2002, p. 80),

> essa forma de turismo convencional massificado, de larga escala e multinacionalizado, organizado com fins unicamente comerciais, em que não se reconhecem limites de crescimento e os riscos dele decorrentes, em que predomina o comportamento insensível dos turistas para com os destinos e populações receptoras em que a deterioração ambiental e paisagística são comuns, ensejou as primeiras percepções voltadas para um "turismo diferente".

Assim, o turismo sustentável é apontado como uma alternativa viável, nesta busca por um turismo diferenciado e de baixo impacto. Contudo, ao fundamentar-se nas premissas básicas da sustentabilidade, o turismo sustentável também fica sujeito aos mesmos debates e controvérsias existentes a respeito do desenvolvimento sustentável. Mas a maior dificuldade no que se refere a sustentabilidade, talvez não esteja nas discussões e contradições meramente conceituais, e sim, na medição da almejada sustentabilidade, que se torna um grande desafio, isto é, o desafio de transformar dados de variáveis qualitativas presentes nos estudos da sustentabilidade, em informações quantitativas que apresentem o "grau" ou o "nível de sustentabilidade" de determinado planejamento do desenvolvimento ou do turismo sustentável frente a suas implementações. Neste sentido, Ruschmann (1997, p. 35) apresenta cinco razões que dificultam a avaliação dos impactos de toda ordem sobre o meio ambiente:

> primeiramente, o fato de o homem estar vivendo e modificando a Terra há milhares de anos torna difícil estabelecer uma base para medir as modificações. A segunda razão reside na impossibilidade de dissociar o papel do homem do da natureza. Em terceiro lugar, as complexas interações do fenômeno turístico fazem com que o impacto total da atividade seja quase impossível de medir. A quarta razão reside na descontinuidade espacial e temporal entre causa e efeito. A quinta razão metodológica situa-se na seleção dos indicadores, criando a questão sobre quais deles utilizar e o que significam.
>
> Problemas como esses têm restringido a amplitude e a exatidão dos estudos de impacto e, por isso, a tendência se volta para as análises de situações ou de projetos específicos e selecionados, de forma isolada do fenômeno turístico.

Uma forma possível de implementação e medição do turismo sustentável seria através da definição dos seus princípios básicos e das principais dimensões

envolvidas na atividade turística. Como princípios e dimensões do turismo sustentável, a Organização dos Estados Americanos - OEA apresenta os seguintes:

> Sustentabilidade ecológica – o desenvolvimento deverá ser compatível com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os recursos biológicos. Sustentabilidade cultural – o desenvolvimento deverá proporcionar ao homem mais controle de sua vida, ser compatível com a cultura e com os valores da população envolvida, manter e fortalecer a identidade da comunidade. Sustentabilidade econômica – o desenvolvimento deverá ser economicamente eficiente e os recursos deverão ordenar-se de tal maneira que também sirvam às gerações futuras. Sustentabilidade local – o desenvolvimento tem por objetivo beneficiar as comunidades locais e sustentar a rentabilidade das empresas locais. (PIRES, 2002, 122).

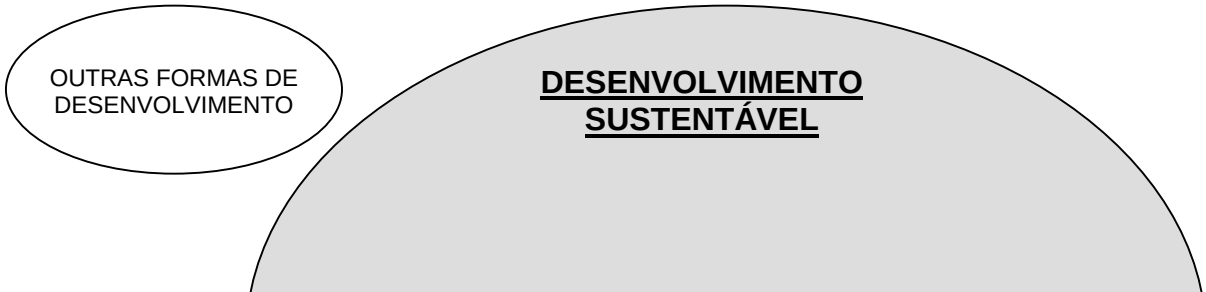
Qualquer que seja o objetivo de uma região no contexto do turismo sustentável, estes princípios e dimensões deve nortear o planejamento e a execução das atividades turísticas. Finalizando, mesmo com a subjetividade envolvida na questão do desenvolvimento e do turismo sustentável, ao abrir e aprofundar o estudo de cada dimensão apresentada, há uma grande tendência de se alcançar, se não uma sustentabilidade plena, mas ao menos uma sustentabilidade maior, pelo menos em comparação ao contexto do turismo convencional.

Sendo o ecoturismo uma das principais vertentes do turismo sustentável, resta saber, quais são os princípios e dimensões envolvidas com esta modalidade, tendo em vista sua importância para a sustentabilidade do turismo e como a sustentabilidade está sendo atendida pelas agências turísticas envolvidas com esta modalidade, ou seja, uma aproximação entre teoria e prática do ecoturismo e sua relação com a sustentabilidade local.

Assim sendo,

> se o ecoturismo fizer o turismo de massa tornar-se ecológico e culturalmente sensível, causando pouco ou nenhum impacto negativo, então o ecoturismo terá dado uma grande contribuição a sustentabilidade. (WEARING; NEIL, 2001, p. 223).

A Figura 1, a seguir mostra a relação entre desenvolvimento sustentável, turismo sustentável e ecoturismo para uma melhor visualização:



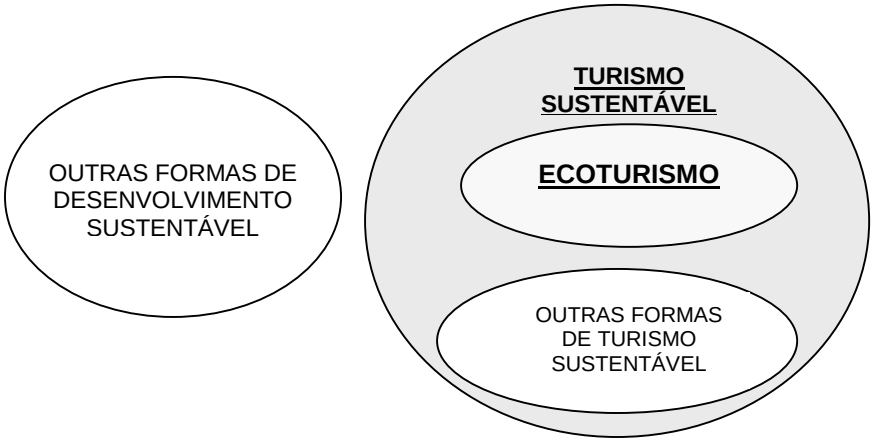


FIGURA 1 - Relação entre desenvolvimento sustentável, turismo sustentável e ecoturismo.
Fonte: Prado (2001, p. 24).

Como pode ser observado na Figura 1, o ecoturismo é uma forma de turismo sustentável que vem a contribuir para o desenvolvimento sustentável. A figura também mostra que além do desenvolvimento sustentável, há outras formas de desenvolvimento que não se caracterizam como sustentáveis.

2.5 Ecoturismo: para além da dimensão econômica

Uma das modalidades do turismo sustentável em expansão nos últimos anos é o ecoturismo. Originado do termo “turismo ecológico” e considerado uma das atividades turísticas cujos locais de suas práticas estão relacionados com o ambiente natural, o ecoturismo traz implícito a necessidade de planejamentos e práticas com bases sustentáveis.

Apesar disso, muitas atividades hoje, são oferecidas por empresas do segmento turístico (agências e operadoras turísticas), como sendo ecoturismo, mas que nada tem de sustentável. Os problemas provenientes da inadequada exploração desta atividade turística tendem a crescer em todas as dimensões envolvidas com o ecoturismo. Assim, visando uma abordagem mais aprofundada sobre o ecoturismo, os próximos itens trazem: a visão histórica, os conceitos, paisagens, atividades e as dimensões da sustentabilidade do ecoturismo.

2.5.1 Do turismo ecológico ao ecoturismo: um breve histórico

Muito antes da formação dos conceitos de ecoturismo e de suas práticas exigirem um maior profissionalismo, iniciativas de turismo na natureza ou de natureza, surgiram da necessidade e curiosidade humana de conhecer lugares distantes. Neste sentido, hábitos “alternativos” de viagem à natureza remontam a mais de dois milênios (PIRES, 2002, p. 29). Os espíritos de aventura, de sabedoria e conhecimento sempre impulsionaram a humanidade para viagens e desafios no ambiente natural; relatos desta atividade datam desde os primórdios gregos, e na Idade Média e Moderna onde o homem na busca de enfrentar as adversidades e desafiar seus limites, como ocorreu com as grandes viagens dos navegadores e exploradores, busca desvendar um novo mundo.

Mas foi somente na segunda metade do século XIX quando da criação do primeiro espaço legalmente protegido, o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos da América, no ano de 1872, como resultado da pressão dos preservacionistas e dos amantes da natureza, que se iniciam as atividades no ambiente natural com características de “turismo ecológico” ou em sua concepção mais recente, o ecoturismo (PIRES, 2002). Segundo Lindberg e Hawkins (1999, p. 15), “os visitantes que, há um século, chegaram em massa aos parques nacionais de Yellowstone e Yosemite foram os primeiros ecoturistas”.

A partir do século XX, há um considerável aumento na procura por atividades junto à natureza, as quais em sua maior parte, causava impactos negativos nos ecossistemas. Assim, “cada vez mais as pessoas começaram a procurar áreas

naturais no seu tempo livre, com o intuito de realizar atividades ou simplesmente contemplar a natureza" (MOREIRA, 2002, p. 12), mas por não as visarem de modo consciente e responsável, acabavam por deixar resíduos e destruir o ecossistema local.

Com os resultados apresentados nas conferências realizadas nas décadas de 80 e 90, sobre o aumento dos problemas ambientais causados pelo homem, provenientes da intensa pressão e exploração do processo produtivo no ambiente natural, possivelmente acima de sua capacidade de regeneração, surgem neste cenário novas alternativas produtivas e de serviços, influenciados pelos princípios do desenvolvimento sustentável. O antes chamado "turismo ecológico", atualmente apresenta-se com uma nova roupagem, passando a ser chamado de ecoturismo, envolvendo conceitos aprofundados e abrangentes, principalmente no contexto da sustentabilidade. Por estar diretamente ligado ao turismo em áreas naturais passa a ter grande importância no que se refere à proteção do ecossistema. Por este motivo, o ecoturismo tem sido considerado como uma modalidade do turismo que poderá criar uma nova prática de lazer associada à conservação da natureza (FURLAN, 2003, p. 47).

Em 2000, em New Paltz, Estados Unidos na Mohonk Mountain House, ocorreu um evento que reuniu participantes de 20 países onde foram discutidos os princípios e componentes que viriam a fazer parte de um programa de certificação. Dois anos depois, em Quebec no Canadá, após as reuniões e discussões da cúpula de especialistas em ecoturismo, representada pelos mais diversos grupos de interesse presentes, com apoio da Comissão Canadense de Turismo e do Tourisme Quebec, é aprovado um documento chamado de "Carta de Quebec, documento que estabelece recomendações para a implementação do Ecoturismo no contexto do desenvolvimento sustentável" (INSTITUTO ECOBRASIL, 2004) ressaltando a importância do ecoturismo em nível internacional.

Desta forma, o ano de 2002 passou a ser declarado pela Organização das Nações Unidas - ONU, por meio do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas - UNEP, com apoio da Organização Mundial do Turismo - OMT (World Tourism Association - WTO) como Ano Internacional do Ecoturismo. (INSTITUTO ECOBRASIL, 2004). Das reuniões que precederam a de Quebec, destaca-se a realizada no Brasil em agosto de 2001, em Cuiabá – MT.

Resumidamente, o ecoturismo é um segmento turístico com conceitos e princípios muito recentes, mas que vem crescendo rapidamente em vários países, exigindo com isso, uma maior atenção de todos os envolvidos na sua oferta e prática, pois, seu crescimento em larga escala tende a acarretar em graves problemas sociais, culturais e principalmente ambientais.

2.5.2 Conceitos e práticas de ecoturismo

Dos desdobramentos do turismo, surge a idéia do turismo sustentável, que se fundamenta no princípio universal da sustentabilidade, implicando na “necessidade de conservar os recursos para que as futuras gerações possam utilizá-los e desfrutá-los com os mesmos direitos das gerações atuais.” (PIRES, 2002, p. 117). Dentro desta visão de turismo sustentável, está o ecoturismo, ou seja,

> enquanto a noção de turismo sustentável apregoa uma mudança nos padrões de produção, o ecoturismo, como uma especificação da sustentabilidade, tem nos atrativos naturais preservados seu ferramental básico para que ocorra. (PRADO, 2001, p. 24).

O termo turismo ecológico foi correntemente usado durante a década de 1980, sendo substituído gradativamente pelo termo “ecoturismo” a partir de 1990, termo este, cunhado pelo arquiteto e consultor internacional mexicano Hector Ceballos-Lascuráin ainda em 1983 (PIRES, 2002). Segundo o arquiteto, o termo “ecoturismo” é uma forma telegráfica e mais fácil de dizer “turismo ecológico” e, sendo assim, são termos sinônimos. Contudo, com a ampliação das abordagens conceituais do termo “ecoturismo” em relação principalmente ao uso sustentável dos recursos naturais, do qual se utiliza esta modalidade, o termo “turismo ecológico” passa não ser o mais indicado. Mas afinal, o que é ecoturismo?

Assim como há dificuldades de conceituar o desenvolvimento sustentável, o ecoturismo também apresenta dificuldades e variações conceituais, dada a ampla margem de interpretações e aos mais variados interesses envolvidos. Serão apresentados a seguir alguns dos principais conceitos de “ecoturismo”. No contexto internacional, o conceito desenvolvido por Hector Ceballos-Lascuráin, adotado pelo

Programa de Ecoturismo da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais - UICN, é:

> o turismo ecológico compreende uma viagem ambientalmente responsável, com visitação de áreas naturais relativamente preservadas, no sentido de vivenciar e apreciar a natureza, que promove a conservação tem baixo impacto e promove, de forma benéfica, o envolvimento socioeconômico ativo das populações locais. (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1993 *apud* SEABRA, 2001, p. 30).

Na visão de Lindberg e Hawkins (1999, p. 17), “o ecoturismo é a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local”. Este é o conceito adotado pela *Ecotourism Society*. Outro conceito encontrado é o de Healy (1988, p. 137), no qual o “ecoturismo é a viagem na natureza que avança em direção à conservação e aos esforços de desenvolvimento sustentável”.

Dentro do contexto brasileiro, destaca-se o conceito apresentado pelo Grupo de Trabalho Interministerial em Ecoturismo, grupo este composto pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo - MICT, Ministério do Meio Ambiente - MMA, Instituto Brasileiro do Turismo - EMBRATUR, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, empresários e consultores, que se refere ao ecoturismo como:

> um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. (EMBRATUR, 1994, p. 19).

Ainda no contexto brasileiro, a visão do Instituto de Ecoturismo do Brasil - IEB (1996), destaca que:

> o ecoturismo é a prática de turismo de lazer, esportivo ou educacional, em áreas naturais, que se utiliza de forma sustentável dos patrimônios natural e cultural, incentiva a sua conservação, promove a formulação da consciência ambientalista e garante o bem-estar das populações envolvidas.

Diante das conceituações internacionais, a preocupação com a preservação ambiental, com a responsabilidade e com as populações locais estão sempre presentes. Pelas conceituações apresentadas pelos principais órgãos que controlam o ecoturismo no Brasil, pode-se observar que a modalidade deve visar a sustentabilidade dentro das dimensões envolvidas com esta atividade. Estes

conceitos mostram a verdadeira essência do ecoturismo. Entretanto, para Mowforth 1993 *apud* Pires (2002, p. 158),

> nenhuma das definições conhecidas desta modalidade turística é completa e consegue sintetizar as demais, indicando que uma abordagem mais adequada do ecoturismo e uma análise de suas atividades poderão orientar-se pela observação de alguns critérios que deverão ser satisfeitos para merecer o rótulo “eco”.

Dada esta variedade conceitual, o importante é extrair os componentes que se repetem nas várias conceituações apresentadas anteriormente. Tem-se, então como destaque nas várias abordagens o termo sustentabilidade e todas as dimensões envolvidas diretamente com o ecoturismo; a responsabilidade dos empreendimentos turísticos, que por oferecerem o ecoturismo, tornam-se os maiores responsáveis pelas ações e impactos no meio ambiente, e finalizando, o respeito às populações locais, que são consideradas nas dimensões da sustentabilidade.

Paulo Pires (2002) não apresenta um conceito definitivo, mas sim, extrai alguns aspectos, através das aproximações conceituais, destacando:

> - a ênfase na natureza, na história natural e nas culturas autóctones dos destinos caracterizados pela sua originalidade e autenticidade;
> - a preocupação com os impactos socioambientais da atividade nos destinos e com a sustentabilidade dos recursos utilizados;
> - a prioridade à geração de benefícios advindos da atividade para as comunidades locais e a preocupação com seu bem-estar;
> - o apoio e engajamento nas ações de desenvolvimento conservacionista junto aos destinos;
> - a opção pelo desfrute saudável e pela compreensão dos ambientes visitados via educação ambiental (PIRES, 2002, p. 149).

Desta forma, mesmo “que ainda não exista um conceito ou definição de ecoturismo universalmente aceito, essa ausência não acarreta em prejuízo ou limitação para o seu desenvolvimento” (PIRES, 2000, p. 119), pois, podem-se obter os elementos necessários para uma análise do ecoturismo sem a necessidade de escolher ou adotar um ou outro conceito.

Porém, mesmo com as aproximações conceituais constatadas e com a necessidade de práticas sustentáveis, o ecoturismo, também sofreu influências capitalistas que o levaram a distorções, provocadas pela exploração indiscriminada e descontrolada, de áreas consideradas ricas em recursos naturais. Muitas atividades oferecidas como ecoturísticas vêm causando danos, muitas vezes irreversíveis nos locais onde são realizadas, afastando-se dos conceitos e princípios ecoturísticos. Através deste ecoturismo indiscriminado, ecossistemas inteiros estão sendo

afetados e destruídos, criando assim uma contradição, um paradoxo entre seu conceito e sua prática, pois, principalmente no caso do Brasil,

> a rapidez com que os projetos ecoturísticos estão sendo implantados no país, com a utilização não planejada dos espaços naturais protegidos, produz como rebatimento a massificação do turismo ecológico, contraditoriamente a toda sua concepção filosófica. (SEABRA, 2001, p. 34).

Para Swarbrooke (2000, p. 61), “em muitos casos o fenômeno do ecoturismo tem crescido tanto que chega a se aproximar dos piores aspectos do turismo do mercado de massa”. A afirmação de Seabra (2001, p. 26), corrobora com o conceito, quando diz que “nos últimos anos, o turismo ecológico e o turismo rural têm-se difundido por vários estados brasileiros, na maior parte sem um planejamento adequado”. Tanto Sawarbrooke como Seabra, apontam para a incompatibilidade do ecoturismo com a massificação turística em ambientes naturais.

No Brasil, aborda Ruschmann (1997, p. 62),

> os impactos ambientais do turismo ecológico não têm sido estudados de forma sistemática e as ocorrências conhecidas são fruto de observações empíricas, relatórios de grupos de ambientalistas, de guias ecológicos e de empresários que organizam as viagens.

Portanto, observa-se que, em muitos casos, o ecoturismo praticado atualmente, tende relacionar-se especificamente aos interesses econômicos, onde o crescimento deste segmento turístico ocorre de forma desordenada e seu distanciamento das demais dimensões envolvidas (sociais, ambientais, culturais, territoriais entre outras) com esta modalidade, é cada vez mais acentuado, contrariando os princípios do desenvolvimento sustentável.

Ao contrário do ecoturismo indiscriminado (convencional), na prática do ecoturismo em bases sustentáveis, os impactos ambientais podem ser reduzidos, por exemplo, utilizando-se áreas, bases e estruturas do turismo rural, existentes próxima às belezas naturais e, que na maioria das vezes, convivem em maior harmonia com o meio ambiente. Hoje, o principal problema está em identificar exatamente quais empreendimentos deste segmento turístico, estão seguindo os princípios da sustentabilidade. O conhecimento dos conceitos e princípios do ecoturismo pelas empresas e pela sociedade, tende a contribuir no direcionamento dos programas e ações vinculadas a sustentabilidade ecoturística de determinada região.

2.5.3 Atrativos e atividades ecoturísticas

Diante das diversas conceituações existentes, observa-se que o ecoturismo é um segmento turístico baseado em princípios e características muito diferentes do turismo convencional. As atividades realizadas junto à natureza ou às comunidades nativas, podem ser caracterizadas como ecoturismo a partir do momento em que os impactos gerados pela presença humana sejam os menores possíveis sobre as regiões visitadas.

Assim, definir quais atividades realizadas junto a natureza se caracterizam como ecoturismo depende de como elas vêm sendo planejadas e praticadas e qual a ênfase dada a sustentabilidade, pelas empresas que oferecem tais atividades em determinada região.

O ecoturismo, muitas vezes, é confundido com outras atividades turísticas realizadas junto à natureza, como por exemplo, o turismo de aventura, turismo rural, turismo esportivo, entre outros. Apesar destas atividades turísticas estarem relacionadas com o ecoturismo, não significa que sejam a mesma coisa ou que estejam baseadas em princípios sustentáveis. Se tais atividades seguirem os princípios de sustentabilidade ao serem planejadas e executadas poderão ser consideradas parte de um composto ecoturístico, este mais amplo e abrangente.

Na visão de Pires (2002, p. 160),

> a ressalva que se coloca, no entanto, é em relação às práticas esportivas de alto potencial de impacto ambiental, como *motocross, off-road,* náutica motorizada e outras, como a pesca e a caça, comumente admitidas dentro do espectro do turismo na natureza, mas certamente incompatíveis com o conceito de ecoturismo. (PIRES, 2002, p. 160).

Segundo Seabra (2001, p. 68), dentro da visão filosófica do ecoturismo, “é preciso lembrar que, para a utilização turística desses ambientes, eles devem ser mantidos o mais próximo do natural possível, evitando-se, ao máximo, a introdução de equipamentos exógenos e artificiais”.

Isto reforça que para ser considerada atividade ecoturística é imprescindível que a consciência e a ética dos praticantes esteja voltada à minimizar os impactos negativos sobre o ambiente natural. A inobservância dos riscos gerados sobre as

dimensões, social, cultural e ambiental entre outras, ao serem executadas atividades turísticas nos ambientes naturais, exclui tais atividades, da concepção de ecoturismo.

As principais atividades realizadas no meio natural, diretamente ligadas com o ecoturismo (desde que sejam observados os princípios básicos do ecoturismo) são as seguintes: caminhadas, acampamentos, observação de matas e animais, pesquisas, educação ambiental e cultural. Além disso, não existe faixa etária específica para os praticantes do ecoturismo, permitindo às pessoas de qualquer idade o contato com a natureza e com as diversas culturas, apesar dos jovens ainda serem os maiores praticantes de atividades ligadas ao meio ambiente. Como paisagens e produtos ecoturísticos, Seabra (2001, p. 68) destaca os seguintes locais:

- cavernas sem infra-estrutura turística;
- desertos e semidesertos;
- ilhas e atóis;
- regiões serranas e montanhosas;
- regiões glaciais e dunares;
- bancos de recifes e corais;
- cachoeiras, saltos e corredeiras;
- florestas, cerrados e caatinga;
- monumentos geomorfológicos, arqueológicos e paleontológicos;
- regiões estuarinas;
- comunidades tradicionais isoladas ou semiconfinadas.

De acordo com o manual de ecoturismo de base comunitária, publicado pelo Programa de Turismo e Meio Ambiente do WWF – Brasil, “todas as atividades de lazer e recreação praticadas em áreas naturais são de caráter altamente dinâmico, alterando-se principalmente de acordo com a flutuação e a motivação da demanda turística, não sendo raro o aparecimento de novas modalidades”. Abaixo segue quadro 1, com as principais atividades desenvolvidas atualmente em ambientes naturais, apresentadas pelo Programa de Turismo e Meio Ambiente do WWF – Brasil:

ALGUMAS ATIVIDADES TURÍSTICAS EM AMBIENTES NATURAIS		
ATIVIDADES / INTERESSES	**CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS**	**NECESSIDADES ESPECIAIS**
Bóia-cross *(Acquaraid)*	Percorrer rios de corredeiras por meio de bóias infláveis. O equipamento pode ser uma câmara de pneu de caminhão ou equipamentos específicos, melhor elaborados e resistentes.	Equipamentos como capacete e salva-vidas, além de saber nadar e conhecer o percurso.
Asa delta, pára-quedismo, para-pente,	Práticas aéreas que permitem uma visualização das paisagens de forma	Treinamento especializado e autorização de vôo. Os equipamentos são caros e, na

ALGUMAS ATIVIDADES TURÍSTICAS EM AMBIENTES NATURAIS		
ATIVIDADES / INTERESSES	**CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS**	**NECESSIDADES ESPECIAIS**
paraglyder, balonismo	panorâmica e sem muitos impactos na fauna e flora.	sua grande maioria importado. Necessita também de apoio por terra.
Acampamento (Camping)	Forma mais econômica de hospedar-se próximo à natureza.	As barracas estão mais leves e mais baratas hoje em dia. Campings regularizados, com um mínimo de estrutura, evitando-se o camping selvagem.
Cannyoning / Cachoeirismo (Cascading)	Explorar e percorrer rios de vale, driblando os acidentes naturais como cânions, gargantas e cachoeiras. A variante "cascading" é conhecida como rappel de cachoeira.	Bons equipamentos, equipes treinadas, preparo e experiência.
Canoagem (Canoeing, cayaking) e Rafting	Passeios de canoas e caiaques realizados em lagoas, lagos, rios com ou sem corredeiras, baías, mangues etc. Rafting é a descida de rios com corredeiras e pequenas cachoeiras com botes infláveis de estrutura reforçada.	Não necessita técnica especializada, mas apenas acompanhamento e saber nadar, além de coletes salva-vidas e capacete. Canoas e caiaques não são baratos, mas produtos nacionais são bons e acessíveis.
Ciclismo / Mountain Biking	Passeios de bicicleta adaptadas a terrenos irregulares por roteiros pré-determinados. Pode-se alcançar lugares mais distantes do que as caminhadas e com menor esforço físico.	Exige-se preparo físico e equipamentos de segurança como capacetes e joelheiras.
Caminhadas e Travessias (Hikking / Trekking)	Caminhadas simples de ate 3-4 km não exigem preparo físico, apenas a definição de paradas para descanso e lazer. Trekking são caminhadas mais longas, de até um dia. Travessias percorrem longas distâncias, entre duas regiões de interesse e podem durar de 1 a 4 dias.	Para a prática de longas caminhadas e travessias não basta disposição. Tem que ter um roteiro bem definido e um mínimo de estrutura logística (equipamento e vestuário), além de preparo físico.
Mergulho livre e autônomo (Diving / flutuação (Snorkelling)	O mergulho em áreas marinhas costeiras e em águas interiores é prática já bem desenvolvida no Brasil, porém pouco explorada pelo turismo. A flutuação é realizada em rios e mares de águas cristalinas, equipado apenas com máscara, snorkell e pé de pato.	Saber nadar. Equipamentos de mergulho livre e de flutuação são baratos. O de mergulho autônomo nem tanto e necessita de cursos especializados.
Montanhismo	Caminhadas em ambiente serranos e montanhosos, que podem ou não incluir atividades de escalada simples ou vertical.	Atividades com elevados graus de dificuldade podem exigir treinamento, equipamento e acompanhamento específicos.
Observação astronômica	Observar e conhecer planetas, estrelas e constelações. Melhor realizado longe de centros urbanos e em locais de amplos horizontes. cartas celestes auxiliam na observação e podem ensinar as noções básicas de orientação geográfica.	Pode ser realizada mesmo a olho nu, porém binóculos e telescópios amadores, assim como instrutores especializados, podem enriquecer a experiência.
Observação da fauna / flora / safári fotográfico	Realizadas em todo e qualquer passeio, seja de barco, cavalo ou à pé, ou em equipamentos especializados, como torres de observação. Exige-se técnicas de interpretação ambiental com guias naturalistas especializados ou guias mateiros treinados.	Especialmente para a fauna, pode-se precisar de roupas camufladas, técnicas de caminhadas, livros de identificação de animais e de pegadas e equipamentos como binóculos, torres de observação e canopy walkway.
Observação de pássaros (Birdwatching)	Observar, identificar e estudar pássaros em seu ambiente natural. Trilhas específicas para esta atividade podem ser implantadas. Os pássaros podem ter hábitos muito diferentes entre as diversas famílias e deve-se conhecer as melhores épocas e os horários específicos pra observá-los.	Necessita de equipamentos como binóculos e bons livros de identificação de avifauna. Técnicas ousadas, guias treinados e equipamentos como torres de observação e passarelas suspensas (canapy walk) permitem maiores chances de observação.
Passeio eqüestre /	Passeios em cavalos treinados para	No caso do passeio eqüestre, não há

ALGUMAS ATIVIDADES TURÍSTICAS EM AMBIENTES NATURAIS		
ATIVIDADES / INTERESSES	**CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS**	**NECESSIDADES ESPECIAIS**
Enduro eqüestre	visitantes de "primeira cavalgada", de poucas horas ou de até um dia, formando típicas comitivas. O cavalo é resistente a longas caminhadas e proporciona uma maior interação com a paisagem. Enduro eqüestre é o deslocamento por roteiros mais longos e acidentados, exigindo animais mais robustos e treinados.	necessidade de experiência prévia, apenas de orientações gerais do guia e de proteção do sol. O enduro eqüestre é para visitantes mais experientes. Neste caso é preciso também equipamentos e conhecimento do roteiro.
Pescaria amadora / Esportiva	Muito popular em vários países, ganhando muitos adeptos no Brasil. A prática da soltura do peixe após sua captura (pesque e solte) também está crescendo. Equipamentos simples e baratos são suficientes para uma boa pescaria.	Utilizar anzóis sem farpas machucam menos os peixes. Obedeça a legislação local e federal, e obtenha a licença de pesca. Há restrições para a época de reprodução (nov. à março) e para o tamanho máximo de captura de algumas espécies. Deve-se evitar as áreas de pesca de subsistência das comunidades locais.
Visita em Cavernas / Espeleomergulho	A visita em cavidades naturais permite conhecer um ambiente único, frágil e inóspito. Algumas cavernas apresentam graus de dificuldade e só devem ser exploradas com acompanhamento por especialistas, pois possuem abismos, travessias de rios e lagos internos e até quedas d'água.	O Ibama exige plano de manejo da visitação e acompanhamento especializado. A fauna é extremamente sensível às alterações ambientais provocadas pela visitação. Os espeleotemas : são frágeis. Exige-se certo esforço físico e equipamentos, alguns não tão baratos.
Visitas às comunidades locais / tradicionais	Atividades que proporcionam ao visitante trocas de conhecimentos, vivências e experiências culturais. Regionalismos e marcas de miscigenação racial. possuem grande interesse turístico, tais como a gastronomia, a arquitetura, a música, o artesanato e as vestimentas. Modos de vida, tais como atividades de lida com o gado, de pesca, de fabricação dê medicamentos e cosméticos naturais entre outros, agregam valor cultural ao roteiro ecológico.	Estudos antropológicos e sócio-ambientais são necessários para se conhecer as fragilidades culturais de alguns povos, principalmente indígenas e quilombolas. Ações de resgate e valorização cultural podem ser necessárias se receber visitantes de diferentes culturas. Planejamento participativo contribui no preparo da comunidade e para ampliar os benefícios.

QUADRO 1 - Algumas atividades turísticas em ambientes naturais.
Fonte: Programa de Turismo e Meio Ambiente do WWF – Brasil

No contexto brasileiro, Seabra (2001, p. 69) complementa ainda que:

> Em toda a extensão continental do Brasil, somente não são encontradas cordilheiras cobertas de neve, vulcões ativos e as geladas regiões glaciais, embora todas as regiões brasileiras possuam paisagens naturais únicas, potencialmente destinadas ao ecoturismo.

Desta forma, o ecoturismo tende a consolidar-se como uma modalidade do turismo sustentável bastante promissora no Brasil perante as suas vastas alternativas naturais e culturais. Existem portanto, nas atividades ecoturísticas dimensões envolvidas que deverão ser identificadas, estudadas e devidamente atendidas pelas organizações ofertantes do ecoturismo, buscando a redução ou eliminação dos problemas gerados por práticas insustentáveis, através da orientação dos componentes do ecoturismo por princípios da sustentabilidade.

2.5.4 O Ecoturismo e as dimensões da sustentabilidade

O Programa das Nações Unidas (Unep) reconhece que existe um consenso sobre aquilo que chama de “componentes do ecoturismo”, cuja concepção é orientada por padrões de sustentabilidade destacando o seguinte:

> - contribuir para a conservação da biodiversidade;
> - contribuir para bem-estar das populações locais;
> - incluir a interpretação ambiental, a experiência da aprendizagem no ambiente;
> - envolver ações responsáveis dos turistas e da indústria do turismo;
> - disseminar fundamentalmente em pequenos grupos envolvendo negócios de pequena escala;
> - requerer o mais baixo consumo possível de recursos não-renováveis;
> - dar ênfase à participação local e à oportunização de negócios e iniciativas empreendedoras, especialmente para a população rural. (PIRES, 2002, p. 160).

Com base nesta concepção da Unep, pode-se destacar, no mínimo, 6 (seis) dimensões envolvidas: econômica, ambiental, social, cultural, espacial (ou territorial) e política (interna). Conforme já apresentado, Ignacy Sachs definiu 8 (oito) dimensões da sustentabilidade a serem atendidas dentro de uma visão geral das ações locais, nacionais e internacionais, sendo necessário, portanto, identificar quais dimensões estão diretamente envolvidas no ecoturismo, pois, nem todas podem estar contempladas em atividades produtivas e de serviços específicas. O desafio está em definir claramente quais as dimensões e com que intensidade cada uma das dimensões (ou critérios) influencia determinada atividade produtiva ou de serviço.

Ao focar os estudos sobre o ecoturismo, identificar as dimensões da sustentabilidade envolvidas na modalidade torna-se possível através dos conceitos, princípios e diretrizes apresentadas por vários especialistas. Mesmo com a diversidade conceitual apresentada no capítulo anterior, é possível através de aproximações conceituais extrair ao menos as principais dimensões da sustentabilidade envolvidas na modalidade. É evidente que como o ecoturismo é uma atividade econômica, a dimensão econômica é a que incide com maior intensidade na oferta da atividade, mas como apresentado em seus variados conceitos, os princípios da atividade ecoturística devem estar apoiados nas bases

conceituais da sustentabilidade, e portanto, por mais importância que a dimensão econômica tenha na oferta do ecoturismo, esta dimensão é delimitada por outras dimensões (como a ambiental e ecológica), não podendo simplesmente desconsiderar as demais dimensões também diretamente envolvidas.

Então, no Brasil, segundo as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, da Embratur (1994, p. 21), tem-se que,

> uma política para o desenvolvimento do ecoturismo no país, deve ser direcionada ao atendimento dos seguintes objetivos básicos:
> - compartilhar as atividades de ecoturismo com a conservação de áreas naturais;
> - fortalecer a cooperação interinstitucional;
> - possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor;
> - promover e estimular a capacitação de recursos humanos para o ecoturismo;
> - promover, incentiva e estimular a criação e melhoria da infra-estrutura para a atividade de ecoturismo;
> - promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental.

Aqui, identifica-se o envolvimento da dimensão ambiental, política (interna), social, econômica, espacial (ou territorial) e cultural, onde todas fazem parte das dimensões da sustentabilidade apresentadas por Sachs.

Conforme Buckley (1994, p. 52), a relação turismo-ambiente engloba a dimensão ambiental (e seus recursos naturais), a econômica e a educacional (esta, parte integrante da dimensão sócio-cultural) e a dimensão territorial, todas incorporadas nos tópicos a seguir:

> - a tomada dos componentes naturais do ambiente como base de atrativos para a promoção dos negócios e do produto turístico;
> - o manejo operacional do turismo para minimizar seus impactos ambientais;
> - a contribuição econômica ou material do turismo à conservação, tanto direta como indireta;
> - a contribuição econômica ou material do turismo à conservação, tanto direta como indireta;
> - as atitudes dos turistas em relação ao ambiente e à sua educação por parte dos operadores turísticos.

Em resumo, todas as abordagens concordam que pelo menos 5 (cinco) dimensões da sustentabilidade entre elas a econômica, ambiental, social, cultural e territorial devem estar presentes no ecoturismo oferecido pelas organizações envolvidas com esta modalidade, podendo ainda ser incluída a dimensão política (interna), pois, o planejamento do ecoturismo, em muitos casos, trata-se de um acordo político entre vários interessados e envolvidos como as organizações e a sociedade.

Segundo Mousinho et al (1998, p. 62),

> O ecoturismo depende da conservação, caso contrário os atrativos irão desaparecer. Por outro lado, a conservação pode mais facilmente ser promovida com a ajuda dos recursos financeiros gerados pelo Ecoturismo. Manter áreas protegidas significa muito mais que se preocupar com a fauna e a flora em si. Significa qualidade ambiental e qualidade de vida na cidade, tanto do ponto de vista físico, ao oferecer áreas com clima agradável, tranqüilidade e ar puro, quanto do ponto de vista sócio-psicológico, ao oferecer áreas para lazer, descanso, encontros sociais, isolamento e deleite estético. Estes são alguns dos aspectos que os turistas levam em conta ao escolher um lugar para ir, deve-se garantir a sua existência. Os esforços pela conservação não devem terminar nunca.

Diante disso, uma análise detalhada dos reflexos referente às práticas ecoturísticas das agências turísticas sobre cada dimensão, pode mostrar a real condição da modalidade dentro do contexto do desenvolvimento sustentável de determinada região, principalmente no Brasil, devido à ausência de estudos mais aprofundados nesta área, contribuindo para detecção de problemas e propondo alternativas viáveis de ações corretivas. Ressalta Carvalho (1993) que não é possível falar em sustentabilidade sem contextualizá-la historicamente e dimensioná-la; a questão que se deve colocar é: sustentabilidade do que, quando, onde e por quê?

Baseado nesta contextualização e dimensionamento da sustentabilidade, este trabalho buscou analisar a ligação ou o distanciamento entre os princípios e aproximações conceituais de ecoturismo e as práticas mais recentes das organizações (agências e operadoras turísticas) que exploram este segmento turístico no Município de Joinville, além de mostrar o comprometimento organizacional com o desenvolvimento sustentável pelo atendimento da agenda 21 municipal. Quanto maior o envolvimento das organizações na oferta do ecoturismo, maiores seus deveres e responsabilidades diante da sociedade e do ambiente natural.

2.5.5 Organizações turísticas e ecoturismo: uma relação de sustentabilidade

No decorrer do século XX, o estudo das organizações esteve sempre relacionado ao desenvolvimento da Teoria da administração. A Teoria da Administração passou a conceituar a organização de acordo com a ênfase que cada nova abordagem apresentava em determinado momento. Assim, as principais

variáveis ou ênfases dadas pela Teoria das Organizações, estiveram relacionadas às tarefas, à estrutura, às pessoas, ao ambiente, à tecnologia e à competitividade, além de manter-se aberta a novas concepções de organização.

Conforme o período, novas abordagens da organização surgiram com as escolas da administração, trazendo também um novo conceito de organização. O conceito de organização evoluiu, adaptando-se as novas necessidades e exigências da sociedade. Hoje, uma organização pode ser definida como "uma entidade social composta de pessoas e de recursos, deliberadamente estruturada e orientada para alcançar um objetivo comum". (CHIAVENATO, 2004, p. 23). Com isso, pode-se considerar como organizações: as indústrias, órgãos públicos, instituições militares, instituições de ensino, prestadoras de serviços turísticos, de engenharia, de tecnologia, pois caracterizam-se como uma estrutura formada por pessoas direcionada a alcançar um objetivo comum, por mais variados que sejam os objetivos de cada organização.

Ao direcionar-se o estudo organizacional para a atividade turística, pode-se identificar um grande número de organizações que interagem entre si e que possuem uma grande responsabilidade para com o bem-estar da sociedade, formando segmentos conhecidos por *trade* turístico. Para uma melhor compreensão de como estão divididas as organizações empresariais envolvidas com o turismo, em específico as agências turísticas, e suas inter-relações com a sociedade é importante saber que,

> atualmente, os principais segmentos da sociedade com interesse no desenvolvimento do ecoturismo podem ser assim identificados:
> o *trade* turístico, ou seja, operadores, agências, promotores, empresas de viagens, hotelaria, guias, etc.; a área governamental e os organismos oficiais; as organizações não-governamentais da área ambiental e conservacionista articuladas a instituições de fomento e financiamento; as populações residentes nas destinações; o público turista; o meio acadêmico; a mídia.
> Cada um desses setores tende a conceber sua própria idéia de ecoturismo em função da sua relação e de seus interesses mediatos e imediatos sobre o tema (...). (PIRES, 2002, p. 140).

Todas estas organizações turísticas fazem parte e interagem com o sistema econômico maior, composto por outros agentes econômicos como as famílias, os governos, as instituições financeiras, o comercio exterior.

Segundo Lemos (2001, p. 38-43), a classificação dos agentes econômicos do turismo é composta da seguinte forma:

> 1. O governo da localidade receptora; 2. A comunidade receptora; 3. Os trabalhadores do setor; 4. As empresas de maneira geral – aqui estão incluídas todas as empresas da localidade receptora (...); 5. As empresas de hospedagem – são empresas de rede hoteleira, pousadas, condomínios de férias, *time-sharings, resorts*, imobiliárias que alugam e vendem imóveis, *campings* e casas de aluguel (...); 6. O sistema financeiro da localidade receptora; 7. As operadoras turísticas – estas empresas negociam a aquisição de diárias em hotéis, lugares em vôos ou fretamento aéreo (*charter*) e rodoviário. Montam roteiros, e seus produtos finais são chamados de "pacotes", que são vendidos às agências e, eventualmente, diretamente aos turistas; 8. As empresas de transporte; 9. As agências de viagens – estas têm a função fundamental de ligar os turistas à oferta de produtos turísticos. É um canal de informação de preços e opções de visitas e seus roteiros; 10. Os turistas; 11. O sistema financeiro da localidade emissora; 12. Os governos das localidades emissoras.

Dentre todas as organizações destacadas, aquelas diretamente envolvidas na oferta do ecoturismo tem grandes responsabilidades, pois, o ambiente natural é seu maior aliado, e evitar a depleção destes locais o seu maior desafio. Então, partindo do princípio de que as organizações diretamente envolvidas com qualquer atividade produtiva ou de serviços tornam-se responsáveis diretas por suas ações, na oferta dos serviços turísticos, as agências e operadoras ecoturísticas também ficam diretamente responsáveis por suas ações principalmente nos locais onde há frágeis ecossistemas.

Para Wearing e Neil (2000, p. 37), "os responsáveis pelo ecoturismo precisam aprender sua filosofia e as exigências e conseqüências a ela associadas". A oferta do ecoturismo deve ser feita após uma minuciosa análise de seus impactos para o meio ambiente e para a sociedade e de um planejamento em bases sustentáveis, mesmo porque, as práticas ecoturísticas são realizadas principalmente em montanhas e florestas cuja importância para a sustentabilidade global é reconhecida até mesmo pela Agenda 21 Global através do capítulo 11, que aborda o combate ao desflorestamento e do capítulo 13 ao que se refere ao gerenciamento de ecossistemas frágeis: desenvolvimento sustentável das montanhas, capítulos estes exclusivamente dedicados a estas fontes naturais de vida e de valiosos recursos.

Salienta Wearing e Neil (2000, p. 37) que,

> Os efeitos negativos do ecoturismo são, em grande parte, decorrentes do fato de a visitação muitas vezes preceder a administração e o planejamento efetivos. Há, portanto, a necessidade de formular e implantar estratégias de planejamento adequadas para assegurar que a expansão futura do ecoturismo aconteça de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Quando se trata de sustentabilidade, principalmente em ambientes naturais, o planejamento tem um papel determinante no delineamento das ações junto ao meio ambiente. Sua adequada aplicação ao ecoturismo pode contribuir para a redução dos impactos negativos sobre o meio ambiente, sobre as comunidades locais e suas economias. Entender os mecanismos que promovem a criação da infra-estrutura para o desenvolvimento e os requisitos políticos e institucionais básicos para o planejamento e para a administração do ecoturismo, pode assegurar que o turismo não ultrapasse sua base sustentável. (WEARING e NEIL, 2000 , p. 35).

Apesar de imprescindível a consciência ambiental e a ética dos praticantes do ecoturismo junto aos ambientes por eles visitados, a maior responsabilidade está nas mãos das organizações turísticas como agências e operadoras. Suas práticas devem seguir um código de conduta ou um plano de ação (local) que vise reduzir ou eliminar os impactos negativos sobre o meio ambiente e sobre a sociedade. No que diz respeito às organizações de negócios, o exemplo mais importante de uma ótica de expansão para conservação, de quantidade para qualidade, é a mudança nos critérios fundamentais que definem o que seja sucesso (FERREIRA e COELHO, 2000, p. 53). Assim sendo, administrar estas organizações, torna-se um grande desafio, pois mesmo dentro da organização muitos interesses permeiam entre as atividades meios e fins da empresa. A sustentabilidade exige uma mudança de postura dos profissionais em relação ao meio ambiente e a sociedade. Referente a mudança de postura e valores da sociedade, pode-se destacar que,

> para que o desenvolvimento sustentável torne-se uma mudança real e duradoura na vida humana, é necessário que, além dos esforços das empresas e Governos com relação à busca de uma produção sustentável de bens, que ocorra a incorporação do critério da sustentabilidade, como um valor intrínseco, por toda a população mundial. Assim, é prioritário fazer-se investimentos em processo educativos que levem as pessoas a repensar seu estilo de vida, seus hábitos e valores, e a incorporar esta nova variável no seu cotidiano. (FERREIRA e COELHO, 2000, p. 53)

A integração entre as organizações turísticas e os demais atores (envolvidos) aponta para formação de um sistema, que Beni (1987), baseado na teoria dos sistemas, conceitua como o conjunto de procedimentos e doutrinas, idéias ou princípios, com a intenção de descrever o funcionamento da atividade turística como um todo, de forma ordenada e coesa. Um plano de ação local, reforça a atuação organizacional de forma organizada e sistêmica diante do ambiente complexo. Além disso, dá alicerces para os pequenos empreendimentos, como no caso das

organizações que oferecem e sobrevivem do ecoturismo. Por ser o ecoturismo uma atividade turística oferecida em certas regiões em pequena escala, sua oferta é feita, na maioria das vezes, por pequenas agências ou operadoras sem estrutura para suportar um grande número de clientes, limitando assim, o capital de giro destas organizações. Wearing e Neil (2000 , p. 35) vêm a ressaltar que,

> devido à pequena escala de operações, o apoio político, a estabilidade de mercado, os custos comerciais e o emprego não são tão sólidos quanto no turismo convencional. Contudo o tamanho limitado do grupo proporciona um experiência de maior qualidade para o turista.

Ainda segundo estes autores, “é importante observar que, mesmo quando o ecoturismo é organizado para fornecer benefícios econômicos às áreas de proteção, essas áreas devem ser administradas, supervisionadas e controladas rigorosamente por medida de proteção”. (WEARING e NEIL, 2000 , p. 75). Isto reforça a necessidade de um planejamento ecoturístico local de forma integrada, sistêmica, gerando uma maior influência das pequenas agências e operadoras ecoturísticas frente ao poder político local e uma maior solidez para as atividades consideradas de bases sustentáveis frente a complexidade do mercado. Ou seja, “a complexidade do fenômeno turístico e uma política turística exigem um certo controle pelo governo e uma política turística que orientem, mas não restrinjam, a iniciativa privada” (TOMASI, 2000, p. 58). Além disso, a participação mais efetiva das organizações turísticas nas ações sociais e governamentais, pode contribuir na elaboração de planos de ação locais, legislações e normas municipais, como por exemplo na elaboração da Agenda 21 local, documento que busca direcionar as [illegible] organizacionais para o desenvolvimento sustentável.

2.6 A Agenda 21: um guia para o desenvolvimento sustentável

Considerada um marco da Conferência da ONU realizada na Cidade do Rio de Janeiro, também conhecida por Rio - 92, a Agenda 21 vem expressar o desejo das nações em perpetuar a espécie humana, através da definição de planos de ação nas mais diversas regiões e nações do planeta.

Levada ao nível estadual e municipal no Brasil, a Agenda 21 vem a ser o documento de grande relevância para as futuras ações organizacionais, sociais e até individuais, cujos objetivos estão diretamente relacionados com a sustentabilidade.

Os itens 2.6.1, 2.6.2 e 2.6.3 trazem o histórico e os objetivos da Agenda 21 em seus mais diversos níveis de aplicação, partindo desde o nível global até o nível municipal. No nível municipal destaca-se a Agenda 21 do Município de Joinville / SC, mostrando a preocupação deste município com questões de planejamento e programação de atividades ecoturísticas nos ambientes naturais e culturais daquela localidade.

2.6.1 Origem e objetivos da Agenda 21

Durante a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento organizada pela ONU e realizada no Brasil no ano de 1992 (RIO-92), são apresentados três grandes documentos: a Convenção sobre Mudanças Climáticas e a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Agenda 21 global, uma espécie de plano de ação que veio sendo desenvolvida durante dois anos até culminar com sua aprovação na RIO-92 (MOUSINHO, 2003, p. 334), com metas aceitas universalmente para o período pós - 1992 e entrando pelo século 21, definido por diversos países, como forma de comprometimento da humanidade com o futuro do Planeta. Este plano de ação, denominado a partir deste momento de Agenda 21, propõe vários procedimentos e metas a serem seguidos e alcançados pelas diversas nações ao longo do século 21, tendo como objetivo, portanto, traduzir em ações o conceito de desenvolvimento sustentável. (MOUSINHO, 2003, p. 334). Desta forma, partir de um contexto local seria o passo mais importante tendo em vista a diversidade e a complexidade de um plano em nível global.

Conforme Novaes (2003, p. 323),

> A agenda 21 não é apenas um documento. Nem é um receituário mágico, com fórmulas para resolver todos os problemas ambientais e sociais. É um processo de participação em que a sociedade, os governos, os setores econômicos e sociais sentam-se à mesa para diagnosticar os problemas, entender os conflitos envolvidos e pactuar formas de resolvê-los, de modo a construir o que tem sido chamado de sustentabilidade ampliada e progressiva.

Segundo a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, o capítulo 28 da Agenda 21 global reforça que,

> como muitos dos problemas e soluções tratados na Agenda 21 têm suas raízes nas atividades locais, a participação e cooperação das autoridades locais será um fator determinante na realização de seus objetivos. As autoridades locais constroem, operam e mantêm a infra-estrutura econômica, social e ambiental, supervisionam os processos de planejamento, estabelecem as políticas e regulamentações ambientais locais e contribuem para a implementação de políticas ambientais nacionais e subnacionais. Como nível de governo mais próximo do povo, desempenham um papel essencial na educação, mobilização e resposta ao público, em favor de um desenvolvimento sustentável. (CMMAD, 2004, p. 01).

Baseados nesta premissa, com o passar dos anos, além da adoção maciça pelos países membros, muitos dos Estados e municípios destes mesmos países, também adotaram a agenda 21, tendo como referência a agenda nacional. Assim, muitas nações e localidades passaram a se basear na Agenda 21 Global, que viria a servir de balizadora ou parâmetro na composição e elaboração da Agenda 21 em nível estadual e municipal. Quanto ao número de nações e localidades que definiram sua agenda 21, em 1997, na Conferência Rio+5, cerca de 65 países e duas mil comunidades locais já haviam elaborado sua Agenda 21 e na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, na África do Sul, no ano de 2002, estimou-se no mínimo o dobro desse número. (NOVAES, 2003, p. 325).

A crença nas premissas e recomendações da Agenda 21, a partir da Conferência de 1992, levou muitas nações e regiões a criar sua própria agenda que baseada na Agenda 21 Global, direcionava suas ações para um desenvolvimento sustentável. Esta crença, dada também a euforia do momento, foi devido ao reconhecimento da Agenda 21 Global como um importante e necessário plano de ações voltadas à sustentabilidade dos povos. A atual Ministra Brasileira do Meio Ambiente Marina Silva declara que "a Agenda 21 reúne o conjunto mais amplo de premissas e recomendações sobre como as nações devem agir para alterar seu vetor de desenvolvimento em favor de modelos sustentáveis e a iniciarem seus programas de sustentabilidade". (MMA, 2004).

Nos termos de Novaes (2003, p. 324),

> de fato, o documento tratava de praticamente todas as grandes questões, dos padrões de produção e consumo à luta para erradicar a pobreza no mundo e às políticas de desenvolvimento sustentável – passando por questões como dinâmica demográfica, proteção à saúde, uso da terra, saneamento básico, energia e transportes sustentáveis, eficiência

> energética, poluição urbana, proteção a grupos desfavorecidos, transferência de tecnologias dos países ricos para os pobres, habitação, uso da terra, resíduos (lixo) e muito mais.

Porém, passados mais de 10 anos da proposta e da elaboração desta agenda em nível nacional, estadual e municipal, percebe-se que de todas as necessidades, procedimentos e planos constantes em seu conteúdo, muito pouco vem sendo realmente atendido pela sociedade e pelas organizações em prol da sustentabilidade. O ritmo de aplicação das ações definidas nas agendas, quando aplicadas, não está sendo suficiente para atender aos quesitos básicos da sustentabilidade. Segundo ressalta o capítulo 1 da própria Agenda 21 global (CMMAD, 1992, p. 01), “A mais ampla participação pública e o envolvimento ativo das organizações não-governamentais e de outros grupos também devem ser estimulados”.

Contudo, hoje, as ações de diversas organizações, muitas vezes isoladas e sem qualquer participação ou ligação com planejamento regional ou local, não seguem os fundamentos da agenda 21 local, contribuindo para os desequilíbrios, para as distorções e para a incompatibilidade dos programas organizacionais no momento de uma integração com outros sistemas mais amplos e complexos. O fato de uma nação ou região possuir uma agenda 21, não necessariamente representa o seu real envolvimento com a questão do desenvolvimento sustentável, pois, para a sustentabilidade, planejar é importante mas agir é indispensável.

2.6.2 Agenda 21 Brasileira

No que se refere à Agenda 21 brasileira, sua elaboração iniciou-se já tardiamente, em 1997, por iniciativa do então ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e da secretária-geral do Ministério Aspácia Camargo, com a criação de uma Comissão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável e que após

envolver 40 mil pessoas nas discussões nos estados, nas macrorregiões e em Brasília, foi concluída em 2002. (NOVAES, 2003, p. 325).

Sobre o processo de elaboração da Agenda 21 brasileira, em seu discurso na reunião regional preparatória para a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, em 23 de outubro de 2001, na cidade do Rio de Janeiro / RJ, o ex-ministro brasileiro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares destacou o seguinte:

> No caso da Agenda 21, foram realizados, entre setembro de 2000 e maio de 2001, 26 encontros estaduais. Nesses eventos foram apresentadas e discutidas 5.800 propostas com a participação de cerca de 3.800 entidades e instituições dos setores governamental, civil e produtivo. Foram realizados também cinco seminários regionais e estão previstas audiências públicas de âmbito nacional. Tudo isso para produzir um documento a ser apresentado ao Governo, ao Congresso Nacional e à sociedade, como referência para o desenvolvimento sustentável nos próximos anos. (TAVARES, 2001, p. 02).

Ainda segundo o ex-ministro Martus Tavares, “esta nova maneira de ver o desenvolvimento está fundamentada na percepção de que é necessário enfrentar o problema de uma forma integrada, multidisciplinar, mas sobretudo participativa”. (TAVARES, 2001, p. 01). Isto vem confirmar a complexidade e ressaltar a presença constante dos diversos conflitos de interesses que permeiam as discussões sobre desenvolvimento sustentável, pois, quando se trata de mudanças de comportamento ético, geração de capital social e conscientização ambiental há sempre a resistência principalmente quando estas mudanças tendem a gerar ou elevar os custos da organização.

Diante destes debates, Novaes (2003, p. 326) argumenta que,

> talvez o mais importante nesse processo seja a explicitação de conflitos. Quase sempre que se discute o desenvolvimento sustentável e/ou a preservação do meio ambiente sobrevém a tentação de fugir a essa explicitação de conflitos. Porque é difícil, penoso, provoca sempre reações agressivas dos setores econômicos ou sociais que tenham de assumir ônus, custo, nas soluções. Mas não há como fugir a isso – ou então se caminhará para propostas ineficazes, distantes de soluções.

Assim, mesmo que os problemas percebidos não sejam fáceis de serem solucionados, o debate e as discussões regionalizadas apresentam-se como uma importante alternativa, pois, ao serem levantadas todas a dificuldades para cada ação também vão emergindo alternativas e soluções mais complexas contendo uma amplitude e profundidade maior vindo a englobar as demais dimensões.

Conforme destaca o Ministério do Meio Ambiente (2004), em seu site, a Agenda 21, que tem provado ser um guia eficiente para processos de união da sociedade, compreensão dos conceitos de cidadania e de sua aplicação, é hoje um dos grandes instrumentos de formação de políticas públicas no Brasil. O conceito de desenvolvimento sustentável se dissemina entre as comunidades através de sua aplicação prática e seus princípios vão se tornando cada vez mais claros, diante da constante busca por soluções, realizada de forma ampla e progressiva, mesmo frente às contradições ainda existentes. Pode-se reconhecer este documento como um forte indício do envolvimento de diversas organizações e localidades na busca pela sustentabilidade.

Além disso, a própria Agenda 21 brasileira,

> consagra o conceito de sustentabilidade ampliada e progressiva. A sustentabilidade ampliada preconiza a idéia da sustentabilidade permeando todas as dimensões da vida: a econômica, a social, a territorial, a científica e tecnológica, a política e a cultural; já a sustentabilidade progressiva significa que não se deve aguçar os conflitos a ponto de torná-los inegociáveis, e sim, fragmentá-los em fatias menos complexas, tornando-os administráveis no tempo e no espaço. (MMA, 2004, p. 18).

Enfim, a Agenda 21 brasileira já é uma realidade e deve estar em constante revisão, evolução e melhoria, mas que já pode também ser considerado um importante guia na orientação quanto às direções a serem tomadas através das ações específicas de cada região ou localidade.

Deste modo, mesmo que a agenda 21 local não dependa, para sua implantação, da Agenda 21 nacional, a Agenda 21 brasileira atualmente vem servindo de base para a elaboração da Agenda 21 local por todo o Brasil, agenda esta que tem como objetivo atender as necessidades regionais ainda mais específicas e podendo contribuir para o desenvolvimento regional sustentável.

2.6.3 Agenda 21 local

A Agenda 21 local é, assim como a Agenda 21 global e nacional, um plano de ação estratégica, mas que visa contemplar no longo prazo, a necessidade de um desenvolvimento local sustentável, contribuindo assim, para atender às necessidades constantes na Agenda 21 nacional e global.

O Ministério do Meio Ambiente destaca que,

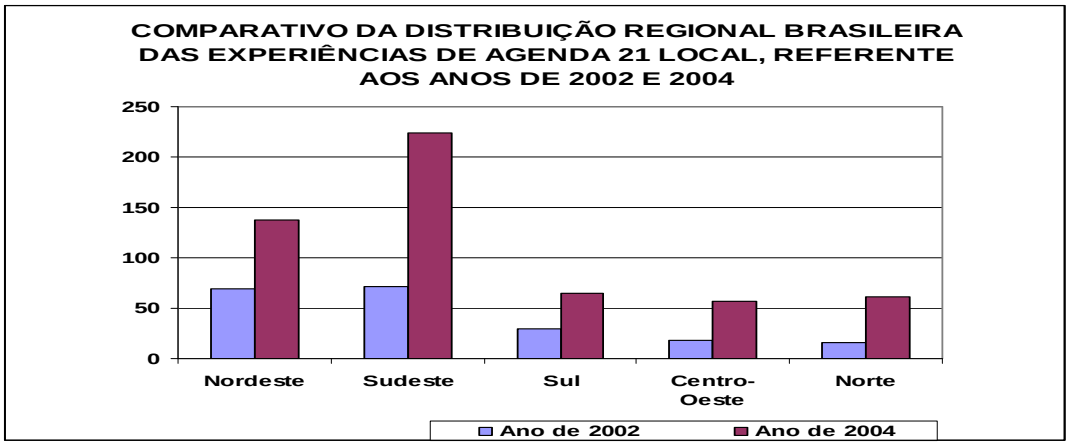
> a Agenda 21 Local é um instrumento de planejamento de políticas públicas que envolve tanto a sociedade civil e o governo em um processo amplo e participativo de consulta sobre os problemas ambientais, sociais e econômicos locais e o debate sobre soluções para esses problemas através da identificação e implementação de ações concretas que visem o desenvolvimento sustentável local. (MMA, 2004, p. 01).

Como a Agenda 21 nacional hoje serve de base na elaboração da Agenda 21 local, mesmo que muitas Agendas 21 locais tivessem sido elaboradas muito antes da Agenda 21 nacional, “o processo de elaboração da Agenda 21 Brasileira teve sua metodologia adaptada para os diversos municípios, estados e regiões do país, e hoje já são contabilizadas mais de duzentas iniciativas de elaboração de Agendas 21 locais”. (MMA, 2004, p. 62).

Segundo o site Agenda 21 (2004),

> Em agosto de 2002 existiam aproximadamente 204 experiências em andamento - os dados estão em permanente atualização. Entre esses, existem experiências de Agendas 21 Locais já elaboradas, como são os casos de Serra e Vitória no Espírito Santo, Florianópolis e Joinville em Santa Catarina, Piracicaba em São Paulo e a Agenda 21 do Estado de Pernambuco.

O gráfico 1, apresenta um comparativo da distribuição em nível regional das experiências de Agenda 21 Local no Brasil com base nos dados de 2002 e 2004 do Ministério do Meio Ambiente (MMA):



Dados de origem do gráfico 1:

	ANO 2002		ANO 2004	
Região	**nº**	**%**	**nº**	**%**
Nordeste	69	34%	137	25%
Sudeste	72	35%	224	41%
Sul	29	14%	65	12%
Centro-Oeste	18	9%	57	10%
Norte	16	8%	61	11%
Total	**204**	**100%**	**544**	**100%**

GRÁFICO 1– Comparação dos dados da distribuição em nível regional das experiências de Agenda 21 Local no Brasil, referente aos anos de 2002 e 2004.

Fonte: MMA (2002 E 2004).

Ao se observar o gráfico 3, pode-se constatar que entre os anos de 2002 e 2004 houve um aumento considerável das experiências de Agenda 21 Local no Brasil. O gráfico mostra, através de um comparativo, que o número de experiências de Agenda 21 locais teve um aumento de mais de 100% em cada região do país, entre os anos de 2002 e 2004. Isto mostra a preocupação das localidades em definirem seus planos de ação com o objetivo principal de se desenvolverem em bases sustentáveis.

2.6.3.1 Agenda 21 Catarinense

Seu processo foi iniciado em 5 de junho de 2000, através de um protocolo de intenções assinado pelo Governo do Estado, a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, a Universidade Federal de Santa Catarina, a Associação Brasileira dos Engenheiros Sanitaristas, o Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa Brasileira e o Instituto Larus, entre outros representantes da sociedade civil organizada. Após diversas reuniões e seminários com vários representantes da sociedade organizada, entre elas as organizações não-governamentais, educacionais e de ciência e tecnologia, é aprovado em outubro de 2002, o documento preliminar da Agenda 21 Catarinense, contendo a síntese dos 10 seminários realizados anteriormente. Este documento foi encaminhado, mais tarde para diversas organizações a fim de receber críticas, avaliações e sugestões de melhoria. Os diversos debates realizados neste período, tiveram uma grande relevância na elaboração do documento que vêm a definir as bases estaduais para o desenvolvimento sustentável catarinense.

No caso do Estado de Santa Catarina, a Agenda 21 estadual já é uma realidade, mas, mesmo antes do início de sua elaboração alguns dos principais municípios catarinenses já possuíam sua própria Agenda 21, como foram os casos dos Municípios de Florianópolis e Joinville.

2.6.3.2 Agenda 21 Municipal de Joinville/SC: incentivando o desenvolvimento do ecoturismo em bases sustentáveis

Uma das primeiras localidades a elaborar sua própria Agenda 21, dentro do contexto brasileiro, foi o Município de Joinville, em Santa Catarina. A elaboração da Agenda 21 deste município teve seu início em 24 de abril de 1997, através do ato de instalação da Comissão de Políticas e Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Municipal. Durante um período de debates e a realização de vários seminários e palestras para a discussão do tema, em 02 de abril de 1998, é realizada a entrega da Agenda 21 Municipal à toda comunidade e para o então o prefeito, Luiz Henrique da Silveira.

Contendo, no total 25 capítulos, a Agenda 21 do Município de Joinville aborda questões como a integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões (Capítulo I), cooperação para acelerar o desenvolvimento sustentável local (capítulo III), conservação da diversidade biológica: gerenciamento dos ecossistemas naturais (capítulo XI), entre outros. É no capítulo XII que a questão do combate ao desflorestamento e à erosão do solo ressalta a importância de desenvolver atividades como o ecoturismo, pois nos termos da Agenda 21 Municipal (1998, p. 109),

> a humanidade é notoriamente predadora, extrativista e péssima cultivadora. Dadas as condições de clima e solo da região de Joinville, em verdade tem-se desperdiçado um tempo precioso, ao se ignorar as potencialidades de um setor onde a economia local poderia ter um diferencial significativo em termos de mercado internacional. Todos os indicadores apontam que na virada do século os produtos florestais serão um grande negócio.

Sem dúvida, neste novo século, os produtos florestais estão se valorizando cada vez mais, mas esta valorização ocorre pela lógica econômica, isto é, quanto mais escasso um recurso mais caro ele se torna. O desenvolvimento de atividades de serviços turísticos como a modalidade ecoturística, podem contribuir para minimizar ou até mesmo em alguns casos eliminar impactos negativos detectados em áreas florestais ou litorâneas da região frente ao consumo e exploração desordenada destas áreas, assim como “propiciar renda e emprego às camadas mais pobres da população” (AGENDA 21 MUNICIPAL, 1998, p. 110), conforme também pregam os principais conceitos de ecoturismo. Além disso, desenvolver o ecoturismo não depende somente das empresas como agências turísticas mas também do poder público e da sociedade, pois, para a sustentabilidade é preciso “envolver de forma harmônica e sintonizada, as três esferas de poder: união, estado e município, com o setor empresarial e a comunidade”. (AGENDA 21 MUNICIPAL, 1998, p. 111).

Outra questão levantada pela Agenda 21 do Município de Joinville e presente nos conceitos de ecoturismo é a educação ambiental (capítulo XV). Na educação ambiental também é evidente a necessidade da participação de todas as organizações, pois, segundo a Agenda 21 de Joinville (1998, p. 129),

> mobilizar iniciativas das comunidades, de organizações governamentais e não governamentais e de outras instituições externas ao sistema educacional, para a implantação, ampliação e aperfeiçoamento de práticas

> de educação ambiental adequadas aos públicos que delas se beneficiam ou com elas interagem.

Talvez, a educação ambiental seja o principal instrumento de conscientização e orientação da população a respeito da desejada sustentabilidade, pois será pela educação que se mobilizará cada vez mais a organização local (escolas, empresas, grupos sociais) a participarem dos projetos de base sustentável. Mesmo dentro de uma perspectiva de longo prazo, as organizações sociais e empresariais deverão rever seus conceitos sobre as suas reais missões, visões e valores.

A Agenda 21 Municipal (1998, p. 105) também salienta a importância de "estimular o turismo ecológico desempenhado segundo princípios de proteção e conservação das unidades visitadas, respeitados os limites de sustentabilidade das mesmas, definida com base nos estudos propostos", contribuindo com a educação ambiental na região.

Portanto, a Agenda 21 é um documento no qual muitas empresas podem basear seus planejamentos ecoestratégicos (em Sachs) e agir conforme as determinações deste plano de ação, fazendo com que os programas contribuam para o desenvolvimento sustentável do município. A Agenda 21 do Município de Joinville apresenta premissas e determinações que convergem com os conceitos e princípios de ecoturismo e vêm confirmar a importância da sustentabilidade na oferta da modalidade ecoturística.

3 METODOLOGIA

A elaboração de trabalhos científicos necessita de uma fundamentação metodológica consistente e coerente para com os objetivos da pesquisa. Estudar os fenômenos sociais exige procedimentos metodológicos que atendam as necessidades do pesquisador sem comprometer a coerência da pesquisa. Este capítulo apresenta a metodologia aplicada a esta pesquisa, suas fases, procedimentos e instrumentos de coleta de dados, seleção dos participantes e estratégia de pesquisa, além de apontar suas limitações e sugestões para futuros estudos da sustentabilidade.

3.1 Indicação e justificação do paradigma que orienta o estudo

Esta pesquisa foi baseada no estudo da sustentabilidade de uma modalidade do turismo sustentável, denominada de ecoturismo. Caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa, por se tratar de um estudo exploratório-descritivo, ausente de hipóteses, sem a intenção da quantificação da amostragem e com preocupação no processo e não somente nos resultados (TRIVIÑOS, 1987). Além disso, esta pesquisa caracterizou-se pela profundidade do estudo da sustentabilidade do ecoturismo, não se preocupando com generalização dos resultados, pois, segundo Dencker (2003, p. 107), “a pesquisa qualitativa, é adequada para se obter um conhecimento mais profundo de casos específicos, porém não permite a generalização em termos de probabilidade de ocorrências”.

Como este estudo buscou conhecer as dimensões da sustentabilidade do ecoturismo, apontando a sustentabilidade ou insustentabilidade de tal atividade turística, apoiou-se no enfoque sistêmico para sua análise, devido às características complexas e interativas existentes entre tais dimensões. Conforme Triviños (1987, p. 81), “o enfoque sistêmico dirige sua atenção especialmente ao estudo dos sistemas

altamente complexos como são, por exemplo, os de natureza psicológica, social, biológica etc". Assim, foi possível determinar a ligação da sustentabilidade (através de suas dimensões) com o ecoturismo em uma determinada localidade ou região. Além disso, Triviños (1987, p. 82) também destaca que "o enfoque sistêmico deve ser entendido como uma reação à concepção mecanicista de interpretação da realidade", e teve grande importância nesta pesquisa, pois, permitiu conhecer as interações e os reflexos entre as dimensões (variáveis) envolvidas com o ecoturismo.

3.3 Fases de desenvolvimento da pesquisa

1ª Fase: Para a identificação das dimensões da sustentabilidade envolvidas no ecoturismo, partiu-se das 8 (oito) dimensões da sustentabilidade, definidas por Ignacy Sachs, como linhas mestras para esta pesquisa. As dimensões consideradas na pesquisa são: econômica, social, ambiental, ecológica, territorial, cultural, política interna (aqui considerando a municipal) e externa (considerando a nacional e internacional). A fim de definir quais as dimensões da sustentabilidade são contempladas no ecoturismo, uma identificação mais precisa das principais dimensões da sustentabilidade, para este componente do turismo sustentável, foi obtida através dos conceitos e princípios do ecoturismo e das diretrizes que a Agenda 21 do município de Joinville determina, sobre o assunto. Nesta primeira fase, as dimensões foram obtidas por um estudo do tipo exploratório em fontes secundárias (livros, teses, dissertações e artigos científicos).

2ª Fase: Para se conhecer os programas ecoturísticos desenvolvidos pelas agências turísticas do município de Joinville, além da análise dos documentos existentes nestas organizações e da Agenda 21 do município de Joinville, buscou-se obter através de entrevista, com roteiro semi-estruturado, informações mais detalhadas que permitiram relacionar as dimensões de sustentabilidade com os principais programas ecoturísticos desenvolvidos por tais agências turísticas. Nesta segunda fase, tornou-se mais indicado o estudo descritivo dos programas ecoturísticos, pois, nos termos de Oliveira (2001, p. 114), o estudo descritivo,

> é um tipo de estudo mais adequado quando o pesquisador necessita obter melhor entendimento a respeito do comportamento de vários fatores e elementos que influem sobre determinados fenômenos. No planejamento da pesquisa, ou estudo descritivo, o primeiro passo a ser dado consiste no fato de se identificar as variáveis específicas.

Como variáveis específicas desta pesquisa, destacaram-se as dimensões da sustentabilidade identificadas na primeira fase.

3ª Fase: A relação destas dimensões da sustentabilidade (variáveis específicas da pesquisa) com os programas ecoturísticos, tiveram um papel determinante no estudo da sustentabilidade deste segmento turístico, pois, permitiram a verificação qualitativa do atendimento das dimensões envolvidas com o ecoturismo, através dos programas desenvolvidos pelas agências turísticas do município de Joinville / SC.

4ª Fase: Ao verificar-se o atendimento das dimensões envolvidas com o ecoturismo, através dos programas ecoturísticos de agências turísticas do município de Joinville, será constatada não apenas a condição de atividade sustentável ou insustentável, mas também, identificada as dimensões menos atendidas ou não atendidas no contexto da sustentabilidade, assim como o nível de atendimento das diretrizes direcionadas ao ecoturismo, da Agenda 21 do município estudado.

3.4 Procedimentos e instrumentos de coleta e análise dos dados

As informações foram obtidas junto aos sócios (proprietários) das agências turísticas ofertantes do ecoturismo na região de Joinville, através da técnica de entrevista pessoal, utilizadas na terceira e quarta fase da pesquisa e de fontes primárias (pesquisa documental) como o contrato social, programas e planejamentos do ecoturismo oferecido pelas empresas. O principal objetivo da pesquisa documental foi identificar o envolvimento da empresa com o ecoturismo, através da verificação do objeto social.

A verificação dos programas e planejamentos ecoturísticos existentes, teve como base o questionário aplicado às empresas elaborado segundo as variáveis definidas a partir dos estudos de Sachs, com as devidas adaptações direcionadas ao ecoturismo. Para cada uma das dimensões da sustentabilidade identificadas na

atividade ecoturística (primeira fase da pesquisa), foram elaboradas questões, que tinham como objetivo a obtenção de informações junto aos entrevistados que mostrassem o atual quadro do ecoturismo. O atendimento satisfatório da maior parte das variáveis qualitativas que compõem cada uma das dimensões, classifica o atendimento da dimensão como **satisfatória**. O não atendimento da maior parte das variáveis qualitativas de certa dimensão, classifica o atendimento de tal dimensão como **insatisfatória**.

Assim, com um roteiro de entrevista semi-estruturado (ver apêndice A), considerou-se como as variáveis qualitativas da dimensão econômica, para analise do ecoturismo oferecido pelas agências turísticas do Município de Joinville, a geração de empregos, a interação da empresa com outros setores da economia, a ênfase dada pela empresa à dimensão econômica, o investimento em marketing e a atitude da empresa frente ao mercado.

Na dimensão ambiental, as variáveis qualitativas analisadas foram, a determinação de princípios ambientais básicos, o fluxo de ecoturistas, a orientação ambiental fornecida pela empresa ao ecoturista, o envolvimento da empresa com a educação ambiental no município, a indicação de potenciais para o ecoturismo na região, o envolvimento da empresa com programas de conservação ou proteção ambiental e a verificação da oferta de atividades com características do ecoturismo.

As questões relacionadas à dimensão social buscam analisar o envolvimento da comunidade na oferta ecoturística, os reflexos (positivos / negativos) do ecoturismo sobre a sociedade, procedimentos adotados pela empresa para a terceirização dos serviços voltados ao ecoturismo, os procedimentos da empresa quanto a orientação da comunidade local (receptora), além da confirmação da existência de um padrão de orientação desta comunidade criado entre as empresa que exploram o ecoturismo.

As questões da dimensão cultural, tratam da interação da empresa com a cultura local, da oferta do ecoturismo, da existência de lugares adequados para a oferta de produtos artesanais que valorizem a cultura local, da identificação e a informação, por parte da empresa, dos impactos percebidos sobre a cultura local, da percepção da empresa sobre o comportamento do ecoturista frente aos ambientes culturais e naturais, além do posicionamento da empresa sobre quais os principais responsáveis na valorização da cultura local.

Referente às questões que compõem a análise da dimensão territorial, buscou-se identificar os locais mais usados para o ecoturismo no município e confirmar a existência de áreas adequadas às práticas do ecoturismo na região estudada. E, por fim, as questões da dimensão política municipal (ou interna) tinham como objetivo identificar os principais problemas de infra-estrutura que impedem o desenvolvimento do ecoturismo na região, apontar das principais influências (positivas / negativas) das ações do poder público sobre o desenvolvimento do ecoturismo e a participação da empresa em associações visando confirmar a existências de regras gerais ou debates entre os ofertantes do ecoturismo para a melhoria do segmento no município.

A pesquisa foi realizada nas instalações das próprias empresas participantes, durante os meses de abril e maio de 2004 e as entrevistas buscaram analisar a sustentabilidade ecoturística, segundo os programas e procedimentos destacados pelos representantes de cada agência turística pesquisada, do Município de Joinville / SC.

3.5 Seleção dos participantes e a estratégia de pesquisa

Apesar da existência de um número considerável de agências turísticas no município de Joinville / SC, ou seja, em torno de 100 agências turísticas registradas, segundo relação da Receita Municipal de Joinville fornecida em setembro de 2004, apenas 3 (três) concentram-se na oferta do ecoturismo. O levantamento das agências participantes foi realizado com base em informações da Secretaria de Turismo do Município de Joinville e por indicações das agências pesquisadas. A confirmação do envolvimento das empresas com o ecoturismo no município, foi feita através de questão específica (ver apêndice A) ou pelo acesso ao contrato social das empresas. Diante do pequeno número de agências turísticas que exploram o ecoturismo na região e da necessidade de um estudo em profundidade da sustentabilidade do ecoturismo, optou-se pela estratégia de estudo descritivo de multi-casos. Segundo Dencker (2003, p. 127), o estudo de caso “permite o conhecimento em profundidade dos processos e relações sociais”.

Além disso, conforme Yin (2001, p. 28),

> o estudo de caso é uma estratégia escolhida quando se faz uma questão do tipo “como” ou “por que” sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle.

Estas características são semelhantes à proposta desta pesquisa. Como unidade de análise foi utilizada a descrição sumária dos casos de cada uma das três agências ecoturísticas participantes, ou seja, cada um dos casos foi apresentado e analisado separadamente, caracterizando um estudo de multi-casos. Além disso, este tipo de descrição sumária de casos permite ao pesquisador um comparativo das informações obtidas nas empresas pesquisadas. Isto contribui na identificação de semelhanças ou diferenças ao tratarem da sustentabilidade do ecoturismo, mesmo que não se possa inferir estatisticamente a uma determinada população (de empresas) tais resultados, pois se trata de um estudo qualitativo em profundidade dos casos. A aplicação de entrevista contou com a participação dos sócios proprietários.

A Agência 1, foi representada nesta pesquisa por um dos sócios, enquanto nas Agências 2 e 3, a entrevista teve a participação de dois sócios de cada uma das mesmas. Todas as entrevistas foram realizadas nas próprias agências pesquisadas com o tempo de duração de uma hora e trinta a duas horas de pesquisa em cada empresa. A entrevista da Agência 1 foi realizada em dezembro de 2004, enquanto na Agência 2 e 3, as entrevistas ocorreram no mês de abril de 2005.

O tipo de relatório de estudo de caso escolhido para esta pesquisa é o de pergunta e resposta, isto é aquele que não apresenta a narrativa tradicional em sua estrutura. Conforme Yin, “a elaboração para cada caso segue uma série de perguntas e respostas, baseadas nas perguntas e respostas constantes no banco de dados para o estudo de caso”.

Ainda nos termos de Yin (2001, p. 168),

> se esse estilo de pergunta-resposta for utilizado para estudos de casos múltiplos, as vantagens serão potencialmente grandes: o leitor só precisa examinar as respostas dadas à mesma pergunta ou às mesmas perguntas dentro de cada estudo de caso para começar a fazer comparações cruzadas. Como cada leitor pode se interessar em questões diferentes, o estilo inteiro facilita o desenvolvimento de uma análise cruzada talhada para interesses específicos dos leitores.

Mesmo com a possibilidade de cruzamentos das informações e da obtenção das próprias conclusões por parte do leitor, através deste tipo de relatório de pergunta-resposta, o trabalho apresentou conclusões de cada caso individualmente

e ao final, foram cruzadas as informações para uma conclusão geral do estudo realizado. Este cruzamento de informações tinha como objetivo, apresentar características semelhantes entre as agências e fornecer um posicionamento geral das empresas pesquisadas sobre a sustentabilidade de suas atividades no município joinvilense. Além disso, esta visão geral sobre a sustentabilidade, levanta algumas situações que sugerem novas pesquisas para um maior aprofundamento das semelhanças e/ou diferenças.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Esta seção traz os resultados obtidos nas entrevistas realizadas em agências turísticas especializadas na oferta do ecoturismo no Município de Joinville / SC. Com o objetivo de facilitar a compreensão dos estudos de caso a serem apresentados a partir do item 4.2., os itens a seguir (4.1 e sub-itens 4.1.1 ao 4.1.10), trazem informações importantes sobre o Município de Joinville e suas áreas naturais potenciais para o ecoturismo na região. Os itens 4.2 e seus sub-itens apresentam os resultados de cada uma das entrevistas aplicadas às agências turísticas, sendo que ao final são destacados os resultados gerais obtido pelo cruzamento das informações de cada entrevista.

4.1 O Município de Joinville / SC e seu potencial natural para o ecoturismo

Localizado na região sul do País, latitude Sul 26º 18' 05'', longitude W G R48º 50' 38'', o município pólo da microrregião nordeste do Estado de Santa Catarina, é a maior cidade catarinense. Com uma População de 436.585 habitantes (IBGE/2000) e uma Área de 1.135 Km^2, possui como municípios limítrofes ao Norte - Garuva e Campo Alegre, ao Sul - Araquari, Guaramirim e Schroeder, ao Oeste - Jaraguá do Sul, Campo Alegre e Schroeder e, finalmente, ao Leste - São Francisco do Sul (PROMOTUR, 2003). Contando com exuberantes áreas naturais, ainda bastante preservadas, além de uma estrutura urbana favorável à recepção de turistas no município, percebe-se que esta região possui um grande potencial, ainda pouco desenvolvido, para práticas ecoturísticas. A figura 2 traz a carta imagem de Joinville e região obtida pelo Satélite Land Sat ETM 7 com a identificação das áreas naturais mais visitadas pelos ecoturistas no município.

A região do município de Joinville, apresenta características geográficas diversificadas e atrativas para as práticas ecoturísticas. Além de estar ligado ao

Oceano Atlântico através da Baía da Babitonga, que com seus manguezais contribui para a biodiversidade da região, o município possui cadeias de montanhas cobertas por Mata Atlântica, formando uma barreira natural que propicia chuvas freqüentes durante todo o ano apresentando com isso, um clima subtropical úmido, que segundo a classificação climática de Köeppen, caracteriza-se pelas letras representativas *Cma*, ou seja, clima mesotérmico úmido (letra representativa: C), época de ocorrência das chuvas com característica de clima monçônico, com curta estação seca (de 1 a 3 meses do ano) e chuvas inferiores a 60 mm por mês (letra representativa: m), com temperaturas do mês mais quente, superior a 22º C (letra representativa: a).

Dentre as áreas que compõem a geografia da região de Joinville algumas delas possuem excelentes condições para o desenvolvimento do ecoturismo. Diante da importância destas áreas naturais para o município, foram criadas Unidades de Conservação (U.C.) na região de Joinville / SC, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) criado a partir do projeto de Lei 2.892 de 1992 da Constituição Federal.

Conforme Russo (2001, p. 14),

> o SNUC tem como principais objetivos manter a diversidade biológica no território brasileiro e nas águas jurisdicionais, proteger as espécies ameaçadas de extinção, preservar e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais, preservar e restaurar a diversidade de ecossistemas naturais, entre outros.

As unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), seguem a seguinte classificação: 1 - as Unidades de Proteção Integral, composta pela Estação Ecológica, Parque Nacional, e Monumento Natural; 2 - as Unidades de Uso Sustentável, composta pela Reserva Extrativista, Área de Proteção Ambiental, Floresta Nacional e Reserva da Fauna (TIMONI, 1995; SEABRA, 2001). Dentro destas classificações, são identificados, no Município de Joinville, Parques Municipais e Áreas de Proteção Ambiental (APA).

Seabra (2001, 37) destaca que,

> o Parque Nacional, faz parte da unidade de proteção integral e tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico. [...].

> A Área de proteção ambiental, faz parte das unidades de uso sustentável. Área geralmente extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, que tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Com base nos estudos de Mônica Lopes Gonçalves et al (2004), são apresentadas, a seguir, as principais locais, áreas de proteção ambiental e parques da região de Joinville, morros e suas características. Entre áreas apresentadas destacam-se, o Morro da Tromba, Pico do Jurapê, Monte Crista, Castelo dos Bugres, Região do Rio Piraí, APA da Serra Dona Francisca e Quiriri, Estrada Bonita, Parque Municipal Caieiras, Morro do Boa Vista (Parque Zoobotânico), Morro do Iririú (Parque Municipal Morro do Finder) com potencial para o desenvolvimento do ecoturismo na região de Joinville. A figura 2 mostra uma foto de Joinville e região, obtida via satélite, com a identificação das principais áreas naturais e parques do município.

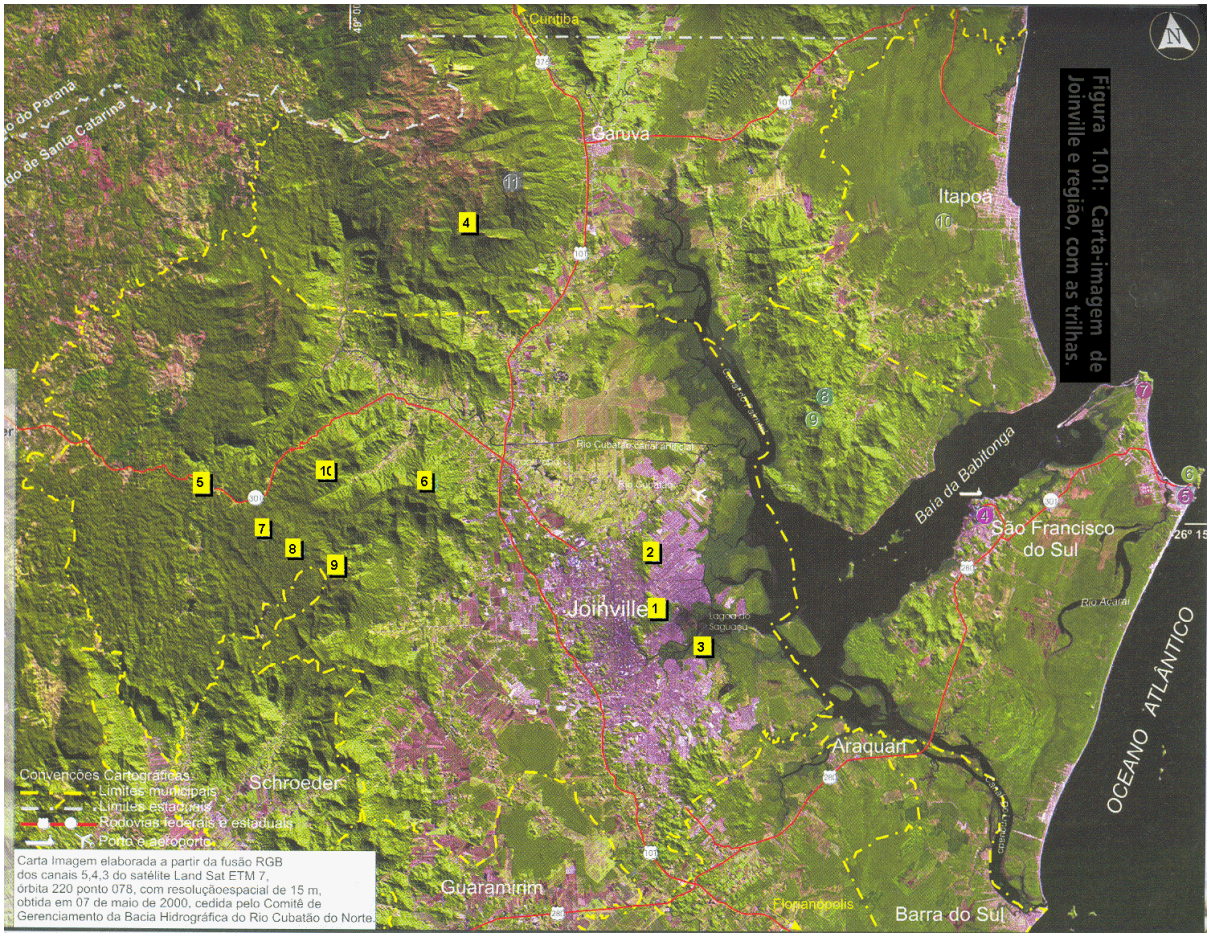


Figura 2 - Identificação das principais áreas naturais e parques do município de Joinville (Carta imagem de Joinville e região obtida pelo Satélite Land Sat ETM 7, em 07 de maio de 2000).

Fonte: Gonçalves et al (2004, p. 13).

Legenda	
1 - Morro do Boa Vista	**6 -** Morro da Tromba
2 - Parque Municipal Morro do Finder	**7 -** Castelo dos Bugres
3 - Parque Caieiras	**8 -** Morro Pelado
4 - Monte Crista	**9 -** Pico Jurapê
5 - Mirante do Salto 1	**10 -** Cachoeira do Rio da Prata

A seguir, o quadro 2 apresenta um resumo das trilhas mais conhecidas da região de Joinville.

CAMINHOS E TRILHAS	GRAU DE DIFICULDADE	CLASSIFICAÇÃO / ORIENTAÇÃO	TEMPO DE CAMINHADA	COMPRIMENTO DA TRILHA PRINCIPAL	DISTÂNCIA DO CENTRO DE JOINVILLE	CAPACIDADE DE SUPORTE
1. MORRO DO BOA VISTA – JLLE	Leve	Auto-guiada	40'	2,2 km	1,1 km	40 pessoas
2. MORRO DO FINDER – JLLE	Leve	Auto-guiada	20'-30'	2,2 km	6 km	30 pessoas
3. PARQUE CAIEIRAS - JLLE	Leve	Auto-guiada	15'	1,0 km	10 km	50 pessoas
4. MONTE CRISTA – GARUVA	Pesada	Auto-guiada	4 h 30'	10 km	35 km	15 pessoas
5. MIRANTE DO SALTO I DA ESTRADA DNA FRANCISCA-JLLE	Leve	Auto-guiada	5'	0,2 km	39 km	20 pessoas
6. MORRO DA TROMBA – JLLE	Pesada	Auto-guiada e guiada	3 h	3,8 km	25,8 km e 2,0 km de chão	5 pessoas
7. CASTELO DOS BUGRES – JLLE	Leve à média		1h 30'	4 km	40 km	10 pessoas
8. MORRO PELADO – JLLE	Leve à média	Guiada	4h	8 km	40 km	10 pessoas
9. PICO JURAPE – JLLE	Pesada	Guiada	4-5 h	5,4 km	16 km	8 pessoas
10. CACHOEIRA DO RIO DA PRATA - JLLE	Leve à média	Guiada	1h	1,2 km	26,2 km (asfalto) e 6,2 km de chão	10 pessoas

QUADRO 2 - Resumo das trilhas de Joinville e região.
Fonte: Adaptado de Gonçalves, et al (2004, p. 88).

Conforme o quadro 2, verificam-se as várias alternativas de trilhas para as práticas do ecoturismo em Joinville, com graus de dificuldades oscilando entre trilhas consideradas leves até as trilhas mais pesadas. O tempo de duração das caminhadas também é bastante variável, assim como a capacidade de suporte indicada para cada uma das trilhas existentes no município.

4.1.1 O Morro da Tromba

Localizado no município de Joinville, e tendo 967 metros de altitude, o Morro da Tromba pode ser visto da BR 101 e acessado pela SC 301, rodovia estadual também conhecida por Estrada Imperial da Serra Dona Francisca. Denominado de Morro da Tromba devido o seu formato lembrar um grande elefante deitado, esta área é coberta por mata atlântica, com diversos riachos, e diversas espécies de animais principalmente pássaros. No contexto histórico, Gonçalves, et al (2004, p. 71) destaca que:

> foi uma das primeiras áreas da Serra do Mar de Joinville a ser escalada por colonizadores europeus, visto existir um registro de ascensão datado de 8

> de março de 1852, por Léonce Aubé, primeiro prefeito de Joinville. Esta ascensão teve como objetivo melhor delimitar o traçado da Estrada Dona Francisca.

Atualmente, a ação destruidora do homem pode ser constatada com as precárias estradas abertas em meio à mata para a extração de madeira que são retiradas por tratores e veículos de tração e algumas plantações de banana que avançam sobre mata. Devido a existência de muitas trilhas abertas, é necessário o acompanhamento de guias, além de preparo físico para as caminhadas e pequenas escaladas (escalaminhadas). O Morro da Tromba é apresentado a seguir, através da figura 3. Sua exata localização pode ser vista na figura 2, já apresentada.

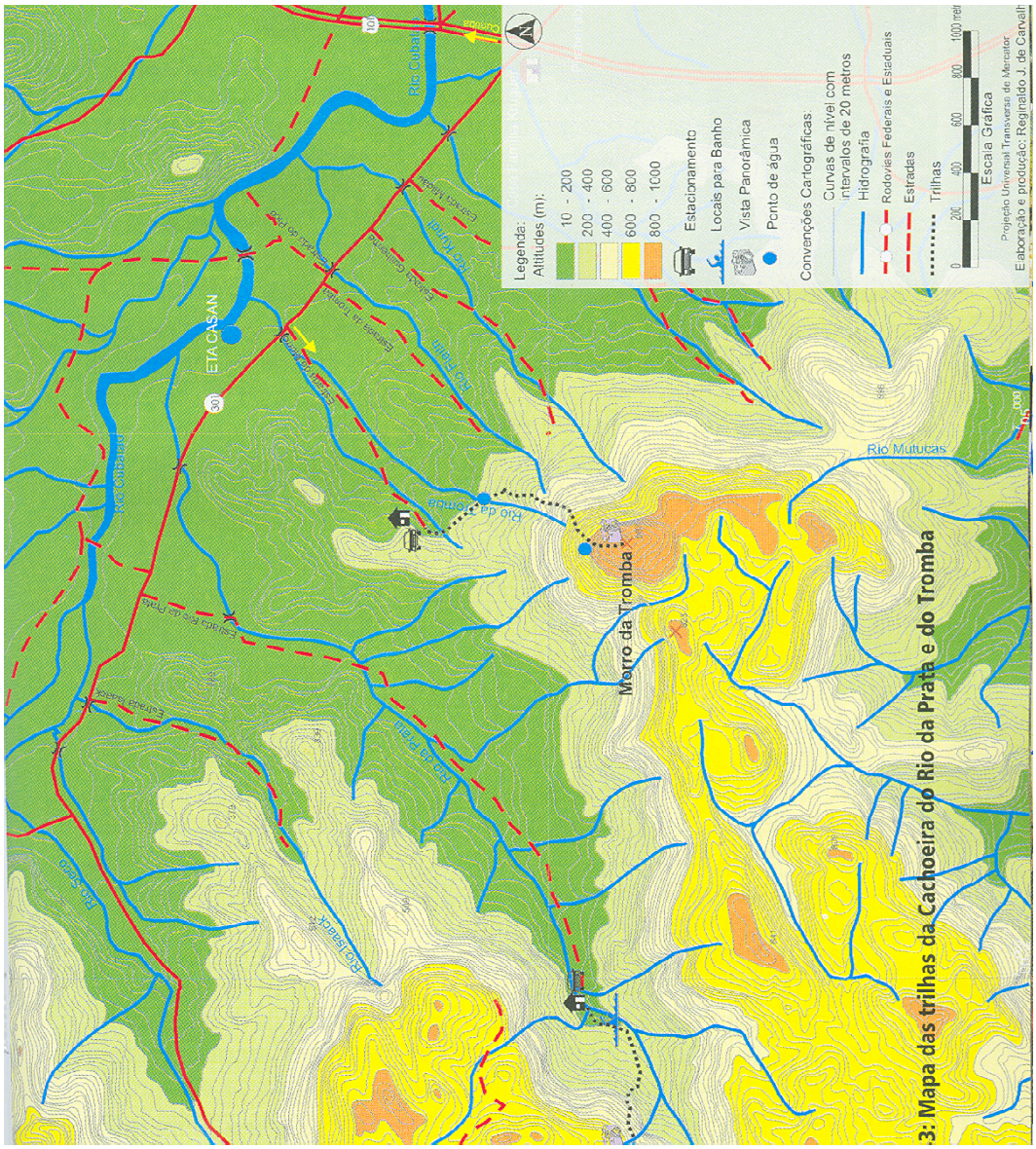


Figura 3 – Mapa das trilhas da Cachoeira do Rio da Prata e do Morro da Tromba.

Fonte: Gonçalves et al (2004, p. 69).

4.1.2 O Pico Jurapê

Considerado o ponto mais alto do município de Joinville, com 1.149 metros de altitude, o Pico do Jurapê é um dos locais mais cobiçados pelos montanhistas da região. De fácil identificação, não somente do município de Joinville, mas também os municípios vizinhos, há registros que os primeiros conquistadores do cume do Jurapê chegaram no local em 1886.

Segundo Gonçalves et al (2004, p. 79),

> o primeiro registro de sua ascensão é do final do séc. 19, quando no dia 9 de junho de 1886, uma equipe de sete pessoas, liderada por João Paulo Schmaltz, um grande apreciador e conhecedor da região de Joinville na época, atingiu seu ponto culminante após três dias de trabalho duro, abrindo trilha sobre a mata extremamente fechada. Esta conquista foi, com certeza, a primeira manifestação montanhística na região de Joinville. No topo da montanha há uma caixa de metal que guarda o Livro de Registros, onde todos que chegam lá tem o prazer de descrever as suas aventuras e registrar seus nomes.

O acesso ao Jurapê é possível pelo Bairro Vila Nova, em Joinville e a subida pelas trilhas leva em torno de 4 a 5 horas de duração. No cume do Pico do Jurapê, o mirante oeste possibilita avistar o Morro Pelado e o Castelo dos Bugres e o mirante leste permite avistar toda a costa norte catarinense. (GONÇALVES et al, 2004). Maiores detalhes sobre o Pico do Jurapê são apresentados na figura 4.

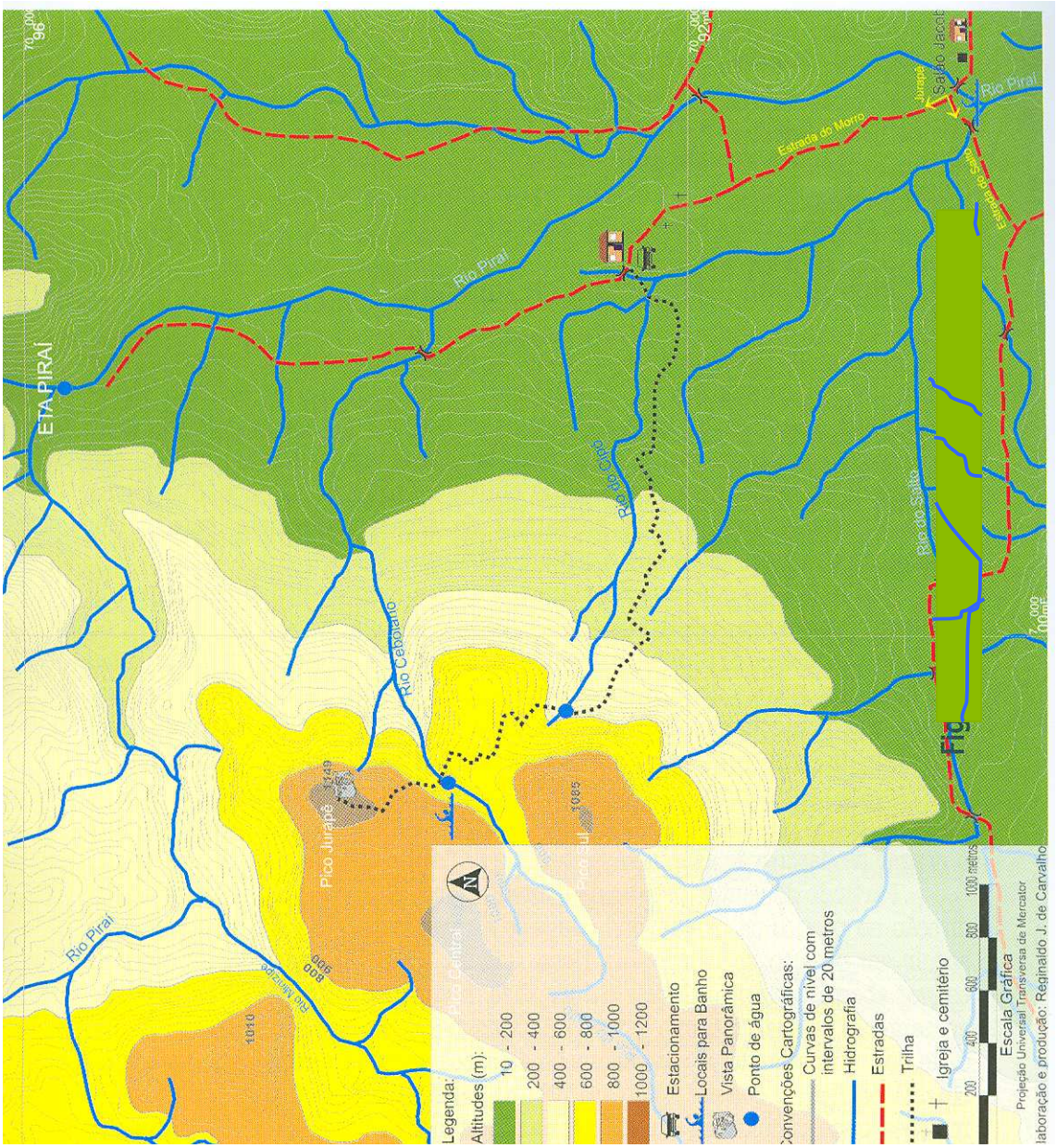


Figura 4 – Mapa da trilha do Pico Jurapê e Região do Rio Piraí.
Fonte: Gonçalves et al (2004, p. 80).

4.1.3 O Monte Crista

Localizado na Serra do Mar, entre Joinville e Garuva, o Monte Crista, com 967 metros de altitude, é talvez o mais conhecido e visitado dos montes, por seus relatos e trilhas históricas e por ser uma região em que as histórias se confundem com várias lendas (ver figuras 2 e 5).

Segundo Gonçalves, et al (2004, p. 61) “este antigo caminho foi construído sobre uma trilha indígena pelo Império Brasileiro, no séc. 19, para servir de acesso ao Planalto Norte do Estado de Santa Catarina e para o planalto paranaense”. Da trilha construída nesta época, há uma escadaria estruturada com pedras que resiste ao tempo, apesar de apresentar pontos já danificados pela erosão e pela circulação intensa de visitantes. Nesta escadaria, observa-se em suas laterais um sistema de drenagem que evitou a destruição do antigo caminho pelas chuvas durante séculos.

Além de possuir belezas naturais características da Mata Atlântica, há no monte; grutas, cavernas, um misterioso mapa incrustado em uma rocha e uma formação rochosa semelhante a de um homem sentado, o que desafia a imaginação dos visitantes. Muitas lendas e estórias contribuem com o misticismo dado ao monte, que é considerado pelos mais aficionados, um acesso de discos voadores ou ainda um dos três pontos de acesso ao centro da terra existentes no mundo, conforme a “Teoria da Terra Oca”.

Apesar de muito freqüentado pelos praticantes de montanhismo e rapel, o local torna-se perigoso principalmente em dias de chuva intensa, quanto o Rio Três Barras que desce o monte, eleva seu fluxo de água e impossibilita sua travessia e o retorno dos aventureiros. Os sinais de depredação e destruição, causados pelo grande fluxo de visitantes, podem ser claramente percebidos, através da quantidade de lixo e dejetos lançados no chão, do alargamento contínuo das trilhas, dos animais mortos e de plantas e árvores cortadas. O uso desordenado de madeira para fogueiras e barracas improvisadas vem causando a devastação de árvores no topo do monte. Com as fogueiras, aumentam os riscos de incêndios de grandes proporções que ameaçam toda a área natural.

Até o início de 2005, não havia qualquer controle do fluxo de turistas no local, o que facilitava o acesso, o que, em alguns períodos do ano, chegava a atingir o número de 300 pessoas reunidas no cume do Monte Crista. Em maio de 2005, uma ONG (Organização Não-Governamental) do município resolveu “adotar” o Monte Crista e controlar o fluxo de pessoas no local. Os passeios são possíveis através de agendamento prévio dos praticantes de caminhadas, junto a ONG. Na figura 5, a seguir, é apresentado o Morro do Monte Crista.

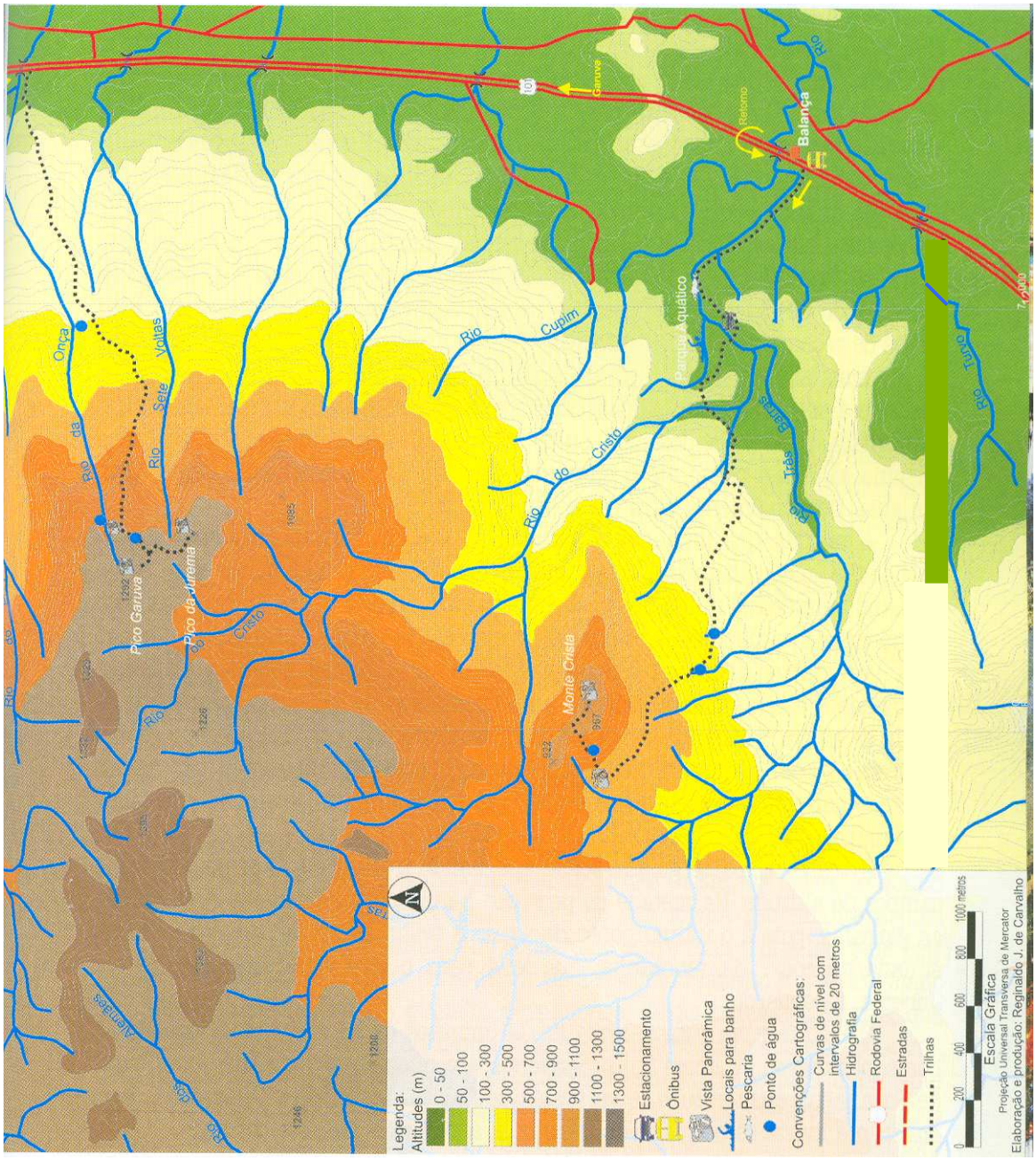


Figura 5 – Mapa da trilha do Monte Crista.
Fonte: Gonçalves et al (2004, p. 59).

4.1.4 O Castelo dos Bugres

Outro lugar bastante visitado na região, encontra-se na serra Dona Francisca entre Joinville e Campo Alegre. Chamado de Castelo dos Bugres, esta montanha apresenta no seu cume uma formação rochosa imponente que dá a impressão da

face de um bugre, termo utilizado pelos europeus colonizadores da região para se referir aos indígenas que talvez tenham sido os primeiros freqüentadores da montanha. Assim como no Monte Crista, o Castelo dos Bugres também possui suas estórias e lendas.

Conforme Gonçalves, et al (2004, p. 72), uma das mais conhecidas lendas diz que,

> um cavalo branco preso no espinheiral aguarda a descida da ponte movediça que irá permitir a saída do senhor, um cacique que um dia ali penetrou. Enquanto o senhor não sair do castelo, não haverá libertação para o pobre cavalo angustiado. (...) Essa lenda já era relatada em forma de versos, na edição de 11 de novembro de 1896, do periódico joinvilense Kolonie-Zeitung e, com algumas alterações, ainda hoje pode ser ouvida de forma simplificada entre as centenas de pessoas que se encantam com a imponência da formação rochosa.

Com 998 metros de altitude e coberto pela Mata Atlântica, o Castelo dos Bugres apresenta diversos riachos, além de animais como bugios (espécie de macaco), pássaros e interessantes grutas. O acesso ao cume da montanha é possível através de uma escadaria feita pelos próprios moradores locais ou ainda, por outra trilha mais antiga e menos aconselhável aos principiantes. Do seu cume é possível ter uma visão ampla da região, inclusive de outra montanha bastante visitada pelos montanhistas, o Morro Pelado, também com acesso pela trilha antiga do Castelo dos Bugres, até o ponto em que há uma bifurcação na trilha que leva à um dos montes.

Além disso, este local guarda as nascentes de um importante manancial de águas para o município de Joinville, o Rio Piraí, responsável por cerca de 30% do abastecimento público da cidade. (GONÇALVES, et al, 2004). Por este motivo, a preservação daquela região é estratégica, tendo um papel de grande importância para a qualidade de vida da população joinvilense. Na figura 6 pode-se observar a localização do Castelo dos Bugres e do Morro Pelado.

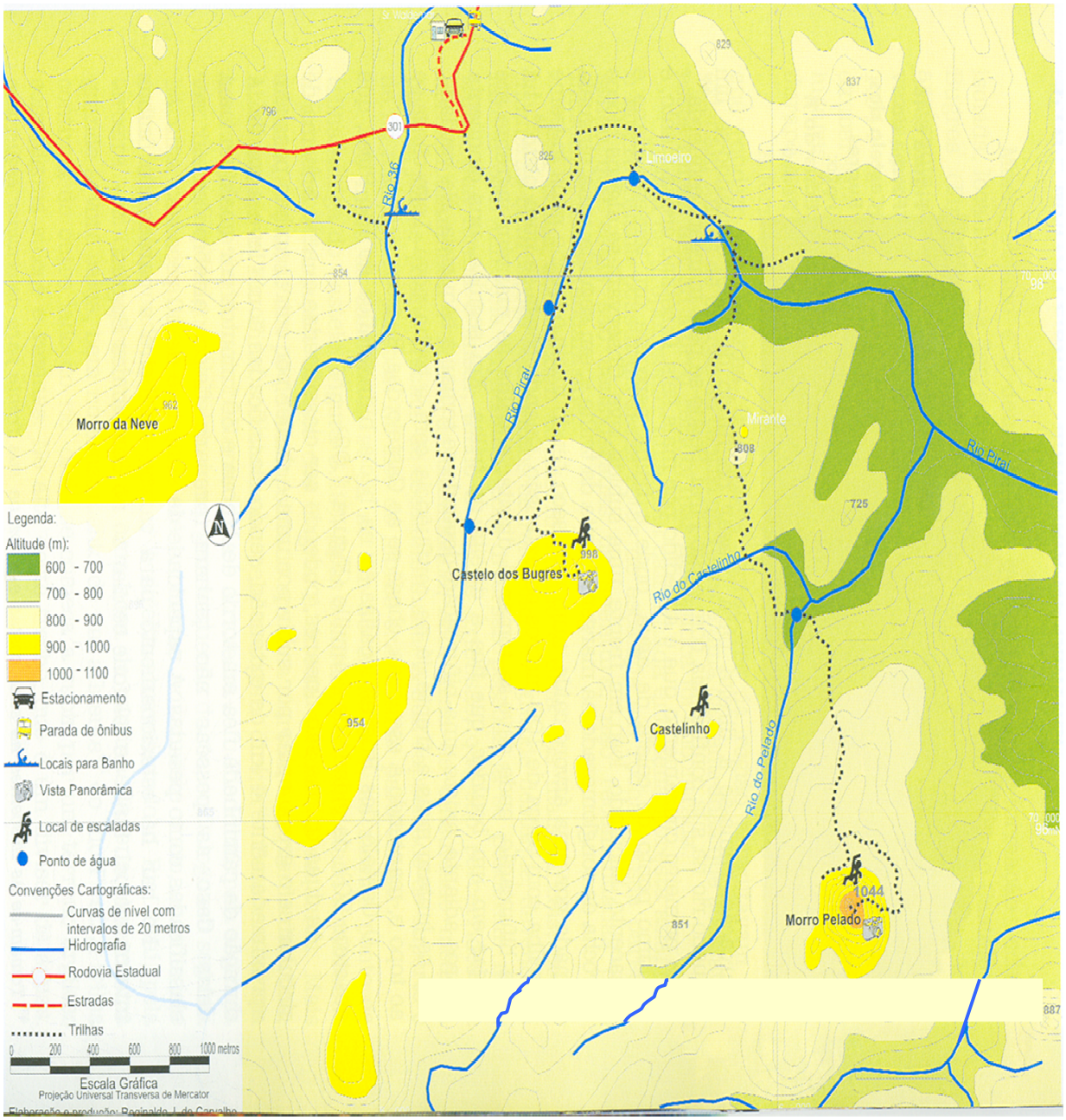


Figura 6 – Mapa das trilhas de acesso ao Castelo dos Bugres e ao Morro Pelado.
Fonte: Gonçalves et al (2004, p. 75).

4.1.5 A Região do Rio Piraí

A região do Rio Piraí, rica em áreas rurais surge como mais uma opção ao turismo rural e ecoturismo. Localizada no Bairro Vila Nova, em Joinville, esta região

possui diversas estradas de barro que levam o visitante para diferentes recantos de lazer (PROMOTUR, 2003). Contando com estruturas de parques aquáticos, que oferecem churrasqueiras, campings, lagos de pesca, e piscinas com água proveniente das nascentes da região, a região do Piraí também possui grande potencial natural, com área de Mata Atlântica, rios e riachos, característicos da região joinvilense, que permitem o contato direto do visitante com o meio ambiente.

Tendo como objetivo a proteção da Mata Atlântica e das nascentes do Rio Piraí, a Prefeitura Municipal de Joinville, criou o Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin. Com uma área de 16,3 Km², este parque está localizado nas encostas da Serra do Mar e abrange as nascentes do rio Piraí e parte da Serra da Tromba, a oeste da área urbana, com acesso pela estação de tratamento de água do Piraí. (PROMOTUR, 2003). Na figura 4, já apresentada, pode-se observar a estação de tratamento de água (ETA) do Rio Piraí.

4.1.6 Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca e Quiriri

Criadas por Decretos Municipais nº 8.055/97 (Joinville) e nº 055/97 (Garuva), uma das áreas mais utilizadas pelos praticantes de ecoturismo na região de Joinville é a região da Serra Dona Francisca e Quiriri, cuja principal estrada, tem grande importância histórica para o município, sendo hoje denominada de SC 301.
Conforme a Promotur (2003), a Área de Proteção Ambiental (APA),

> localiza-se nas encostas da Serra do Mar e Planalto Ocidental, na porção oeste do município de Joinville. Envolve a região dos mananciais dos rios Cubatão e Piraí. A APA Quiriri, que envolve a bacia hidrográfica do Rio Quiriri e parte da Serra do Quiriri localiza-se no município de Garuva, sendo uma continuação da APA Serra Dona Francisca.

Os principais objetivos da criação desta APA são a proteção das matas e das nascentes dos rios que abastecem os municípios de Joinville e Garuva. Além disso, outro objetivo é a manutenção da atividade econômica da região, compatível com a proteção ambiental, como através do turismo rural, da agricultura orgânica e do ecoturismo.

Na Região da Serra Dona Francisca, em alguns pontos com atrativos naturais há estruturas (plataformas) em madeira, construídas pelo Governo do Estado de

Santa Catarina, com o objetivo de facilitar o acesso dos turistas que passam pela serra a bicas d´água e ao mirante, além de contar com a iluminação de todo o trecho da SC 301 (Estrada Imperial Dona Francisca). A Região do Quiriri também pode ser acessada através de uma lateral da SC 301, rua sem calçamento, localizada antes do início da Serra Dona Francisca e identificada por um portal de entrada com monitoramento da polícia ambiental, por ser área de preservação ambiental. Esta estrada de chão leva ao Rio Quiriri, onde há uma lanchonete que oferece estrutura com banheiros, churrasqueiras e estacionamento. Seguindo a estrada que acompanha o Rio Quiriri, encontra-se um local propício para práticas do banho e do bóia-cross (descida de rio com bóias) devido a volume de água e a correnteza do rio.

Deste mesmo local pode-se observar, na encosta da Serra do Quiriri, a Cachoeira do Rio da Prata, que possui cerca de 150 m de altura e é outro local muito procurado pelos aventureiros e banhistas. Esta região possui ainda, outras cachoeiras que chegam a medir cerca de 350 m de altura, mas que somente podem ser acessadas com autorização dos proprietários das áreas ao redor. As figuras 2 e 3, já apresentadas, indicam a localização da Cachoeira do Rio da Prata e a figura 7, a seguir, apresenta a Área de Proteção Ambiental da Serra Dona Francisca e Quiriri.

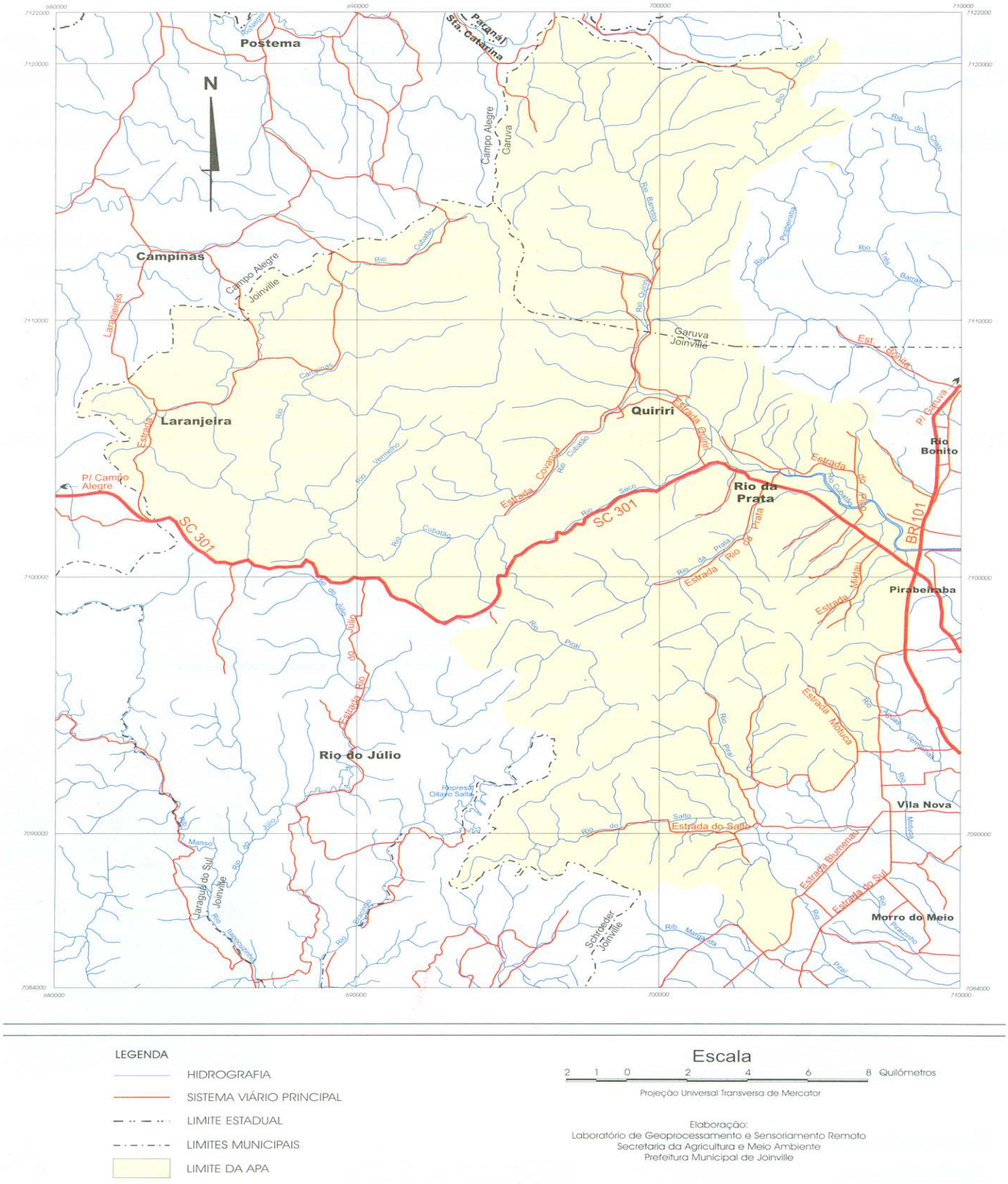


Figura 7 - Mapa das APAs Serra Dona Francisca e Quiriri.
Fonte: FUNDEMA – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Joinville (2003).

4.1.7 A Estrada Bonita

A Estrada Bonita é uma das poucas áreas de Joinville, em que houve o desenvolvimento de um programa de orientação junto à comunidade local com o objetivo de estimular o turismo rural naquela região, devido a existência de fazendas, sítios e chácaras. Situada a 25 Km do centro da cidade e com acesso pela BR 101, a Estrada Bonita, hoje asfaltada, tornou-se um dos atrativos aos visitantes que buscam conhecer o cotidiano do homem do campo, sua cultura e culinária, além das belezas naturais, com riachos, quedas d´água e cachoeiras. No local são vendidos produtos como doces, pães, geléias, melado chocolate e cachaça, todos produzidos artesanalmente pelos moradores da estrada.

O programa desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Joinville, capacitou as famílias para a recepção, orientação dos visitantes e no preparo dos alimentos dentro dos padrões de qualidade e higiene necessários para a sua comercialização. Desta forma, a culinária passou a ser mais uma fonte de renda para os moradores locais. Muitos colonos são descendentes de imigrantes alemães, ingleses, franceses, poloneses e russos, o que possibilita uma maior proximidade dos turistas com as várias culturas da região.

Apesar da ênfase no turismo rural, esta localidade também pode servir de base para as atividades ecoturísticas, pois a região possui uma exuberante área natural que faz parte da Serra do Quiriri, contando com churrasqueiras e locais para o camping. Ao final da estrada, encontra-se o recanto Tia Marta onde há um restaurante e pode-se apreciar a Mata Atlântica e o Rio Pirabeirabinha, rio este muito procurado pelos banhistas no verão. A Estrada Bonita pode ser identificada através da figura 7 apresentada anteriormente.

4.1.8 Parque Municipal Caieiras

Criado pela Prefeitura Municipal de Joinville, esta área de preservação surgiu de uma penalidade ambiental aplicada a uma grande empresa do município. Localizado dentro do município, mais especificamente no Bairro Adhemar Garcia, zona oeste da cidade , a área do Parque Caieiras, possui vestígios de vida primitiva, confirmados através dos sambaquis e oficinas líticas existentes no local.

Área de grande valor ecológico e cultural, o parque possui este nome devido a produção de cal realizada nesta localidade, através da utilização de conchas, no final do século XIX, onde ainda encontram-se construções antigas utilizadas como fornos que queimavam conchas transformando-as em cal e um atracadouro de onde era transportado o cal produzido. (GONLÇALVES et al, 2004).

O grande atrativo deste parque é a paisagem caracterizada pelos ecossistemas de manguezal, restinga e a Lagoa do Saguaçú, além de se avistar a Ilha dos Espinheiros. (GONÇALVES et al, 2004, p. 41)

O Parque Caieiras é considerado um parque ecológico, e possui passarelas de madeira, que servem para os visitantes evitarem os trechos enlameados do local e permitem o tráfego de pessoas no ambiente natural sem gerar grandes impactos sobre o ecossistema local. Nas figuras 2 e 8 pode-se identificar claramente a localização do Parque Caieiras.

4.1.9 O Morro do Boa Vista e o Parque Zoobotânico

O Morro do Boa Vista é uma das áreas muito utilizadas para passeios de lazer dentro do município de Joinville. De fácil localização pode ser visto do centro da cidade, e divide a região central, do Bairro Boa Vista. No seu ponto mais alto, possui um mirante que possibilita uma visão ampla das regiões do município e da Baía da Babitonga com suas ilhas.

O Morro do Boa Vista divide as bacias hidrográficas do Rio Cachoeira e as que correm direto para a Baía da Babitonga pelo Bairro Boa Vista. No início da subida deste Morro, pode ser visto o rio utilizado para abastecer a cidade entre os anos de 1886 e 1895 com remanescentes da antiga estrutura podendo ser vista nos dias de hoje. (GOLÇALVES et al, 2004). É portanto, uma área de grande valor histórico e ambiental para o município (ver figuras 2 e 8).

Na base deste Morro encontra-se o Parque Zoobotânico (criado por Decreto Municipal nº 6.960/92), onde diversas espécies de animais podem ser vistas, como macacos, aves, jacarés e cotias, apresentando uma infra-estrutura com mesas para piqueniques, banheiros e telefones públicos. A maioria dos animais que fazem parte do Parque Zoobotânico, é proveniente da fiscalização e captura pela polícia

ambiental, de criações ilegais destes animais feitas pela população. Os animais são colocados em cativeiro, tratados e acompanhados por veterinários do parque.

4.1.10 O Morro do Iririú ou Parque Municipal Morro do Finder

O Morro do Iririú, também era chamado de Morro do Boa Vista no início da urbanização de Joinville por fazer parte de um mesmo acidente geográfico. Com a urbanização houve a divisão deste acidente geográfico em duas partes, um deles conhecido por Morro do Boa Vista e o outro que passou a ser conhecido por Morro do Iririú. Conforme Gonçalves (2004, p. 36),

> o nome iririú surge da língua indígena, sendo que “riri – iriri” significa ostras e “u”, igualmente a “i”, significa rio, logo dando a significação de “Rio das Ostras”, devido ao rio que nasce próximo ao Rio Cubatão e deságua no costão na Baía de São Francisco do Sul.

Em 1992, cercado por área urbana (a Oeste bairro Bom Retiro, a Sudeste Iririú, e a Nordeste o Aventureiro) o Morro do Iririú tornou-se uma das primeiras áreas de preservação de Joinville, e através do Decreto Municipal nº 7.056/93, passou a ser chamado de Parque Morro do Finder, em homenagem a seu antigo proprietário, Armandos Finder, que também tinha como objetivo a preservação desta área. Hoje, com largas trilhas e placas de orientação, a infra-estrutura gerenciada pela Prefeitura Municipal de Joinville, possui estacionamento, guarita, telefone público e banheiros, e um mirante construído em madeira que permite a visão dos bairros Iririú e Aventureiro, a Baía da Babitonga e a Ilha de São Francisco do Sul, o parque tornou-se mais uma opção aos praticantes de montain bike, caminhadas e até escaladas, apesar de serem freqüentemente proibidas no local.

Assim como o Morro do Boa Vista, o Morro do Finder também é um divisor de águas com pequenos rios que drenam para a Baía da Babitonga na encosta Leste e nascentes que drenam para a Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira (GONÇALVES, et al, 2004). Em uma das trilhas do parque, há uma nascente onde é feita a captação da água que abastece os moradores dos arredores do parque. O controle e a fiscalização dos guardas no local é de grande importância na preservação desta área e para a segurança dos visitantes, apesar de, ainda assim, existirem sinais de

vandalismo em alguns locais do parque, principalmente em estruturas como bancos, mesas e até mesmo no mirante em madeira. A figura 8 apresenta a localização do Morro do Boa Vista, do Morro do Finder e do Parque Caieiras, além de suas trilhas.

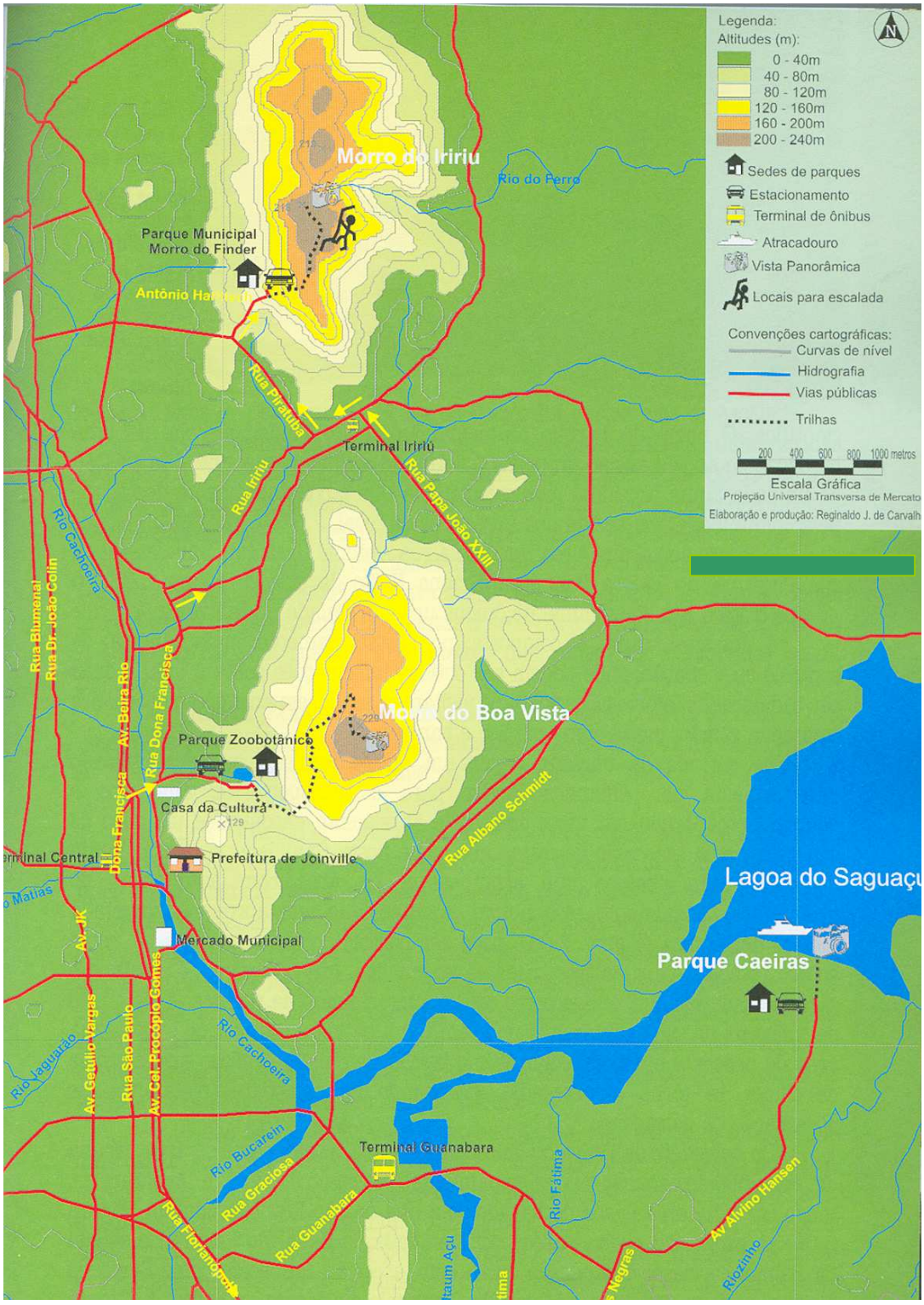


Figura 8 – Mapa do Morro do Boa Vista e Morro do Iririú.
Fonte: Gonçalves et al (2004, p. 37).

4.2 Informações gerais das agências ecoturísticas participantes

Os resultados da pesquisa, apresentados a seguir, foram obtidos através da realização de entrevistas e da análise dos programas e planos das agências ecoturísticas do município de Joinville. A fim de preservar o nome (Razão Social) das organizações participantes da pesquisa, as agências ecoturísticas receberam uma denominação numérica, e foram identificadas por Agência 1, 2 e 3.

A primeira característica geral observada junto às agências turísticas ofertantes do ecoturismo no município de Joinville, foi quanto ao seu tamanho. Com base em seus faturamentos, duas agências se enquadram como micro-empresas e apenas uma como pequena empresa. Diante desta característica, o acesso à pelo menos um dos proprietários, para a aplicação das entrevistas e análise de documentos, foi facilitado. Além disso, outra característica é que os proprietários possuem experiência e conhecimento sobre o assunto, sendo estes, portanto, os mais indicados para a obtenção de dados organizacionais. O envolvimento formal das agências turísticas pesquisadas com o ecoturismo, pôde ser confirmado, através de verificações do objeto social constante nos contratos sociais das empresas. A seguir, são apresentadas, no quadro 3, as variáveis motivacionais apontadas pelas empresas estudadas.

Ordem de importância	1ª Variável Motivacional	2ª Variável Motivacional	3ª Variável Motivacional
Agência 1	Qualidade de vida	Conhecer novos lugares	Ócio, recreação e férias
Agência 2	Qualidade de vida	Educação ambiental	Negócios e motivação profissional
Agência 3	Ócio, recreação e férias	Conhecer novos lugares	Qualidade de vida

QUADRO 3 - Variáveis motivacionais para o ecoturismo em Joinville / SC.
Fonte: entrevista realizada (2005).

No quadro 3, observa-se que de todas as variáveis motivacionais apontadas, a variável “qualidade de vida” é a única presente em todas as três agências estudadas, sendo indicada por duas empresas como a mais importante. Com isso, a

tendência é que o direcionamento das atividades ecoturísticas oferecidas pelas agências busque atender as necessidades referentes a qualidade de vida de seus clientes.

O quadro 4, a seguir, apresenta informações quanto ao comprometimento das agências pesquisadas em relação a sociedade e ao meio ambiente, destacando a visão, missão e valores de cada uma das empresas.

	Missão (Motivo da nossa existência)	**Visão** (Onde queremos chegar)	**Valores** (No que acreditamos)
Agência 1	Explorar o ramo de ecoturismo, visando sempre uma evolução das atividades, ganhos (lucro) e exploração das áreas nativas e verdes atrativas para o ecoturista com preservação.	Conquistar um espaço dentro do mercado local que permita ter uma projeção fora do Estado, ter uma posição de destaque dentro do ramo de ecoturismo, ter respeito dentro do ramo no qual se está trabalhando.	Trabalho honesto voltado a conscientização ecológica.
Agência 2	Ser uma empresa ética, inovadora, com diferencial de atuação organizacional e de Responsabilidade Social.	- Atender as necessidades de desenvolvimento da gestão empresarial, capacitação, desenvolvimento de potencialidades e captação de talentos. - Assegurar a satisfação dos clientes, colaboradores e consultores. - Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, de forma ética e eficiente.	- Excelência no serviço ao cliente; - Valorização dos Valores Humanos; - Simplicidade; - Inovação; - Espiritualidade Evolutiva; - Responsabilidade Social; - Consciência Ambiental.
Agência 3	Oferecer atividades ligadas ao meio ambiente.	Criar e gerenciar um modelo padrão de procedimentos para viagens educacionais.	- Seriedade; - Profissionalismo; - Sustentabilidade;

QUADRO 4 - Visão, missão e valores das agências turísticas estudadas.

Fonte: entrevista realizada (2005).

O quadro 4, mostra que todas as empresas estudadas dão grande importância a sustentabilidade, ao meio ambiente e a qualidade nos serviços, através de profissionais qualificados, nas práticas do ecoturismo em Joinville. É importante salientar que apenas a Agência 2 apresentou tais informações (sua missão, visão e valores) formalmente definidas e por escrito.

Os resultados da pesquisa, apresentados a seguir, se referem às respostas dadas pelos entrevistados às questões aplicadas na entrevista. As questões podem ser acompanhadas no Apêndice A deste trabalho.

4.2.1 Estudo de Caso: Agência 1

Fundada em 2001, e composta por 3 sócios, a Agência 1, é uma pequena empresa, cujo ramo de atividade a caracteriza como empresa de turismo geral voltado ao ecoturismo, constando no objeto social a prestação de serviços ecoturísticos. Sua área construída é de 100 m² aproximadamente, onde se localiza a parte administrativa, não havendo a necessidade de grande estrutura para este tipo de serviço, segundo o proprietário. A entrevista foi realizada com um dos sócios da Agência 1, graduado em engenharia civil. A seguir, são apresentadas as respostas do entrevistado para cada uma das questões formuladas com base nas variáveis qualitativas que compõem as dimensões da sustentabilidade presentes no ecoturismo. As questões aplicadas na pesquisa podem ser vistas no apêndice A, do trabalho.

A pergunta inicial da pesquisa, refere-se à missão (o motivo da existência da empresa), visão (onde a empresa quer chegar) e aos valores (no que a empresa acredita). Obteve-se do entrevistado a seguinte resposta: “a Agência 1 tem como missão principal, explorar o ramo de ecoturismo, visando sempre uma evolução das atividades, ganhos (lucro) e exploração das áreas nativas e verdes atrativas para o ecoturista, com preservação. A visão da empresa está ligada a conquista de um espaço dentro do mercado local que permita ter uma projeção fora do Estado, ter uma posição de destaque dentro do ramo de ecoturismo e ser respeitado dentro do ramo no qual se está trabalhando. Como valores, a empresa acredita num trabalho honesto e voltado à conscientização ecológica”.

O entrevistado, destaca que “responsabilidade social é mostrar para a sociedade algo que ela não conhece, ou algo que hoje está ao nosso alcance e que caso ninguém cuide, pode acabar e não mais teremos, devendo voltar-se sempre à observação e à preservação. Quando se está no meio ambiente a única coisa que de pode deixar lá é saudade e no mínimo deixar melhor o que lá encontrou”.

A empresa entende por desenvolvimento sustentável “o desenvolvimento que por si só tem que se manter; é o desenvolvimento que não precisa de ações externas para ocorrer”. O ecoturismo, segundo o entrevistado, “nada mais é do que o turismo em locais de natureza e que pode ser sustentável”. As dimensões da sustentabilidade envolvida na modalidade ecoturística, apontadas pela Agência 1

são: a dimensão econômica como a mais importante diante das necessidades de investimentos na organização e como conseqüência o envolvimento da dimensão social, além da dimensão ambiental, diretamente ligada ao desenvolvimento da empresa e a dimensão cultural, ligada às parcerias da empresa com a Fundação Cultural de Joinville e a dimensão espacial (territorial) relacionada à região de Joinville com suas áreas naturais, apesar de que, segundo o proprietário da empresa, “o turista não está no município para conhecer a natureza, pois, o turismo da cidade estaria focado ao turismo de negócios e de eventos”. Para a Agência 1, “um dos grandes atrativos para o turismo em geral no município, estaria ligado ao transporte, só que o município de Joinville não permite a legalização dos veículos e da atividade de transporte, devido o controle desta atividade estar legalmente em poder de duas empresas de transportes do município”.

Como os maiores potenciais ecoturísticos, destacam-se os próprios espaços e atrativos naturais existentes na Região Norte do Estado de Santa Catarina. Outro potencial apontado pela Agência 1, é o altíssimo volume de turistas nesta região, bastando ter um direcionamento dos mesmos para o turismo ecológico. Para o entrevistado, uma das limitações está relacionada com o acesso físico ao município de Joinville, como exemplo citou que os principais pontos turísticos - seus cartões postais, como o Pórtico e a Casa Krüeger, pontos de referência e orientação de turistas, ficam praticamente escondidos pelos viadutos que cortam a cidade pela BR 101. A legislação municipal de Joinville é apontada como outra grande limitação da atividade (eco)turística nesta região, “apesar de que também depende das empresas a criação e a proposta de projetos de leis, junto à câmara de vereadores do município, para as devidas análises e aprovações”, afirma o entrevistado. Este fato reforça a presença da dimensão ‘política interna’ no ecoturismo e de sua importância para desenvolvimento do turismo local.

Segundo o entrevistado, a Agência 1, “segue um modelo de práticas ecoturísticas de uma empresa da cidade do Rio de Janeiro, chamada de Jipe Tur, onde o turismo é feito sobre Jipes, e a empresa daquela região conta com o suporte do governo municipal nas atividades turísticas, o que não acontece no município de Joinville, onde as operadoras e agências constantemente arcam com a estrutura individualmente, acarretando no aumento dos custos e com retornos em longo prazo, em relação às agências e operadoras de outras regiões do país onde o turismo é mais desenvolvido”.

O entrevistado destaca que “é variado o perfil do ecoturista que procura a Agência 1, não tendo uma faixa etária, sexo, escolaridade ou qualquer outro perfil definido”. Como variáveis motivacionais, o entrevistado destaca, como mais importantes na procura do ecoturismo, as seguintes: “primeiramente qualidade de vida, em segundo lugar, conhecer lugares diferentes, em terceiro recreação de equipes empresariais”.

Conforme o entrevistado, a empresa não conhece na íntegra a Agenda 21 de Joinville, reconhecendo a necessidade de estudá-la melhor. A Agenda 21 municipal pode ser um importante recurso para que as empresas envolvidas com o ecoturismo tenham maior representatividade e influência no planejamento e manejo sustentável do ambiente natural.

A oferta do ecoturismo pela Agência 1, “é feita através das agências de turismo, pois a Agência 1, não tem como objetivo concorrer com o produto das grandes agências turísticas da região, buscando incorporar o ecoturismo e trabalhar em parceria”. Assim, a empresa caracteriza-se como operadora turística. Contudo, a Agência 1, também oferece diretamente o ecoturismo aos clientes (pessoas físicas), que solicitam seus serviços. Diante aos serviços oferecidos, o planejamento das atividades deve ser constante, e a percepção da organização quanto ao planejamento do ecoturismo baseia-se num “ecoturismo ordenado, em que a organização não pode hoje acabar com aquilo que a sustenta, devendo preservar e dar condições de sustentabilidade para o negócio da empresa e para o meio onde são feitas as atividades”.

Dimensão econômica da Agência 1

Como contribuições da empresa para o desenvolvimento econômico, através do ecoturismo no município, o entrevistado da Agência 1 destacou que “não há na região empresa que faça o que esta empresa faz, o tipo de transporte que a mesma oferece, gerando empregos, mesmo que poucos, interagindo com as escolas de turismo, prestando um novo serviço licenciado, credenciado, que geram impostos e contribuição econômica, além de ter como contribuição fundamental a atração de turistas para a região interessados em conhecer o potencial ecológico da região, possibilitando o aquecimento da economia local”.

Para a oferta do ecoturismo na região, a empresa possui atualmente quatro profissionais fixos, entre eles os dois sócios, um profissional de suporte administrativo e um de vendas, além de equipes de apoio móveis, com guias específicos para atividades de turismo de aventura e ecoturismo, contratando estagiários do curso superior de turismo de uma instituição de ensino superior do município de Joinville e escoteiros devido a ligação do proprietário da empresa com o escotismo no município. Assim, segundo o entrevistado, “há relação entre ecoturismo e geração de emprego, tanto de empregos diretos e principalmente de empregos indiretos. A partir do momento em que eu estou levando turistas para determinada região, eu preciso estar com guias treinados para atendê-los, para orientá-los, e eu tenho que contratar estes guias. Qualquer atividade, qualquer empresa, qualquer coisa que você abrir, gera empregos. Se eu conseguir desenvolver o turismo na Estrada Bonita, por exemplo, eu vou gerar empregos diretos que são os guias, o motorista, isto é, uma equipe interna da empresa. Em contrapartida, dependendo do número de turistas que a Agência 1 levar, o morador local que fornece, o pão, a geléia, o bolo, os produtos rurais, terá uma demanda maior: terá que contratar mais, ou trabalhar mais ou ainda interagir com a família toda para fazer mais. Quer dizer, há um desenvolvimento econômico da região, você gera empregos diretos e indiretos”.

Referente a interação do ecoturismo com os outros setores da economia, o entrevistado, salienta que “os serviços que nós temos oferecido às indústrias, por exemplo, fazem parte da recreação dos funcionários. Geralmente no final ou no meio do ano, as empresas nos procuram para desenvolver atividades de recreação que podem ser feitas dentro da sede do próprio cliente ou dentro de uma área pré-determinada por nós. Quando nós determinamos o local, escolhemos uma fazenda ou sítio que tenha uma estrutura para a integração dos funcionários, isto é o que nós temos feito com outros setores da economia”. Além disso o entrevistado disse que “a Agência 1 tem feito algumas atividades junto às escolas, como alguns acampamentos, colônia de férias, e têm trabalhado com empresas como a Petrobrás e a UNIVILLE. Quando há a condição de aliarmos a recreação com o ecoturismo, nós o fazemos, levando determinado grupo até o meio rural ou natural”.

Sobre a dimensão de maior prioridade para a organização, o proprietário argumenta que “todas elas tem sua importância e relevância. Não adianta dizer que o principal é o econômico, porque se eu não der importância ao ecológico eu não

vou ter o desenvolvimento econômico. Praticamente todas as dimensões têm o mesmo peso, apesar da dimensão econômica ter um peso um pouco maior, porque todas as empresas são criadas para ganhar dinheiro".

Para a Agência 1, "os maiores custos no contexto econômico são os equipamentos, o transporte e o fator pessoal, principalmente ao contratar guias capacitados e treinados para levar e orientar o turista numa trilha ou num local pré-determinado. Os benefícios podem ser percebidos na satisfação pessoal do cliente, do morador local, e até do próprio município ao ver que o turista acaba retornando e preservando. Se você deixar por conta do cliente ou por conta do morador, do povo, da população, se acaba".

Quanto aos investimentos em marketing e propagandas, o proprietário destaca que já investiram em feiras, em propaganda, em pessoal e agora esperam ver o que vêm de retorno. A propaganda boca-a-boca tem o papel importante para esta empresa. O entrevistado da Agência 1 salienta também que ocorrem as duas situações ao enfrentarem mudanças no mercado: "em alguns casos, a empresa espera o mercado reagir (reativo), em outros a empresa vai atrás (pró-ativo)".

Dimensão Ambiental da Agência 1

Referente aos princípios ambientais básicos da organização, o entrevistado destaca que, "como a empresa não pode circular com seu veículo 4 x 4 (Jipe do exército adquirido pela empresa e adaptado para os passeios) para transportar o cliente dentro do município, os turistas são transportados por uma Besta até o portal da entrada turística, seja do Quiriri, do Piraí ou da Estrada Bonita e dali para frente a Agência 1, os leva para passear com o Jipe". Além disso, o entrevistado reconhece não seguir princípios criados por outras empresas, mas adota alguns procedimentos, conforme sua própria experiência na área.

A posição da organização quanto ao fluxo de ecoturistas, segundo o entrevistado é o seguinte: "a empresa procura conhecer primeiro o grupo com quem irá trabalhar. Quando tem algum congresso ou feira na cidade, a Agência 1 já possui alguns trajetos pré-determinados. Mas isso a Agência 1 avalia de acordo com o tempo do Congresso. O pessoal tem o intervalo de descanso, que na maioria das vezes leva de uma a três horas, então a Agência leva os turistas até a Estrada Bonita, cujo tempo de deslocamento é de meia hora, depois mais meia hora para

conhecer o local e uma hora para voltar até o local do congresso, tem-se um total de duas horas. Então montamos um roteiro de acordo com o período de descanso do congresso ou da feira que ocorre na cidade. Diferente disso, quem vai determinar o tempo de duração e o local da atividade é o próprio cliente, se ele quer uma atividade para meio dia, um, dois dias".

Sobre a educação ambiental, o entrevistado ressalta, "eu sou diretor de um grupo escoteiro, então basicamente a gente já vem com esta formação do próprio movimento escoteiro: preservação e conservação. Os estranhos no local somos nós. Nós não podemos estressar a natureza, o animal, não podemos estressar nada. Se você leva o seu lanche, então deverá levar o seu saco de lixo para colocar o resíduo e trazer de volta. Nada pode ficar no local, a não ser, pegadas e saudades. Você tem que tomar consciência de que aquilo está lá (referindo-se ao meio ambiente) há muito mais tempo do que você existe, e aquilo tem que continuar por muitos e muitos anos do jeito que você encontrou. De preferência melhor, porque nós já cansamos de subir no Monte Crista e voltar de lá cheio de lixo. Levamos sacos vazios que voltam cheios, você tem que catar aquilo que os outros estão levando. Nós tivemos uma conversa com o pessoal da região do Monte Crista, no sentido de fechar o Monte Crista. Existem épocas em que a natureza precisa estar sozinha, os animais precisam se procriar, precisam descansar e no mundo inteiro é assim, os parque nacionais ficam abertos em uma determinada época, isto baseado em estudos de que naquela época os animais não estão procriando, a natureza pode se recuperar, então, o parque abre seis meses e fecha seis meses. Por que não fazer com o Monte Crista? Abre seis meses e fecha seis meses. Só que para isso você tem que ter uma estrutura de controle, de apoio, quem vai entrar, quem vai sair, fechar aquilo tudo, o custo pode ser da iniciativa privada, pegar alguma empresa que presa por aquele local. Não podemos permitir que 200 pessoas subam o Monte Crista, como acontece nos feriados prolongados, isto gera um impacto tremendo, por mais que não façam nada, mas 200 pessoas subindo e descendo num final de semana, gera um impacto muito grande".

Referente a responsabilidade pela educação ambiental e a formação ética no município em relação às atividades em ambientes naturais, para o entrevistado, "esta responsabilidade é do poder público, através da escola municipal, vindo desde a pré-escola até a formação profissional contendo matérias que mostrem e eduquem

ambientalmente, que façam educação ambiental, que estimulem a conscientização ecológica. Isso tem que estar embutido em tudo quanto é ensino".

Sobre os recursos naturais da região de Joinville, o entrevistado afirma que a região oferece trilhas ecológicas, nas regiões já conhecidas como Estrada Piraí, Estrada Quiriri, as cachoeiras e o próprio Rio Cubatão. Dentro da cidade são destacados o Parque Ecológico Caieiras, o Morro do Boa Vista, o Morro do Finder, os manguezais do qual o Parque Ecológico Caieiras faz parte.

Para o entrevistado, a preservação destas regiões somente será possível com a conscientização ecológica e a educação. Ainda, segundo ele, a "Agência 1, não possui nenhum programa de preservação e conservação de áreas naturais no município".

As atividades ecoturísticas mais praticadas na região de Joinville, são os atrativos naturais da Estrada Bonita, Estrada Quiriri com fazendas pesque-pague, e suas cachoeiras próprias para a prática do rapel e os passeios de Ferry Boat até a Vila da Glória no Município de São Francisco do Sul / SC. O que mais os jovens procuram são as aventuras radicais, segundo o entrevistado, o máximo que Joinville poderia oferecer é o rapel, sem a possibilidade para o rafting, devido a falta de rios com fortes corredeiras, onde geralmente os turistas são levados para o Município de Ibirama / SC, e as pistas de arvorismo existentes apenas nos município de Jaraguá do Sul / SC ou Balneário Camboriú / SC. Quanto a pista de arvorismo "a empresa já pensou em montá-la, mas, enquanto não tiver incentivo não vale a pena" argumenta o entrevistado. Portanto, das atividades ecoturísticas praticadas no município, segundo a Agência 1, destacam-se: o esportivo e de aventura, recreativo e lúdico, educativo e interpretativo, além de enfoques especiais como o histórico e o cultural.

Dimensão Social da Agência 1

No contexto da responsabilidade social junto à comunidade local, o entrevistado ressalta estar ciente da responsabilidade de sua empresa, frente a comunidade (receptora) onde são realizadas as atividades ecoturísticas, porque segundo ele, "a empresa não pode simplesmente explorar o local e esquecer que existem moradores, que existem colonos, que tem produtores rurais que dependem da venda de seus produtos para sobreviver". Nas localidades da Estrada Bonita e Quiriri, a Agência 1 sempre busca contribuir para a comunidade local, incentivando

as compras de produtos tradicionais dos produtores rurais, reforçando estarem cientes da grande responsabilidade social para com a comunidade local. Segundo o sócio-proprietário, “a Agência 1 tem que ter responsabilidade social obrigatoriamente, porque se você não tiver interação com o morador local, mais tarde não haverá mais parcerias, você não será mais bem visto no local”.

A Agência 1 avalia os reflexos do ecoturismo sobre o bem estar da sociedade da seguinte forma: “na verdade quando você leva o turista para passear, geralmente o pessoal que vai, é porque está procurando alguma válvula de escape para se reduzir ou eliminar seu estresse. E a Agência 1 tem visto que, ao levar um empresário, um funcionário ou uma equipe para determinado local ou para tomar um banho de cachoeira, você vê que ele volta reanimado, admirado, que pelo menos naquele momento ele esqueceu os problemas que ele tinha na empresa ou que tinha na vida particular, ou até fica mais sossegado para poder refletir, poder pensar em como resolver determinado problema, então há um benefício, tanto para o ecoturista que pagou pela visita a determinado local, como para a comunidade local que tem sua renda mantida e até mesmo para a própria localidade através das coletas de resíduos”.

No contexto da terceirização dos serviços ecoturísticos, a única coisa que a empresa procura terceirizar, “são as realizações de algumas atividades específicas, às vezes o rapel, às vezes o rafting, porque nós não temos, então a empresa procura levar o turista para realizar tais atividades com equipes especializadas, com empresas idôneas. Ao terceirizar os serviços ecoturísticos, a Agência 1 analisa basicamente o conhecimento técnico dos operadores e guias, frisando contratar somente para atividades específicas. Assim, a própria Agência 1 realiza o passeio com o turista e os transporta. A empresa possui uma equipe própria de Joinville para a oferta do rapel, mas havendo necessidade ela contrata outra equipe especializada, também do município.

O entrevistado argumenta que “a empresa procura orientar a comunidade local de qual será o seu trabalho, como vai se proceder e se houver alguma coisa que eles não aprovem a Agência 1 procura mudar seu trabalho, e a mesma coisa a Agência 1 com a comunidade local, se houver alguma coisa que eles estão fazendo que não é de preservação ou que eles poderiam melhorar, a Agência acaba tendo uma conversa com os moradores, para poder chegar num denominador comum”.

Dimensão Cultural da Agência 1

Para o entrevistado, “a Agência 1, está sempre procurando interagir com a comunidade local, pois o ecoturismo da região também depende desta interação entre a empresa e a comunidade”. No contexto da valorização da cultura local nas práticas ecoturísticas, a empresa procura estimular as atividades na região. Conforme o entrevistado, “as localidades possuem locais para a oferta de seus produtos, como a própria residência dos produtores. O que não há é uma feira local onde sejam concentradas as vendas dos produtos locais”.

Os estudos junto à comunidade local para a identificação de impactos negativos sobre a população, a Agência 1 destaca já ter feito no primeiro ano de funcionamento da empresa. Reconhece também que “a partir do momento em que a empresa começar a trabalhar mais intensamente, terá que fazer mais estudos e até pesquisas com o produtor, com o morador local, porque muitas vezes, você acaba fazendo uma atividade voltada ao seu próprio negócio, e quando você percebe, está atrapalhando a vida particular do morador local e não é esse o nosso interesse”. No que se refere ao comportamento dos ecoturistas, é apontado que a consciência maior de proteção e preservação, em relação ao meio ambiente é proveniente de pessoas de fora da região, e até de outros países. Para a Agência 1, “a obrigação de valorizar a comunidade local, é da própria comunidade, apesar da empresa também ser responsável em parte”.

Dimensão Territorial da Agência 1

Os destinos mais usados atualmente para as atividades de lazer em Joinville, são: “o Monte Crista, o Morro da Tromba e a Região do Quiriri”. Quanto aos locais mais propícios para práticas ecoturísticas no município, o empresário destaca: “em termos de maior curiosidade, em primeiro lugar o Monte Crista, em segundo o Morro da Tromba, e em terceiro o Quiriri, entre outros, não seguindo uma ordem de importância. Em termos de estrutura e desenvolvimento para as atividades ecoturísticas a Estrada Bonita é a mais desenvolvida segundo a Agência 1, devido ao asfaltamento da estrada, a conscientização dos colonos, sendo uma das pioneiras no ecoturismo da região joinvilense”. Nas proximidades da cidade, o entrevistado destaca “o Morro do Boa Vista, o Parque Ecológico Caieiras, Morro do

Finder”, como locais muito valorizados pelos turistas de outras localidades e pouco valorizado pelo turista do município de Joinville. Para a Agência 1, portanto, “todas as áreas são propícias para o ecoturismo, podendo mais tarde uma delas se desenvolver mais do que outras”.

Dimensão política interna (ou política municipal) da Agência 1

Os problemas de infra-estrutura turística do município de Joinville, conforme o entrevistado da Agência 1, “estão ligados à legislação, principalmente no que se refere ao transporte de turistas dentro do município que hoje está sob o controle de duas empresas de ônibus locais, divulgação dos atrativos do município, flexibilização dos motivos (eventos) turísticos gerando oportunidades às diversas empresas (agências turísticas) em seus diversos ramos de atividades turísticas e que atualmente estão restritos ao turismo de negócios e de eventos”.

Na visão da Agência 1, “o poder público tem influências positivas e negativas sobre o ecoturismo na região, mas deve-se explorar mais aquilo que é positivo”. Para o entrevistado, “não se pode jogar a culpa única e exclusivamente para o município ou para o governo. Muitas vezes tais instituições acabam pecando por falta de informação ou por falta de orientação. As empresas turísticas devem procurar interagir mais com o próprio governo mostrando o que elas necessitam para que o poder público possa trabalhar em cima dessas necessidades. Mas deve haver um governo que permita a empresa chegar até ele, indicar o que ela precisa, através de um canal de comunicação para a interação entre as partes”.

O entrevistado reforça que a empresa não participa de associações, e debates direcionados ao desenvolvimento do ecoturismo. Além disso, ele reconhece que apesar de oferecer o ecoturismo, seu principal negócio não é o ecoturismo e sim, uma empresa de engenharia que toma muito tempo do entrevistado e não permite um acompanhamento mais freqüente das atividades ecoturísticas. Ele destaca também que “entre as agências de turismo ecológico não há uma integração total”. Segundo ele, “às vezes, nós falamos mal do governo, falamos mal da falta de incentivo, mas nós mesmos não nos unimos para irmos lá conversar com eles (se referindo ao poder público), para dizermos o que precisamos”.

Ao final da pesquisa, o entrevistado demonstrou interesse em conhecer e analisar o resultado deste trabalho, tendo como objetivo, utilizá-lo para buscar algum

suporte junto às entidades locais e obter maior interação com o poder público, principalmente no que se refere à legalização do transporte recreativo. Na seqüência é apresentado quadro resumo com as variáveis analisadas e as respostas obtidas na entrevista à Agência 1:

Questão Nº	VARIÁVEIS QUALITATIVAS	RESPOSTAS AGÊNCIA 1	ATENDIMENTO AGÊNCIA 1
	DIMENSÃO ECONÔMICA		**SATISFATÓRIO**
13	Contribuições da empresa para o desenvolvimento econômico através do ecoturismo	**Prestação de serviço licenciado, credenciado; geração de impostos e aquecimento da economia local**	**SATISFATÓRIO**
14	geração de empregos e renda	**Gera emprego, principalmente indiretos e renda à comunidade receptora**	**SATISFATÓRIO**
15	Interação da empresa com outros setores da economia	**Prestação de serviços ecoturísticos para a indústria, escolas, universidades**	**SATISFATÓRIO**
16	ênfase dada pela empresa à dimensão econômica	**Reconhece a importância de todas as dimensões, porém enfatiza dimensão econômica devido a sobrevivência financeira da empresa**	**SATISFATÓRIO**
17	Investimento em marketing	**Aguardam o retorno de alguns investimentos em feiras e propaganda. Baixo investimento**	**INSATISFATÓRIO**
18	atitude (proativa ou reativa) da empresa frente ao mercado	**Em certos momentos a empresa age proativamente em outros reativamente**	**SATISFATÓRIO**
	DIMENSÃO AMBIENTAL		**SATISFATÓRIO**
19	determinação de princípios ambientais básicos	Utiliza procedimentos conforme sua própria experiência, porém não estão claramente definidos	INSATISFATÓRIO
20	fluxo de ecoturistas (capacidade de carga)	**Procura conhecer o grupo de clientes. Experiência em escotismo do proprietário**	**SATISFATÓRIO**
21	orientação ambiental fornecida pela empresa ao ecoturista	**A empresa orienta e conscientiza seus clientes. Preocupação com as áreas naturais da região**	**SATISFATÓRIO**
22	envolvimento da empresa com a educação ambiental no município	Responsabilidade apenas do poder público	INSATISFATÓRIO
23	Indicação de potenciais para o ecoturismo na região	**Potenciais indicados: Estradas Quiriri e Piraí, Cachoeiras do Rio Cubatão, Parque Caieiras, Morro do Boa Vista e do Finder, manguezais**	**SATISFATÓRIO**
24	envolvimento da empresa com programas de conservação ou proteção ambiental	**Nenhum programa de preservação e conservação de áreas naturais no município**	**INSATISFATÓRIO**
25	verificação das atividades com características específicas do ecoturismo, mais praticadas no município	O esportivo e de aventura, recreativo e lúdico, educativo e interpretativo, além de enfoques especiais como o histórico e o cultural.	**SATISFATÓRIO**
	DIMENSÃO SOCIAL		**SATISFATÓRIO**
26	envolvimento da comunidade na oferta ecoturística	**Há o envolvimento da comunidade local, porém, de forma fragmentada e individual entre as empresas**	**INSATISFATÓRIO**
27	reflexos (positivos / negativos) do ecoturismo sobre a sociedade	**Reflexos positivos indicados pela empresa: bem estar do cliente e satisfação da comunidade receptora. Reflexos negativos: existência de impactos sobre o ambiente natural (capacidade de carga muito acima do limite máximo), principalmente no Monte Crista, mas com possíveis soluções no curto e médio prazo.**	**SATISFATÓRIO**
28	procedimentos adotados pela empresa para a terceirização de serviços voltados ao ecoturismo	**Análise do conhecimento técnico dos operadores contratados**	**SATISFATÓRIO**
29	os procedimentos da empresa quanto a orientação da comunidade local (receptora)	**Orientação da comunidade local sobre os procedimentos da empresa na região**	**SATISFATÓRIO**
29	existência de um padrão de orientação da comunidade criado entre as empresa que exploram o ecoturismo	**Não há um procedimento padrão de orientação da comunidade local, entre as empresas que exploram o ecoturismo na região**	**INSATISFATÓRIO**
	DIMENSÃO CULTURAL		**INSATISFATÓRIO**
30	interação da empresa com a cultura local	**Há a interação da empresa com a cultura local através da oferta dos produtos e do contato com a comunidade receptora**	**SATISFATÓRIO**
31	existência de lugares adequados para a oferta de produtos artesanais que valorizem a cultura local	**Não há locais e feiras para a oferta dos produtos. Somente na Estrada Bonita os produtos são vendidos nas casas dos próprios produtores**	**INSATISFATÓRIO**
32	identificação e a apresentação dos impactos percebidos sobre a cultura local pela empresa	**A empresa não tem feito nenhum estudo sobre os impactos sofridos pela comunidade local**	**INSATISFATÓRIO**

Questão Nº	VARIÁVEIS QUALITATIVAS	RESPOSTAS AGÊNCIA 1	ATENDIMENTO AGÊNCIA 1
33	acompanhamento do comportamento do ecoturista frente aos ambientes naturais e culturais	**Apenas ecoturista proveniente de fora da região apresenta comportamento adequado nas práticas ecoturísticas. As pessoas da região não valorizam o que possuem (áreas naturais, cultura)**	**INSATISFATÓRIO**
34	posição da empresa quanto aos principais responsáveis na valorização da cultura local	**Obrigação de valorização da cultura local é da própria comunidade assim como da própria empresa**	**SATISFATÓRIO**
	DIMENSÃO TERRITORIAL		**SATISFATÓRIO**
35	principais destinos (locais) usados para o ecoturismo no município	**Destinos mais usados: Monte Crista, Morro da Tromba e Região do Quiriri**	**SATISFATÓRIO**
36	indicação de áreas adequadas às práticas do ecoturismo na região estudada	**Locais mais propícios para o ecoturismo: em termos de maior curiosidade: Monte Crista; Morro da Tromba e Quiriri. Em termos de estrutura: Estrada Bonita, Morro do Boa Vista, Parque Caieiras e Morro do Finder**	**SATISFATÓRIO**
	DIMENSÃO POLÍTICA MUNICIPAL (INTERNA)		**INSATISFATÓRIO**
37	principais problemas de infra-estrutura que impedem o desenvolvimento do ecoturismo na região	**Principais problemas: legislação que regulamenta o transporte de passageiros em Joinville, turismo restrito ao turismo de negócios e eventos**	**INSATISFATÓRIO**
38	principais influências (positivas / negativas) das ações do poder público sobre o desenvolvimento do ecoturismo	**Influências positivas do poder público para o ecoturismo: não apontadas Negativas:falta de apoio do poder público às agências**	**INSATISFATÓRIO**
39	envolvimento da empresa em associações, debates e eventos direcionados ao desenvolvimento do ecoturismo no município	**Não há envolvimento da empresa em associações e debates sobre o ecoturismo no município**	**INSATISFATÓRIO**

QUADRO 5 – Resumo das variáveis qualitativas e das respostas obtidas na entrevista à Agência 1.
Fonte: entrevista realizada (2005).

4.2.1.1 Conclusões sobre o estudo de caso da Agência 1

Analisando o posicionamento da Agência 1, sobre as dimensões da sustentabilidade, pode-se concluir que: a dimensão econômica é atendida satisfatoriamente pela empresa na exploração do ecoturismo no município de Joinville, através da geração de empregos, impostos, renda e lucro para as empresas envolvidas com este tipo de atividade.

Na dimensão ambiental, a agência não apresentou os princípios ambientais utilizados na oferta do ecoturismo e não destacou como define o número de turistas para os passeios oferecidos pela agência, buscando atender aos limites de carga do ambiente natural. Porém, a experiência do proprietário, adquirida através do escotismo, tende a compensar a atenção da empresa quanto a preservação e conservação do ambiente natural, pois, Agência 1, procura reduzir seus impactos

ambientais, orientando seus clientes e preservando os recursos naturais do qual depende totalmente, a existência da empresa.

Com relação à dimensão social, há consciência da empresa de suas responsabilidades junto à comunidade local, pois, entende que a sustentabilidade da atividade ecoturística depende da adequada recepção, tanto da própria empresa como pelos moradores locais. Porém, sem o envolvimento da sociedade no planejamento de atividades junto ao ambiente natural, cada empresa programará suas atividades da forma como acredita ser ideal, com tendência a direcionar o ecoturismo oferecido pela empresa, aos interesses individuais e fragmentados, levando a condição de atendimento insatisfatório desta variável qualitativa da dimensão social. Observa-se no discurso do entrevistado, o comprometimento da Agência 1 com a comunidade local, ao frisar a necessidade das parcerias entre a empresa e a comunidade. Mas, o envolvimento da comunidade local observou-se também que apesar da consciência do proprietário da Agência 1, sobre as questões ambientais, não há ações concretas na busca por soluções entre as empresas deste ramo e a sociedade. A ausência deste envolvimento entre as empresas, comunidade local e órgãos governamentais, compromete a sustentabilidade da dimensão social e tende a afetar as demais dimensões. Ainda assim, a dimensão social para o ecoturismo oferecido pela da Agência 1, vem sendo atendida de forma satisfatória, mas com tendência para um atendimento insatisfatório em pouco tempo.

Sobre a dimensão cultural, a empresa busca interagir com a comunidade local e valorizar suas tradições e culturas. Mas, o atendimento isolado, ao valorizar suas tradições e culturas, faz com que a empresa adote um procedimento particular, de acordo com sua própria visão a respeito das necessidades e valores locais, o que pode conflitar com os procedimentos de outras empresas, cuja visão também se torna individualizada. Assim, há uma fragilidade do sistema pela dimensão cultural, comprometendo a sustentabilidade do ecoturismo, ou seja, considera-se o atendimento da dimensão cultural, insuficiente para o contexto da sustentabilidade no município.

Na dimensão territorial, a Agência 1, confirma a variedade e a qualidade dos recursos existentes na região de Joinville, viáveis às práticas ecoturísticas. Os impactos negativos já podem ser percebidos em algumas regiões onde é alto o fluxo de visitantes, há sinais de depredação e destruição do ambiente natural, como vem ocorrendo no Monte Crista. Mas, apesar de algumas áreas apresentarem sinais de

depredação do ambiente natural, Joinville ainda possui áreas preservadas que podem ser consideradas satisfatórias no atendimento da dimensão territorial para as atividades ecoturísticas, por atender a quesitos básicos da sustentabilidade desta dimensão.

A dimensão política interna é uma das dimensões mais frágeis no ecoturismo oferecido no município de Joinville, sendo ressaltado pela Agência, a falta de apoio do poder público, de legislação adequada para as atividades de lazer e de estrutura adequada nos parques municipais, apesar da Agenda 21 municipal incentivar o desenvolvimento do ecoturismo e do desconhecimento deste plano de ação por parte da agência. Para um ecoturismo em bases sustentáveis, o respaldo e apoio do poder público são de essencial importância para as agências, micro-empresas que necessitam de estrutura, normas e regras claras e definidas, contando sempre com a participação da comunidade envolvida. A ausência de atendimento das variáveis qualitativas básicas da dimensão política interna, conforme identificada nas abordagens do entrevistado, a torna insatisfatória, pois, compromete as demais dimensões da sustentabilidade do ecoturismo.

É importante salientar que a falta de atendimento da dimensão política interna não depende exclusivamente da Agência 1, mas principalmente do poder público. Não obstante, a dimensão política interna pode ser atendida em sua plenitude, a partir do momento em que houver um maior envolvimento de poder público nesta atividade turística oferecida na região de Joinville. A modalidade ecoturística deve ter especial atenção principalmente do governo municipal, pois, a oferta desordenada desta atividade no município, tende a gerar impactos negativos irreversíveis à cultura e a economia local e aos ambientes naturais da região.

4.2.2 Estudo de Caso: Agência 2

Composta por dois sócios (casal), ambos com formação superior e pós-graduação na área educacional e pedagógica, a Agência 2 tem por objeto social a exploração de serviços de educação, ambiente, gestão ambiental, ecoturismo, atividade de recreação e educação ao ar livre para todas as idades, turismo educacional, turismo receptivo, turismo aventura, translado, fretamento e transporte

diversificado, consultoria organizacional para a empresa em diversos ramos, comercial, financeira, recursos humanos, qualidade administrativa, empresarial e treinamento, passará neste ato a contar também com serviços de recursos humanos, recrutamento e seleção, cargos e salários, avaliação de desempenho e potencial, implantação e treinamento em sistemas de qualidade e suas ferramentas de treinamento técnicos e comportamentais e desenvolvimento de pessoal e treinamento vivencial ao ar livre (TVAL) bem como eventos e promoções.

Considerada micro-empresa com base em seu faturamento, a Agência 2 iniciou suas atividades de lazer junto ao meio ambiente, através de programas elaborados para as escolas do município. Hoje, seus programas e serviços estão direcionados às atividades de treinamento e motivação profissional e empresarial, atividades estas desenvolvidas junto ao ambiente natural.

A empresa também possui investimentos no Balneário de Barra do Sul / SC, onde explora atividades de passeios de barco na lagoa da Boca da Barra. O sócio (entrevistado) afirma estar recebendo propostas para desenvolver suas atividades na França e que as propostas estão se tornando irresistíveis a cada ano. A seguir, são apresentadas as respostas do entrevistado para cada uma das questões formuladas (ver roteiro de entrevista no apêndice A).

Ao ser questionado sobre a missão, visão e valores da empresa, o proprietário da Agência 2, respondeu o seguinte: “toda a visão da empresa (onde a organização quer chegar) está em atender o ser humano em sua plenitude. A missão (o motivo da existência da organização) é ser uma empresa destacada no mercado dentro da área na qual nós atuamos, seja ela organizacional, parte da educação, ser uma empresa por excelência. Quanto aos valores (no que a organização acredita) da Agência 2, o entrevistado destaca acreditar, “no ser humano e por uma qualidade de vida melhor”.

Como responsabilidade social a empresa entende “ser uma empresa ética no mercado, trabalhar dentro dos valores da sociedade, valorizando também, o ser humano em sua plenitude e a família como um todo”. A empresa não possui nenhum programa oficial de responsabilidade social, mas o entrevistado destaca que já ministrou palestras voluntárias, orientações para grupos da terceira idade e participou de grupos escoteiros do município de Joinville.

Ao ser abordado o tema desenvolvimento sustentável, a sócia-proprietária passou a participar da entrevista, ressaltando que “o processo sustentável acaba

gerando desde um plano diretor da cidade, ou numa visão mais ampla, na verdade ao se olhar de uma forma ideológica, seria o plano diretor do país preocupado com todo o processo, não só econômico e político, mas também social e ambiental. Nada ou nenhum sistema funciona se não estiverem integradas todas as partes e todas as funções". Segundo a entrevistada, "toda a integração necessária somente poderá ser alcançada pela educação, não a educação medíocre, em que se fala muito e se faz pouco, mas sim, ter uma atuação real e para isso é preciso de um sistema que monitore este processo. Hoje eu diria que uma das ferramentas que poderia nos guiar neste processo, seria realmente um trabalho até mais voltado para o organizacional, um plano diretor com os setores de plano estratégico direcionado por suas diretrizes". A entrevistada salientou a importância da obrigatoriedade das prefeituras terem seu plano diretor e o setor de planejamento estratégico. Além disso, a sócia-proprietária apontou também a abundância de recursos naturais e questiona: "mas por quanto tempo?". Foi também abordada pela entrevistada, a questão do crescimento das cidades, mostrando sua preocupação com o crescimento populacional descontrolado.

No ponto de vista da empresa "não existe ecoturismo se não houver ligação com todo processo sustentável. A sustentabilidade é uma razão de todo processo entre o meio ambiente, as ações econômicas políticas, sociais, é o jogo do todo". Para a entrevistada, "é difícil trabalhar somente sob o foco do ecoturismo, em que nada pode, na realidade é assim, tudo pode, desde que saibamos como preservar, como trabalhar, como conviver sem destruir. Nós seres humanos somos muito destruidores, somos só caçadores. Nós temos que aprender a buscar o equilíbrio entre as coisas".

Quanto às dimensões da sustentabilidade envolvidas no ecoturismo, a empresa salientou não ver a sustentabilidade só como a dimensão econômica. A entrevistada acredita que focar apenas a dimensão econômica do ecoturismo é um péssimo negócio. Segundo ela, "todo negócio tem que ter um propósito muito maior do que apenas rentabilidade e este propósito deve ser principalmente a preservação do próprio planeta, pois, você estará preservando sua própria vida. Não há como você gerir um negócio dentro do processo do ecoturismo se não estiver preocupado principalmente com a preservação".

As dimensões diretamente envolvidas com o ecoturismo, destacadas pela Agência 2, são a econômica, a ecológica e a ambiental. No que se refere aos

principais potenciais ecoturísticos de Joinville, a entrevistada destaca que “para Joinville é um pouco complicado. Primeiro porque não se tem nenhum trabalho efetivo de ecologia, nem de consciência ecológica, nem do próprio ecoturismo. Não há incentivo nenhum para se fazer caminhadas em parques. A entrevistada enfatiza, “temos agora, somente o Parque Caieiras, como a única referência para atividades ecoturísticas com estrutura visando a sustentabilidade do local”.

Segundo a proprietária, faltam incentivos para novos parques, o parque “Zoobotânico não tem incentivo algum, as coisas estão soltas. As escolas tinham que estar lá para conhecer, como são os bichos, qual a finalidade deles, qual a função. Nós temos aqui lugares de visitação naturalmente ecológicos que possibilitam conhecer qual o tipo de manguezal existente em Joinville, quais são os sobreviventes dele ou conhecer a terra de Joinville, qual o tipo de terra que nós tempos, qual a relação da Serra Dona Francisca que foi o caminho dos carroções; não há nenhuma prática histórica, como foi aberto, quem transitou por ali, qual foi a via que no entanto fez com que existisse Joinville. Eu vejo Joinville muito preocupada com a questão do capitalismo; industrias e mais indústrias, não vejo o município dando nenhum tipo de respaldo, seja ele moral, seja ele científico, seja ele monetário, para que as pequenas empresas então tenham interesse em relação ao ecoturismo”.

Ainda conforme a entrevistada, “não se desenvolvem projetos sejam eles acadêmicos, sejam eles sociais ou até dentro do processo ambiental, de forma educativa. O próprio IBAMA entre outros órgãos que cuidam de nosso sistema ambiental, não educa, policia. Punir é a coisa mais fácil que tem. Enquanto a gente não tiver órgãos educativos, com profissionais da educação, para se trabalhar a conscientização, é enganar a si mesmo, é um faz de conta. Aqui tem bastante. Quando há uma realização há um interesse de acordo com uma penalidade, como por exemplo o Parque Caieiras, que surgiu de uma penalidade ou então, porque há um interesse político ou de jogo, porque alguém vai ganhar algo em troca de algo”.

Quanto aos princípios básicos utilizados para a elaboração dos programas ecoturísticos, a empresa 2 salienta desenvolver muita coisa. A empresa formata seus programas para seu próprio estilo e propósito, baseando toda parte sobre a educação e cidadania. Além disso, o perfil do ecoturista, segundo a Agência 2 é variado, pois há procura de atividades por todos os níveis de pessoas. Para a entrevistada, “não existe uma demanda exacerbada justamente pela falta de

conscientização ecológica, hoje se vê muito o preço do serviço. Nós não trabalhamos com preço, nós trabalhamos com qualidade. Nós não vamos nos privar disso, então pode levar tempo, mas nosso trabalho vai continuar a ter esta consistência. Quanto a renda do ecoturista, a empresa ressalta que utiliza muito a linha “Robin Hood” (referindo-se ao lendário personagem da Idade Média que roubava dos ricos para dar aos pobres), para o cliente que tem mais poder aquisitivo nós cobramos mais até para poder propiciar um preço bem mais acessível àquele que não pode”. A entrevistada relata que “as pessoas que procuram a empresa hoje são geralmente de fora do município. A maior procura é das pessoas de classe A (classe alta), executivos, filhos de executivos, até por ter um nível de conhecimento mais elevado, hoje eles procuram mais a agência. Quanto mais baixo o nível, mais eles acabam buscando só preço e aí fica difícil, porque qualidade exige certa sofisticação. Hoje, não tem nenhum estado brasileiro que a empresa não tenha atendido ainda. Atendemos todos os estados e todos os segmentos deste ramo de atividade”. Em algumas situações a empresa desenvolve a atividade na própria cidade do cliente, mas atualmente a Agência os tem trazido para Joinville. No que se refere as principais variáveis motivacionais do ecoturismo, para Agência 2, são apontadas: 1º qualidade de vida, 2º - educação ambiental, 3º - negócios e motivação profissional.

Na questão do plano de ação municipal, a organização não possui maiores conhecimentos da Agenda 21 municipal, podendo-se inferir que seus programas ecoturísticos não se baseiam nos planos de ação do documento que delineia os procedimentos para desenvolvimento sustentável do município. Contudo, o atendimento das diretrizes da Agenda 21 municipal pode estar ocorrendo caso a empresa esteja fundamentando suas ações em princípios da sustentabilidade.

Para a Agência 2, a oferta do ecoturismo ocorre por meio da Internet, através de sua home page e pela divulgação pessoal, através de visitas a escolas e empresas, mesmo com o uso de outros recursos como fotos, propagandas, etc, sendo que o que mais vende são as indicações. Para as atividades ecoturísticas, “a empresa utiliza o *check list,* todas as pessoas são asseguradas, são orientadas como devem vir, qual o tipo de traje, de roupa o que podem ou não podem fazer, com orientações básicas do tipo: natureza; não pode destruir, não pode quebrar árvores, não pode pegar flor, só que colocamos, não como “não pode”, colocamos assim, como é bonita a flor, os galhos na natureza”.

Referente a percepção da empresa 2, sobre o planejamento do ecoturismo, a entrevistada destaca que “não existe um planejamento sobre o ecoturismo no Brasil”. Quanto ao planejamento de sua empresa, a proprietária entrevistada esclarece seus procedimentos: “a empresa escolhe uma etapa dentro do processo de desenvolvimento da atividade ecoturística, conhece e estuda o local, faz toda a verificação de como a empresa pode utilizar tal local, seja para escola, seja para o treinamento de pessoas, quais são os cuidados que tem que ter, quais são os riscos, isto é, faz toda a avaliação e diagnóstico da área. Depois disso, tendo viabilidade, a empresa começa a trabalhar em cima do planejamento. Se não há viabilidade, nós buscamos em outro local o foco que temos em questão. Por exemplo, controlar os *trekkings*, que seriam caminhadas trabalhando o stress dentro da natureza, buscamos o local, vamos estudar, fazer uma análise aprofundada de viabilidade para depois a atividade ser planejada e executada”.

Ainda segundo a entrevistada, “toda a ação que você tenha que fazer ao ar livre, ela tem que ser diagnosticada. Você não pode simplesmente ter um local: eu achei aquele local bom, vai lá e faz. Existem “n” características e circunstâncias que você tem que estudar e a natureza tem as particularidades, porque hoje ela pode estar de uma forma, amanhã pode estar de outra. Conosco mesmo já aconteceu; estudamos todo o local para um *trekking* e no outro dia apareceu lá um grande enxame de marimbondos. São imprevistos, na natureza você não tem controle, agora, você tem que estar prevenido”. Nós aprendemos que em todas as atividades ao ar livre, temos que estar de camisetas brancas, jamais escuras”. Questionada sobre o motivo do uso de camisetas brancas nas atividades, a entrevistada, respondeu que “não é para facilitar a localização de pessoas perdidas, mas sim, quanto às mordidas dos bichos mesmo; todos os insetos vêem a roupa escura como tocas ou como lugares onde eles podem se esconder e o branco os repele”.

Dimensão Econômica da Agência 2

Para abordar as contribuições da organização para o desenvolvimento econômico através do ecoturismo no município, o proprietário assume a entrevista destacando que no início de suas atividades envolvidas com educação, “todos os proprietários das áreas visitadas (referindo-se principalmente a Estrada Bonita), vendiam bolachas, melado, geléias, e nós fazíamos com que as crianças

comprassem. Então, em vez das crianças levarem salgadinhos, elas consumiam os produtos produzidos pelos colonos da região".

A sócia complementa a resposta do entrevistado, ressaltando que "no contexto econômico, a escola ganha, a criança ganha, assim como o próprio fornecedor que está propiciando todo este trabalho cultural, gerando uma forma de manutenção de seu sistema, tanto que a região da Estrada Bonita, se tornou cartão postal do turismo rural em Joinville". Ainda segundo a entrevistada "o povo sabendo ou não, quem proporcionou tudo aquilo fomos nós" (se referindo ao desenvolvimento do turismo rural na Estrada Bonita). Hoje, nas atividades organizacionais realizadas no Balneário Barra do Sul (município próximo a Joinville), a empresa se dedica a oferta de atividades de lazer na lagoa lá existente, que segundo a entrevistada, movimenta um micro sistema sustentável.

A respeito da oferta das atividades, atualmente a organização terceiriza as atividades através de guias conhecidos na região. Então, segundo a entrevistada da Agência 2, há a geração de empregos principalmente indiretos na preparação e execução das atividades ecoturísticas. Ela destaca que, "nós temos uma grande capacidade, mas ela ainda não é totalmente explorada. O que acontece é o seguinte nesta etapa: descobre-se um caminho das pedras, então, todo mundo vai naquele caminho das pedras. Se uma empresa resolve trabalhar com rapel, ela tem que ser especialista em rapel, a outra vai trabalhar com arvorismo, tem que ser especialista em arvorismo, outra empresa vai trabalhar com o conhecimento da terra, da flora e da fauna, com a atividade educativa deverá ser especialista nisso. Como a nossa atividade tem um sentido e os concorrentes têm dificuldades em pensar e planejar suas atividades, de trabalhar em projetos e desenvolvê-los, acabam fazendo pelo jeito mais fácil, e infelizmente o que acontece neste mais fácil - na cópia da atividade – em que não se analisa, não se faz diagnóstico é a desconsideração dos riscos e então, a vida das pessoas é colocada em situações de grande risco".

A interação do ecoturismo com a economia, segundo o entrevistado, por exemplo para a atividade de TVAL – Treinamento Vivencial ao Ar Livre, especialidade da organização, está relacionada à compra de equipamentos, como cordas, e materiais didáticos, como apostilas, canetas. Segundo a entrevistada, "Na realidade existe todo um trabalho feito quanto ao transporte que a empresa assume, fizemos uma parceria com um hotel que dependendo do cliente, nós assumimos, ou viabilizamos todo o processo, a empresa também possui a disposição para fazer as

atividades aquáticas, barcos que sofrem uma manutenção de três em três meses, mão-de-obra para limpeza dos equipamentos em geral, tendo um giro grande em cima de tudo isso". Ainda quanto à TVAL, a entrevistada destaca que "as 20 (vinte) oficinas da atividade "devem estar perfeitas", o que exige o envolvimento econômico para proporcionar uma prática adequada e segura junto a natureza".

A dimensão da sustentabilidade de maior importância para a Agência 2 é a ambiental (consciência ambiental) em seguida, a educativa e a econômica. A empresa destaca a educativa por ser especializada em atividades educacionais, oferecidas no início para escolas onde trabalhava com crianças e adolescentes e hoje, dedica-se aos treinamentos de executivos e de profissionais em geral.

Quanto ao marketing para o ecoturismo na região, a empresa confessa que investe muito pouco. Segundo a entrevistada, "o marketing que se faz hoje é o de "boca-a-boca", onde o participante da atividade comenta com outras pessoas, como foi esta atividade. Considerada boa para ele, freqüentemente ele estará disseminando a qualidade dos serviços da empresa, mas, ainda falta uma divulgação maior para aproveitarmos esta oportunidade". A atitude da organização costuma ser mais proativa ao mercado, através da missão de criar projetos voltados para a educação e para a organização.

Dimensão Ambiental da Agência 2

Os princípios ambientais básicos utilizados pela organização na prática do ecoturismo, segundo o entrevistado, "não estão explícitos, mas são direcionados à não estragar a natureza, à respeitar a propriedade alheia, a trazer de volta o que se leva e até orientar como reciclar o lixo trazido".

O posicionamento da organização 2, quanto ao fluxo de turistas e quanto a orientação das atividades no ambiente natural está relacionado "a não valorização apenas das questões financeiras, mas de todo o complexo. Se todo mundo resolver descer de bóia o rio, estará afetando o meio ambiente. No Monte Crista, são realizadas dezenas de atividades por semana. Com a intenso fluxo de subida e descida por grandes grupos de jovens observa-se impactos na trilha. A própria trilha já é uma agressão à natureza. A orientação das atividades no meio ambiente sempre é feita de forma oral, sendo também colocados todos os aspectos de

segurança, cuidados com quedas, evitar acidentes com animais peçonhentos, que medidas tomar, ventanias e chuvas, na água os cuidados com salva-vidas...".

Conforme o entrevistado, "a educação ambiental deveria ser algo essencial, como uma disciplina obrigatória em qualquer escola. Hoje, quem mais tem respeito pela nossa natureza não somos nós, são as pessoas que vêm de outros países para cá". A participação da organização na educação ambiental da população local e dos ecoturistas, vem através de algumas palestras ministradas pelos proprietários da Agência 2, direcionadas às crianças e adultos.

Para a Agência 2, "a responsabilidade pela educação ambiental e ética no município, diante das atividades em ambientes naturais, em primeiro lugar é dos órgãos governamentais, com programas claros, e com atribuição das instituições educacionais para com o meio ambiente, em segundo lugar das empresas, e em terceiro da comunidade em geral. Até o IPTU deveria trazer orientações quanto ao meio ambiente e como este lixo que está sendo coletado, está sendo reciclado ou como é que está sendo utilizado, assim como os mercados, que também deveriam ser orientados quanto às suas embalagens".

As principais áreas para o ecoturismo em Joinville, apontada pela Agência 2, "são aquelas voltadas para a educação, temos as áreas rurais de pequenos agricultores onde são importantes os projetos de educação como as hortas caseiras". Outra área apontada pelo entrevistado, é a Mata Atlântica, onde a educação fica direcionada ao ensino da fauna e flora brasileira. A empresa destaca não possuir ainda uma área física de preservação ambiental, mas, pensa em futuramente adquirir uma área e torná-la um centro de treinamento para todas as idades.

Para a Agência 2, as atividades ecoturísticas mais praticadas são em ordem de importância: o recreativo e lúdico, em segundo lugar o rapel e terceiro, as caminhadas nas trilhas existentes no município. Contudo, entrevistado acredita que a região não seja indicada para as práticas de rapel. Os equipamentos mais utilizados nas práticas ecoturísticas oferecidas pela Agência 2, são cordas, barcos, canoas, materiais didáticos, barracas entre outros recursos.

Dimensão Social da Agência 2

O papel da comunidade nas atividades ecoturísticas oferecidas pela Agência 2, “é pouco expressivo”, afirma o proprietário. Mas expõe que nas atividades oferecidas no Balneário da Barra do Sul (município próximo a Joinville), há um maior envolvimento da comunidade local. O entrevistado afirma, “sempre procuramos envolver a comunidade ao executarmos nossas atividades. Por exemplo, nas atividades rurais toda a comunidade local estava envolvida e sabendo o que iria acontecer, de que forma eles poderiam participar e quais seriam os pontos positivos para eles nesta participação. No litoral, a mesma coisa, procuramos orientar as pessoas até para que possam respeitar os turistas que estão chegando, saber atendê-los num nível que eles merecem e que possam ser seus clientes”.

Os reflexos do ecoturismo sobre o bem estar da sociedade são avaliados pela organização como positivos. Conforme o entrevistado, “a sociedade poderia participar mais (...), porque ainda não está presente em nossa cultura um maior envolvimento, talvez por falta de qualidade nos serviços oferecidos pelas empresas do município que atraia o interessante da população para as práticas de caminhadas em trilhas ou prática de atividades lúdicas, envolvendo o bem estar”.

Ao terceirizar os serviços de ecoturismo, o principal parâmetro que a organização utiliza para a escolha dos operadores, é o perfil técnico das pessoas. O entrevistado destaca que, “para cada projeto, para cada área, nós procuramos o perfil mais adequado. Se for voltado para a educação, as pessoas que irão trabalhar com isso, têm que ter esta visão, tem que ter esta consciência, para não fazer apenas o projeto pelo projeto”. A maioria dos operadores contratados para projetos realizados no município, pela Agência 2, é de Joinville.

Referente orientação da população quanto aos procedimentos e cuidados com o meio ambiente e como a mesma deve proceder no ambiente natural, o entrevistado admite que a Agência 2 faz muito pouco, e não soube dizer se existe um padrão entre outras agências do município, porque ainda não é uma atividade de grande volume.

Dimensão Cultural da Agência 2

Ao interagir com a comunidade local e sua cultura, através do ecoturismo, o entrevistado salienta que a Agência 2, “respeita muito a cultura local” e afirma que “hoje Joinville é um mundo multi-culturalista, com mídia, TV, a todo o momento você sabe como se comportam as várias culturas do mundo e esta interferência está tão forte que nós não percebemos o quanto isso nos afeta. A própria educação não consegue acompanhar tais mudanças”.

Quanto aos locais para os habitantes de determinada região oferecerem seus produtos aos ecoturistas, o entrevistado afirma que o município não tem um local próprio. Segundo ele, “hoje você vai à Estrada Bonita e encontra pessoas vendendo todo tipo de artesanato que não tem nada a ver com a cultura, isto é, há um desvio do foco cultural. Joinville tem um CD que apresenta algumas coisas, mas é muito fraco. A Região de Joinville (referindo-se ao Litoral, São Francisco do Sul, Barra do Sul e a Serra, São Bento do Sul, Campo Alegre) não tem profissionais qualificados para dar esta orientação de ecoturismo”.

A organização afirma não fazer observações formalizadas junto à comunidade local para identificar impactos e reflexos positivos ou negativos sobre a cultura local, conforme afirma o entrevistado. Para ele, “Não há um planejamento formal para fazer estas observações, porque foge um pouco do contexto operacional da empresa”.

Referente ao comportamento do ecoturista diante da necessidade de conservação ambiental, a empresa tem percebido que não há consciência nem procedimentos éticos dos praticantes de atividades junto à natureza. As agências que oferecem o ecoturismo “não tem o hábito de preservação, estando mais direcionado ao consumo e na obtenção de resultados financeiros imediatos”.

Quanto a obrigação de valorizar a comunidade local, segundo o proprietário, “é primeiramente dos órgãos públicos, até para que nasçam novas empresas, para que as empresas tenham mais suporte”. O proprietário entrevistado enfatiza que durante seus onze anos de experiência na atividade, “é a primeira vez que um profissional liberal (referindo-se ao pesquisador) vem até a Agência 2, fazer uma pesquisa e que ao mesmo tempo em que está aplicando a entrevista, também está levantando outros pontos que não estavam visíveis para a empresa e que agora se tornaram mais evidentes. Nenhum órgão veio até nós, para nos perguntar o que

fazemos, como fazemos, o que devemos fazer, o que a comunidade espera e que tipo de esporte, que tipo de gerenciamento poderíamos fazer para melhorar. Existe o SEBRAE- Serviço Nacional de Apoio a Micro e Pequena Empresa, e outros órgãos técnicos ensinam como administrar, mas não há um suporte para este ramo de atividade".

Dimensão Territorial da Agência 2

Os três destinos utilizados para o ecoturismo na região de Joinville em ordem de importância para a Agência 2, são: "primeiro a Estrada Bonita, segundo o Monte Crista em Garuva e terceiro o Salto do Rio Piraí, lembrando também do Morro Jurapê (o ponto mais alto do município de Joinville) e da forte presença dos CTGs – Centros de Tradições Gaúchas em Joinville". Como áreas mais adequadas para a prática do ecoturismo em Joinville, conforme o entrevistado localizam-se "na parte de Mata Atlântica, a região da Serra de Pirabeiraba (ou Serra Dona Francisca), o Quiriri, o Salto do Piraí, são locais que estão quase prontos para uma exploração imediata do ecoturismo. No litoral, da Ponte do Trabalhador até a praia da Vigoreli, está faltando apenas um roteiro".

Dimensão Política Interna (ou política municipal) da Agência 2

Na opinião do entrevistado, os principais problemas de infra-estrutura que impedem o desenvolvimento do ecoturismo no município, "estão relacionados a orientação das empresas que oferecem o ecoturismo. Se uma família quiser visitar a Estrada Bonita, o que encontrará lá? Pode-se abrir um site e encontrar as informações? Ou ainda, há algum telefone para contato no local? Como será a recepção? Deve-se agendar a visita para conhecer as propriedades rurais? Estas informações, seja de quem vai receber ou seja de quem irá visitar, nós não tempos".

Sobre as influências positivas ou negativas do poder público no desenvolvimento ecoturístico, o entrevistado reforça que "há pouco apoio do poder público". Além disso, ele esclarece que "muitas áreas rurais situadas próximas às áreas naturais estão concentradas nas mãos de poucos empresários do município sem interesse de incentivar o ecoturismo na região, pelo contrário, se possível, evitam o acesso de pessoas pelas localidades".

A Agência 2, destaca a participação nos encontros que definiram o projeto turístico a ser executado futuramente pelo Governo do Estado, que busca criar estradas litorâneas e serranas no Estado de Santa Catarina para o desenvolvimento do turismo em várias regiões. A seguir são apresentadas as variáveis estudadas e as respostas obtidas na entrevista feita à Agência 2.

Questão Nº	VARIÁVEIS QUALITATIVAS	RESPOSTAS AGÊNCIA 2	ATENDIMENTO AGÊNCIA 2
	DIMENSÃO ECONÔMICA		**SATISFATÓRIO**
13	Contribuições da empresa para o desenvolvimento econômico através do ecoturismo	**Há o envolvimento da agência 2 com outras empresas através do consumo de produtos, equipamentos e serviços contratados, aquecendo a economia local**	**SATISFATÓRIO**
14	geração de empregos e renda	**Gera emprego, principalmente indiretos e renda à comunidade receptora**	**SATISFATÓRIO**
15	Interação da empresa com outros setores da economia	**Prestação de serviços ecoturísticos envolvem empresas de transporte, hotéis, limpeza, alimentação entre outros**	**SATISFATÓRIO**
16	ênfase dada pela empresa à dimensão econômica	**A empresa destaca como dimensões mais importantes a ambiental, a educacional e a econômica, confirmando os valores da empresa formalmente apresentados.**	**SATISFATÓRIO**
17	Investimento em marketing	**Baixo investimento. Aposta nas informações via Internet (home page) e nas indicações (boca-a-boca)**	**INSATISFATÓRIO**
18	atitude (proativa ou reativa) da empresa frente ao mercado	**Atitudes da empresa mais proativas que reativas**	**SATISFATÓRIO**
	DIMENSÃO AMBIENTAL		**SATISFATÓRIO**
19	determinação de princípios ambientais básicos	Utiliza procedimentos conforme sua própria experiência, porém não estão claramente definidos. No entanto, possuem as diretrizes como missão, visão e valores da empresa formalmente elaborados (por escrito) que direcionam suas ações	**SATISFATÓRIO**
20	fluxo de ecoturistas (capacidade de carga)	**A empresa procura controlar o fluxo de ecoturistas em áreas naturais, e dar orientação oral aos ecoturistas**	**SATISFATÓRIO**
21	orientação ambiental fornecida pela empresa ao ecoturista	**A empresa orienta e conscientiza seus clientes. Ministra palestras de orientação e conscientização para a comunidade**	**SATISFATÓRIO**
22	envolvimento da empresa com a educação ambiental no município	Responsabilidade da educação ambiental: do poder público, das empresas e da comunidade em geral	**SATISFATÓRIO**
23	Indicação de potenciais para o ecoturismo na região	**Potenciais indicados: áreas rurais e áreas de Mata Atlântica**	**SATISFATÓRIO**
24	envolvimento da empresa com programas de conservação ou proteção ambiental	**Nenhum programa de preservação e conservação de áreas naturais no município**	**INSATISFATÓRIO**
25	verificação das atividades com características específicas do ecoturismo, mais praticadas no município	Atividades com características do ecoturismo: recreativo e lúdico, o esportivo e de aventura (rapel) e caminhadas nas trilhas	**SATISFATÓRIO**
	DIMENSÃO SOCIAL		**SATISFATÓRIO**
26	envolvimento da comunidade na oferta ecoturística	**Há o envolvimento da comunidade local, porém, de forma fragmentada e individual entre as empresas. Forte tendência de se tornar insatisfatório o atendimento**	**SATISFATÓRIO**
27	reflexos (positivos / negativos) do ecoturismo sobre a sociedade	**Reflexos positivos indicados pela empresa: bem estar do cliente e satisfação da comunidade receptora. Reflexos negativos: existência de impactos sobre o ambiente natural (capacidade de carga muito acima do limite máximo), principalmente no Monte Crista, mas com possíveis soluções no curto e médio prazo.**	**SATISFATÓRIO**
28	procedimentos adotados pela empresa para a terceirização de serviços voltados ao ecoturismo	**Análise do perfil técnico dos operadores contratados**	**SATISFATÓRIO**
29	os procedimentos da empresa quanto a orientação da comunidade local (receptora)	**Pouca orientação da comunidade local sobre os procedimentos da empresa na região devido a baixa demanda**	**INSATISFATÓRIO**
29	existência de um padrão de orientação da comunidade criado entre as empresa que exploram o ecoturismo	**Não há um procedimento padrão de orientação da comunidade local, entre as empresas que exploram o ecoturismo na região**	**INSATISFATÓRIO**

Questão Nº	VARIÁVEIS QUALITATIVAS	RESPOSTAS AGÊNCIA 2	ATENDIMENTO AGÊNCIA 2
	DIMENSÃO CULTURAL		**INSATISFATÓRIO**
30	interação da empresa com a cultura local	**Dificuldade em acompanhar a interferência de diversas culturas na cultura local. Nem a própria educação consegue acompanhar tais mudanças**	**INSATISFATÓRIO**
31	existência de lugares adequados para a oferta de produtos artesanais que valorizem a cultura local	**Não há locais e feiras para a oferta dos produtos. Os produtos vendidos na Estrada Bonita perderam as características culturais**	**INSATISFATÓRIO**
32	identificação e a apresentação dos impactos percebidos sobre a cultura local pela empresa	**A empresa não faz observações formais sobre os impactos sofridos pela comunidade local**	**INSATISFATÓRIO**
33	acompanhamento do comportamento do ecoturista frente aos ambientes naturais e culturais	**A empresa acompanha o comportamento do ecoturista e destaca que apenas ecoturista proveniente da região não valorizam o que possuem (áreas naturais, cultura).**	**SATISFATÓRIO**
34	posição da empresa quanto aos principais responsáveis na valorização da cultura local	**Obrigação de valorização da cultura local é primeiramente do poder público. Não aponta a responsabilidade da empresa na oferta do ecoturismo na região**	**INSATISFATÓRIO**
	DIMENSÃO TERRITORIAL		**SATISFATÓRIO**
35	principais destinos (locais) usados para o ecoturismo no município	**Destinos mais usados: Estrada Bonita, Monte Crista, Estrada do Piraí**	**SATISFATÓRIO**
36	indicação de áreas adequadas às práticas do ecoturismo na região estudada	**Locais mais propícios para o ecoturismo: Serra Dona Francisca, o Quiriri e o Salto do Piraí. No litoral a região dos manguezais**	**SATISFATÓRIO**
	DIMENSÃO POLÍTICA MUNICIPAL (INTERNA)		**INSATISFATÓRIO**
37	principais problemas de infra-estrutura que impedem o desenvolvimento do ecoturismo na região	**Principais problemas: Falta de orientação às agências ecoturísticas, e aos ecoturistas**	**INSATISFATÓRIO**
38	principais influências (positivas / negativas) das ações do poder público sobre o desenvolvimento do ecoturismo	**Influências positivas do poder público para o ecoturismo: não apresentadas Negativas: falta de apoio do poder público às empresas**	**INSATISFATÓRIO**
39	envolvimento da empresa em associações, debates e eventos direcionados ao desenvolvimento do ecoturismo no município	**Há envolvimento da empresa em associações e debates sobre o ecoturismo no município**	**SATISFATÓRIO**

QUADRO 6 – Resumo das variáveis qualitativas e das respostas obtidas na entrevista à Agência 2.

Fonte: entrevista realizada (2005).

4.2.2.1 Conclusões do Estudo de Caso da Agência 2

Ao analisar as dimensões da sustentabilidade do ecoturismo oferecido pela Agência 2 no município de Joinville, conclui-se o seguinte: na dimensão econômica a Agência 2, demonstra contribuir para o desenvolvimento econômico da região, através das atividades realizadas junto ao meio ambiente, seja para as atividades de treinamento e motivação profissional ou para atividades de lazer como as ecoturísticas. Toda a programação e planejamento que envolve as atividades da empresa, geram consumo de equipamentos e materiais para os treinamentos e passeios, exigem manutenções freqüentes, e mão-de-obra qualificada. Há portanto, a geração de empregos indiretos promovidos pela Agência 2, e aquecimento da economia local.

A única variável qualitativa da dimensão econômica que necessita de maior atenção é aquela relacionada ao investimento em marketing ecoturístico, pois segundo o entrevistado, a propaganda boca-a-boca é o seu melhor marketing. É importante ressaltar que apesar da movimentação da dimensão econômica, promovida pela prestação de seus serviços, a Agência 2, destaca que a dimensão de maior importância é a ambiental, seguida da educacional e da econômica.

Quanto à pró-atividade da empresa com relação ao mercado, pode ser confirmada no discurso do sócio ao destacar que a Agência 2, já teve suas atividades e programas copiados por uma concorrente, financeiramente mais sólida, que passou a oferecer preços ao mercado (escolas do município), que não puderam ser cobertos pela Agência 2, fazendo com que a organização tivesse que mudar o foco das atividades oferecidas junto ao ambiente natural. Hoje, sua ênfase está nos treinamentos vivenciais ao ar livre (TVAL), oferecidos especificamente para empresas. Portanto, a Agência 2 atende a dimensão econômica de forma satisfatória para o ecoturismo no município de Joinville, mas possui um grande potencial ainda a ser explorado, com o devido apoio dos órgãos responsáveis.

Ao se analisar a dimensão ambiental, considerada pela Agência 2, a mais importante no seu ramo de atividade, observou-se a falta de princípios claros que norteiem as atividades da empresa junto ao ambiente natural. Mesmo assim, os sócios demonstram conhecer os conceitos de desenvolvimento sustentável, e ter consciência da importância do meio ambiente para o ser humano. Estão também cientes que o alto fluxo de ecoturistas em determinada região tende a gerar impactos negativos à comunidade, pois, em Joinville, muitos mananciais dos principais rios que abastecem o município estão situados nos locais mais visitados pelos ecoturistas, podendo comprometer a qualidade de vida da população no futuro.

Analisando o posicionamento da Agência 2, quanto a educação ambiental e a formação ética, percebe-se que há um direcionamento desta responsabilidade aos órgãos governamentais, representados através das escolas. Mas, observa-se também que a empresa não se isenta da responsabilidade da educação ambiental e da formação ética e que no início de suas atividades, a Agência 2 esteve totalmente direcionada à educação histórica, ética, cultural, econômica, social e ambiental, através de passeios escolares recreativos e educativos.

Quanto às atividades oferecidas atualmente pela Agência 2, os discursos dos entrevistados sempre destacam a importância para a formação do homem e para a

consciência ambiental. Estas crenças da empresa vêm convergir com os valores destacados pela Agência 2, que engloba as duas variáveis: ser humano e meio ambiente. Referente aos documentos e programações analisadas durante a pesquisa, observou-se que há um grande potencial na ampliação do atendimento da dimensão ambiental por parte da empresa, o que viria a consolidar ainda mais os seus valores declarados. Assim, conclui-se, que é satisfatório o atendimento da dimensão ambiental do ecoturismo oferecido no município pela Agência 2, apesar da necessidade de identificação dos princípios básicos a serem seguidos pela empresa em qualquer programa ecoturístico ou de treinamento vivencial desenvolvido pela empresa e da necessidade de envolvimento da empresa com programas de preservação e conservação do município.

Para a dimensão social, o envolvimento da Agência 2 com comunidade local nas atividades, atualmente é pouco expressivo. Mas vem crescendo, com as atividades oferecidas no Município de Barra do Sul / SC (próximo de Joinville), através do envolvimento da comunidade com a atividade de passeios de barco na lagoa daquele município.

No que se refere aos reflexos do ecoturismo no município de Joinville, apesar de serem positivos, não se percebe um maior envolvimento da população do município com as atividades de lazer junto à natureza. Também é pouco expressiva a orientação dada pela organização à comunidade local e não há um padrão entre as agências do município para esta orientação. Isto compromete a dimensão social, pois, cada empresa orientará a comunidade local, conforme entende ser ideal, o que tende a gerar problemas e conflitos, devido a abordagem individual feita pelas agências do município. O planejamento participativo faz-se necessário, pois, todos os interesses deverão ser debatidos amplamente e baseados nos planos de ação, determinados pela Agenda 21 municipal, documento este desconhecido pela empresa. Enfim, considera-se satisfatória a dimensão social do ecoturismo oferecido pela Agência 2 no município de Joinville, com forte tendência a se tornar insatisfatória diante de um possível aumento da demanda pelo ecoturismo na região.

No contexto da dimensão cultural, a Agência 2, foi uma das precursoras do turismo rural devidamente planejado e organizado na Estrada Bonita em Joinville, atividade esta que contribui para a valorização cultural naquela região. Porém, conforme o próprio entrevistado, percebe-se um desvio das atividades e produtos originais oferecidos naquela região. Hoje, muitos produtos vendidos nada têm a ver

com a cultura da comunidade da Estrada Bonita. Isto é um indício de que mesmo nas regiões joinvilenses onde as tradições e culturas são fortes, há um processo de perda de identidade cultural, talvez provocada pelo turismo desordenado, talvez pela predominância de interesses meramente econômicos.

É importante destacar que os problemas de dimensão cultural, não são simples de serem solucionados, pois, a perda da identidade cultural em muitos casos é irrecuperável, devido ao crescimento desordenado e a falta de planejamento municipal de determinada região. Quanto ao acompanhamento do comportamento do ecoturista, os proprietários da empresa possuem grande experiência pedagógica, o que possibilita uma maior observação das ações e reações de seus clientes durante a execução das atividades recreativas.

Segundo o proprietário da Agência 2, a obrigação de valorizar a comunidade local é principalmente dos órgãos públicos. Partindo deste pressuposto, a fragilidade da dimensão cultural do ecoturismo oferecido pela Agência 2, é proveniente da falta de interesse e envolvimento do poder público na solução dos problemas culturais e da própria agência pela falta de iniciativa. Com isso, a dimensão cultural, tem seu atendimento insatisfatório, pois, das variáveis qualitativas que compõem esta dimensão, apenas uma foi considerada satisfatória .

Diante da dimensão territorial para o ecoturismo, Joinville possui importantes áreas naturais com grande potencial para atividades de lazer e de aventura, sendo que algumas são utilizadas para as práticas ecoturísticas, conforme percebido na entrevista aplicada. Assim, considera-se o atendimento a esta dimensão, satisfatório no município de Joinville, mas tendendo ao atendimento insatisfatório no curto prazo, caso não haja um maior envolvimento do poder público, das comunidades e das empresas locais.

No campo da dimensão política interna, a Agência 2, declara que os maiores problemas que impedem o desenvolvimento do ecoturismo em Joinville estão relacionados a falta de suporte às empresas que exploram a atividade no município. Isto também reforça o abandono do poder público para com as atividades ecoturísticas no município, fragilizando as demais dimensões. Das três variáveis que compõem esta dimensão, apenas a que aborda o envolvimento da empresa em debates direcionados ao desenvolvimento do ecoturismo é considerada satisfatória. Desta forma, também é considerado insatisfatório o atendimento da dimensão política municipal (ou interna) para o ecoturismo no município e que a fragilidade

desta dimensão tende a afetar negativamente todas as demais dimensões da sustentabilidade aqui abordadas.

4.2.3 Estudo de Caso: Agência 3

Criada no ano de 2005, a Agência 3, especialista em atividades ecoturísticas principalmente na região do Município de Joinville, entre outras do país, tem como objeto social “a atividade de agenciamento de viagens e turismo”, o que engloba atividades ecoturísticas. Composta por dois sócios, ambos com formação superior (um em turismo com ênfase em meio ambiente e o outro em educação física), a empresa possui 25 m² de área construída, sendo considerada, com base no faturamento, micro empresa. Com experiência de sete anos neste ramo de atividade, os sócios oferecem e realizam as atividades, não tendo, portanto, empregados diretos. A entrevista foi realizada junto a um dos sócios e contou com a intervenção do outro em determinados momentos. A seguir, os principais pontos destacados pelos entrevistados, a respeito dos programas e planejamentos da empresa, direcionados ao ecoturismo no Município de Joinville (ver apêndice A - roteiro de entrevista).

Referente a missão da empresa, o entrevistado destacou que, “a princípio a empresa não está focada somente ao ecoturismo, mas possui um produto específico, sendo oferecido o ecoturismo, com rapel, bóia-cross, caminhadas ecológicas”. Portanto, sua missão está direcionada à oferta de atividades ligadas ao meio ambiente. A visão da empresa está direcionada à criação e gerenciamento de um modelo padrão de procedimentos para viagens educacionais. Quanto aos valores da Agência 3, a seriedade, a profissionalização e a sustentabilidade, são os alicerces da empresa.

Ao ser questionado sobre a responsabilidade social, o entrevistado, respondeu: “ser uma empresa devidamente legalizada, com atendimento responsável ao cliente, envolvendo todo o meio em que a empresa está inserida”. Observa-se aqui, uma visão breve e superficial do conceito de responsabilidade social. Quanto aos investimentos em responsabilidade social o outro sócio reforça não possuir nenhum programa nesta área e que é preciso primeiramente a empresa

estar muito bem estabilizada. Dentro do alcance da empresa, os entrevistados já realizaram algumas atividades junto a entidades carentes, na qual não foram cobrados os serviços prestados.

Referente ao entendimento da Agência 3, sobre desenvolvimento sustentável, a resposta do entrevistado esteve relacionada “a manter a capacidade de carga no meio ambiente, a profissionalização, desenvolver os seus produtos de acordo com a sociedade, e não interferir no meio ambiente de uma forma muito pesada”. Observa-se que há uma visão simplificada e pouco clara, a respeito do conceito de desenvolvimento sustentável, para a Agência 3. Isto tende a comprometer a sustentabilidade dos programas ecoturísticos elaborados pela organização.

Para a Agência 3, ecoturismo é um conjunto de atividades que envolvem a natureza ou esportes radicais. O entrevistado apontou a região de Bonito, no Mato Grosso do Sul, como um exemplo de ecoturismo no país e no mundo e afirmou que o ecoturismo pode ser sustentável. Referente às dimensões da sustentabilidade, segundo o entrevistado, “todas estão envolvidas na modalidade ecoturística. As dimensões são variáveis de acordo com as pessoas que estão administrando o ecoturismo em determinada região”.

Segundo o sócio-proprietário, “o potencial ecoturístico da região Norte de Santa Catarina é muito grande, tendo uma área de Mata Atlântica, cachoeiras como as do Piraí, do Quiriri, mangues, entre outras, e como limitações aponta-se a pouca ajuda e cooperação do poder público, principalmente em relação aos parques municipais, sem um sistema de atendimento às visitas e o despreparo e falta de profissionalismo dos ofertantes de ecoturismo na região. As próprias faculdades de Joinville estão deixando muito a desejar na questão de planejamento e organização, estamos pensando muito e agindo pouco”, afirmou o entrevistado.

Os princípios da empresa para o ecoturismo estão baseados no modelo de Bonito no Estado do Mato Grosso do Sul, e no aperfeiçoamento através de cursos, além da experiência obtida pelo escotismo. Quanto ao perfil do ecoturista, o entrevistado destacou que “são poucos os verdadeiros ecoturistas, os aficionados e a grande maioria não se pode chamar de ecoturista, mas que têm interesse, conhece, pratica. Referente a um perfil claramente definido, o entrevistado acredita que a cidade não o tenha, devido sua característica industrial, o ecoturismo para as pessoas acaba sendo apenas um lazer. Para o proprietário, “Joinville não tem divulgação do ecoturismo fora do município”. No que se refere às principais variáveis

motivacionais do ecoturismo para o município, a Agência 3 destaca: primeiro, ócio, recreação e férias; em segundo lugar, conhecer novos lugares e em terceiro a qualidade de vida.

Sobre a Agenda 21 do Município de Joinville, o entrevistado salientou ter conhecimento de seu conteúdo, mas sem o aprofundamento devido deste plano de ação municipal. Com isso, o planejamento sustentável das atividades tende a conflitar com o que estabelece a Agenda 21 municipal, afetando negativamente a oferta deste segmento turístico desde que não sigam ao menos, alguns princípios básicos da sustentabilidade. O ecoturismo no Município de Joinville é oferecido pela Agência 3, da seguinte forma, conforme o entrevistado: “a empresa possui as propostas de ecoturismo para o turismo emissivo, apresentado dentro do material de divulgação que é encaminhado às escolas. No receptivo, a empresa já possui a proposta formatada e quando os colégios de outras regiões vêm a Joinville, a empresa acaba apresentando ao cliente o material promocional para que eles possam estar fazendo a atividade”. A empresa prepara suas atividades conforme o número de pessoas, o que exige a flexibilização do planejamento e das programações ecoturísticas.

Referente aos pontos fortes percebidos na atividade ecoturística, “quando o ecoturismo tem o apoio do poder público ele é possível, porque ele é um grande facilitador do desenvolvimento sustentável, como exemplos, temos, o Parque Nacional de Foz do Iguaçu / PR, com uma nova política de administração alcançando um alto padrão das atividades, temos a Região de Bonitos no Mato Grosso do Sul, que oferece o ecoturismo em bases sustentáveis, com a preocupação da capacidade de carga, com limite aceitável de câmbio das trilhas, tudo isto está bem desenvolvido. Como ponto fraco do ecoturismo, seria a má exploração da modalidade, por exemplo, pelo uso excessivo do local, sem a preocupação com a capacidade de carga, com o limite aceitável de câmbio dos locais, que acaba gerando uma degradação no meio ambiente. Se não tivermos uma visão clara de nosso trabalho e o apoio do poder público do município, com toda a estrutura necessária, acabamos interferindo demais no meio ambiente, perdendo o contexto do ecoturismo”.

Em relação ao planejamento do ecoturismo, a percepção do entrevistado, é a seguinte: “o ofertante deve ter uma visão formada sobre o que estará trabalhando especificamente, como por exemplo, o bóia-cross; dentro desta atividade você já

deve saber quantas pessoas irão, quais os materiais de segurança, qual a via a ser utilizada, toda a preocupação com o rio, enfim toda atividade deve ter um planejamento, uma análise antecipada do produto ecoturístico, e esta análise deve estar elaborada antes de ser comercializada".

Aqui, observa-se o conhecimento da empresa, a respeito do planejamento e dos programas a serem elaborados antes da oferta da atividade junto ao ambiente natural, o que confirma os valores dados pela empresa ao profissionalismo quanto a exploração do ecoturismo. Segundo o entrevistado da Agência 3, "a empresa tem a preocupação com o desenvolvimento sustentável, principalmente em relação a população dos locais onde a empresa desenvolve suas atividades. A empresa está sempre conversando com os moradores, explicando o motivo da sua presença no local".

Dimensão Econômica da Agência 3

As contribuições econômicas da organização para o desenvolvimento econômico da região, conforme o entrevistado, estariam diretamente relacionadas, apenas a arrecadação dos impostos sobre serviços. Indiretamente, "o transporte utilizado também acaba contribuindo economicamente, assim como o local de recepção onde são oferecidos os produtos, refeições, entre outros serviços". Mas, na visão do entrevistado, especificamente quanto ao ecoturismo, "Joinville ainda não possui um planejamento mais integrado" necessário para que o ecoturismo contribua ainda mais com desenvolvimento econômico da região.

A Agência 3, não possui funcionários, mas trabalha com freelancer, que fazem as atividades juntamente com os dois sócios da empresa. Os freelancers são pessoas muito conhecidas dos proprietários da Agência 3, onde, segundo o entrevistado, "foram escolhidos os melhores e trazidos para trabalhar junto a empresa". A Agência 3, também procura trabalhar com os estagiários de duas instituições de ensino superior do município de Joinville, possibilitando os primeiros contatos com a atividade ecoturística.

Com isso, a relação do ecoturismo e a geração de empregos, "é a mesma de qualquer outro tipo de atividade. Na região de Joinville, o ecoturismo está começando a gerar empregos e a se desenvolver, através de profissionais mais conscientes, além de hotéis fazenda que oferecem o ecoturismo, surgindo como

mais uma vertente da atividade. O que não adianta é a localidade toda trabalhar com o ecoturismo, que não terá mercado para todos. A atividade ecoturística contribui para a geração de emprego, como qualquer outra atividade, mas especificamente o trabalho somente com ecoturismo não pode ser colocado como solução para o desemprego" reforça o entrevistado.

A interação da empresa com outros setores da economia através do ecoturismo, "ocorre a partir do momento em que toda a estrutura de uma viagem normal, com seguro viagem, guias, transporte, alimentação, movimenta a economia do município". Quanto as dimensões da sustentabilidade de maior importância, a Agência 3 destaca: "a profissional, a econômica e a sustentabilidade". Diante desta colocação, mesmo tendo apresentado ao entrevistado as oito dimensões da sustentabilidade definidas por Ignacy Sachs, que referência desta pesquisa, a resposta não se baseou nas mesmas.

Assim, pode-se concluir que o entrevistado não possui uma visão mais ampla da sustentabilidade, mostrando até o desconhecimento das dimensões mais conhecidas e presentes na oferta ecoturística. Isto pode ser confirmado, ao ser destacada pelo entrevistado como dimensão, a sustentabilidade, quando na verdade, procura-se identificar quais as dimensões fazem parte da visão de sustentabilidade da empresa, ou seja, a sustentabilidade é composta por várias dimensões e não se refere apenas a uma dimensão.

Quanto aos investimentos em marketing para o ecoturismo na região, a Agência 3, enfatiza que seu marketing está relacionado aos *folders* e materiais enviados às escolas. Além dos *folders*, o entrevistado, salienta que já possuem uma campanha de marketing planejada, projeto feito, quando o proprietário estava na faculdade, que englobaria todo o município. Referente a atitude da organização frente ao mercado, ela costuma ser mais proativa, pois, "a empresa acaba inserindo muitas vezes o ecoturismo dentro de outras atividades" nos termos do entrevistado.

Dimensão Ambiental da Agência 3

Quanto aos princípios ambientais atendidos pela organização, nos programas ecoturísticos, são apontados basicamente, "a capacidade de carga, que é a definição da quantidade de pessoas que estarão sendo levadas para determinado local, o limite aceitável de câmbio, que seria a divisão destas pessoas em grupos

nos locais (trilhas) para a adequada oferta da atividade e a preocupação com a população local, onde a empresa oferece atividades em três ou quatro locais para que a localidade possa estar se desenvolvendo". Portanto, a preocupação da Agência 3, quanto ao fluxo de ecoturistas em determinada localidade é a sua prioridade, segundo o entrevistado.

No que se refere a orientação do ecoturista para a prática de atividades em ambientes naturais, "a Agência 3, a utiliza como um diferencial, onde são feitas explicações e orientações, como por exemplo explicações sobre o que são as áreas de preservação ambiental, informações culturais a respeito da comunidade, porque sem isso, a empresa de ecoturismo não sobrevive" afirma o entrevistado. Desta forma, percebe-se que a Agência 3, tem consciência de sua responsabilidade quanto a educação ambiental, pois, através da oferta de suas atividades o cliente recebe um conjunto de informações que tendem a contribuir para a conscientização dos ecoturistas. Além disso, referente a educação ambiental, o entrevistado, afirma que a Agência 3, não trabalha especificamente com isso, pois, para ele, "a educação ambiental já está inserida em tudo. Ela tem que ser trabalhada em todos os locais, como nas escolas, nas casas, nas próprias viagens".

O entrevistado destaca que "a empresa possui projetos específicos relacionados com tratamento de esgoto município, um roteiro específico sobre o Rio Cachoeira, (Rio este, que corta a cidade, recebendo o esgoto de toda região central, mas que vem tendo uma atenção especial do município com a instalação e funcionamento de uma estação de tratamento denominada de Flot Flux), o roteiro dos bairros (programa executado para uma escola técnica do município), onde são apresentados aos clientes os vários bairros do município de Joinville, suas principais diferenças, suas culturas, abordando a questão da sustentabilidade". Desta forma, a empresa participa da educação ambiental da população local através destes roteiros específicos oferecidos por ela.

Para o entrevistado (principal) da Agência 3, "a responsabilidade pela educação ambiental e pela formação ética quanto às atividades em ambientes naturais no município deve ser geral, isto é, de todas as empresas que trabalham neste ambiente e do poder público". O outro sócio da empresa, também argumenta que "para dar certo, o poder público é o maior responsável. Aqui em Joinville, os parques estão criados, mas não possui uma organização. Então, não adianta você fazer isto, se não há condições para quem trabalha com isso, chegar no local e

executar o trabalho, porque não há estrutura. De repente você vai até um parque não possui lixeiras; como é que nós vamos trabalhar com a educação ambiental se não há no local nenhuma “lixeirinha”, para se indicar , “o lixo se joga aqui”. Se o poder público organiza, as coisas acontecem. É uma seqüência de ações. Com isso, vem o empresário que deverá estar trabalhando com a legislação municipal, para que seu produto se desenvolva. Se ele tiver que criar uma estrutura, cada empresário terá uma estrutura diferente abrindo margem para divergências”.

Quanto aos principais recursos ambientais potenciais para o ecoturismo no município de Joinville, são apontados os seguintes pela Agência 3: Castelo dos Bugres, Monte Crista, Jurapê, Morro da Tromba, que possibilitam o montanhismo, o turismo de aventura e os atrativos naturais como cachoeiras e rios. Segundo o entrevistado, “a Agência 3 procura conservar as regiões apontadas acima, reduzindo seus impactos no meio ambiente, através da definição da capacidade de carga, do número de pessoas que serão levadas a estes locais”, não confirmando seu envolvimento em grupos de trabalho, programas ou debates mais amplos, sobre o futuro do ecoturismo na região de Joinville. Referente as atividades ecoturísticas mais praticadas na região de Joinville, o empresário aponta em primeiro lugar, a esportiva e turismo de aventura, em segundo atividades educativas e interpretativas e em terceiro, recreativas e lúdicas.

Dimensão Social da Agência 3

O papel da comunidade local no ecoturismo oferecido pela Agência 3, é de cunho receptivo, não havendo envolvimento direto com as atividades ecoturísticas da empresa, mas, existem algumas localidades que servem de base de apoio. No que se refere a avaliação da empresa, sobre os reflexos do ecoturismo no bem estar da sociedade, o empresário destaca que, por ser Joinville um município com características industriais e operárias, “a avaliação é positiva, porque a busca pelo lazer serve como uma fuga para o meio ambiente, que vem a ser importante para as pessoas que estão acostumadas a trabalhar com máquinas e outras atividades industriais”.

O parâmetro utilizado pela organização, para terceirizar os serviços de ecoturismo, está diretamente ligado “à questão profissional e legal devidamente em dia. Não trabalhamos com amadorismo, porque são nossos clientes que estarão

recebendo tais serviços. Um segundo parâmetro é o enfoque que o prestador de serviços ecoturísticos contratado pela Agência 3, dá à questão da sustentabilidade". Os prestadores de serviços, geralmente, são contratados quando a empresa leva seus clientes para fora da região de Joinville (emissivo). No contexto receptivo, ao receber clientes, geralmente os próprios sócios planejam e executam as atividades.

A Agência 3, "costuma orientar a população local quanto aos procedimentos e cuidados com o meio ambiente, destacando as informações referente a importância da mata ciliar, onde os órgãos públicos do município estão realizando um bom trabalho, orienta sobre com está a retirada de saibros dos rios, feita por empresas britadeiras". Ainda, segundo o entrevistado, "não existe um padrão de como devem ser realizados tais orientações e procedimentos necessários para a preservação do ambiente local".

Dimensão Cultural da Agência 3

No contexto da interação da Agência 3, com a comunidade local e sua cultura, o entrevistado salienta que "dentro de Joinville, a questão cultural da área rural, já está bastante influenciada pela área urbana. Não se tem mais uma diferenciação, mesmo porque muitas pessoas que moram na área rural, estão trabalhando na área urbana. Então, a característica de área rural já se perdeu bastante. A empresa tenta não influenciar a comunidade, mas mostrar aos clientes um pouco da cultura, as construções, alimentos caseiros, métodos de trabalho, o sotaque alemão".

Para o entrevistado, "em Joinville não existem locais próprios para os habitantes locais oferecerem seus produtos para os ecoturistas. Na Estrada Bonita, existem hoje, somente três propriedades abertas para visitação nesta localidade, cujo enfoque é o turismo rural, mas que podem servir de base de apoio para as atividades ecoturísticas". Quanto as observações junto à comunidade local para identificar impactos e reflexos positivos e/ou negativos sobre a sua cultura, o entrevistado, argumenta não fazer tais observações, "tendo em vista a cultura da região já ter sido impactada pelas necessidades sócio-econômicas que levaram os moradores a trabalhar na área urbana". Frente as necessidade de conservação ambiental, a Agência 3, através de seu sócio, destaca que "os ecoturistas têm se

comportado de forma bem consciente, havendo o comportamento ético dos praticantes".

Para a empresa "é muito complexo definir de quem é a obrigação de valorizar a comunidade local. Cada um tem uma parcela de responsabilidade nisso. Por exemplo, o asfaltamento da Estrada Bonita; muitos profissionais e professores da cidade, reclamaram que esta obra influenciaria negativamente a comunidade local, de que iria descaracterizá-la, só que 99% da população da Estrada Bonita queria o asfalto. Porém, é importante que eles tenham asfalto, é importante que eles tenham água encanada, que eles tenham esgoto tratado. O impacto, com o local asfaltado, é muito menor do que o impacto ambiental com a estrada de chão. Já haviam sido detectadas doenças em crianças provenientes da poeira, os moradores não podiam abrir uma janela de casa, pois, a poeira invadia tudo. Então, esta questão deve ser trabalhada num contexto geral, através da população local, das empresas que exploram as atividades e do poder público. Não é porque é ecoturismo, que o esgoto não pode ser tratado, que o acesso não deve ser bom. Esta influência acaba sendo muito mais positiva do que negativa".

Dimensão Territorial da Agência 3

Conforme o entrevistado, os três destinos mais usados para o ecoturismo na região de Joinville são, em ordem de importância: o Quiriri, Baia da Babitonga e o Monte Crista, apesar de que, para o entrevistado, "quem freqüenta o Monte Crista, em sua grande maioria, não pratica o ecoturismo e sim um vandalismo. São pessoas muitas vezes descomprometidas com a questão da sustentabilidade". A área mais adequada para o ecoturismo é a região do Quiriri, segundo o entrevistado.

Dimensão Política Interna (ou política municipal) da Agência 3

Na opinião do entrevistado, "os principais problemas de infra-estrutura do Município de Joinville, que impedem o desenvolvimento do ecoturismo, referem-se aos problemas de não aplicação da legislação existente e a falta de apoio do poder público". Sobre as influências (positivas ou negativas) do poder público (municipal, estadual e federal) no desenvolvimento ecoturístico do município, o entrevistado salienta, "como influências positivas, o município possui uma grande quantidade de

parques e áreas de preservação que podem ser exploradas, e como influências negativas é que estas áreas não estão estruturadas ainda como deveriam para estar atendendo os turistas".

O entrevistado, destaca que a Agência 3 não faz parte de qualquer associação (ou conselhos) que discute, auxilia, define normas e fiscaliza as atividades ecoturísticas. Exemplifica que, "Bonito no Mato Grosso do Sul, tem um sistema: não são as agências que disponibilizam suas vagas. É o município que disponibiliza as vagas, isto é, o poder público que coordena a capacidade de carga dos passeios. Cada agência tem um limite de vagas por dia para determinada localidade e atividade. Quando há a necessidade de mais vagas, por uma determinada agência, ela poderá utilizar as vagas de outra agência que não estaria utilizando totalmente as suas, pois, futuramente a outra agência poderá estar precisando de mais vagas, utilizando então, as vagas disponibilizadas por outras agências. No sistema de arrecadação de impostos não há sonegação, pois o poder público controla as agências, através de documentos emitidos em cinco vias onde cada envolvido com o ecoturismo, recebe uma das vias que mais tarde volta para os órgãos de controle municipal". O quadro resumo, a seguir traz as variáveis qualitativas analisadas na pesquisa e as respostas obtidas junto à Agência 3.

Questão Nº	VARIÁVEIS QUALITATIVAS	RESPOSTAS AGÊNCIA 3	ATENDIMENTO AGÊNCIA 3
	DIMENSÃO ECONÔMICA		**SATISFATÓRIO**
13	Contribuições da empresa para o desenvolvimento econômico através do ecoturismo	**As contribuições da empresa com o ecoturismo estão direcionadas a geração de impostos e aquecimento da economia local**	**SATISFATÓRIO**
14	geração de empregos e renda	**Gera emprego, principalmente indiretos e renda à comunidade receptora, além de possibilitar o primeiro contato dos estagiários com o segmento na região**	**SATISFATÓRIO**
15	Interação da empresa com outros setores da economia	**A interação ocorre com o envolvimento de seguradoras, empresas de transporte, alimentação, guias, entre outras.**	**SATISFATÓRIO**
16	ênfase dada pela empresa à dimensão econômica	**A empresa destaca as dimensões: econômica, profissional e sustentabilidade. Demonstra desconhecimento das dimensões da sustentabilidade. Obs. Tais dimensões foram apresentadas ao entrevistado, que manteve sua argumentação**	**INSATISFATÓRIO**
17	Investimento em marketing	**Folders, materiais enviados às escolas. A empresa também já possui uma campanha de marketing já planejada**	**SATISFATÓRIO**
18	atitude (proativa ou reativa) da empresa frente ao mercado	**A empresa costuma ser mais proativa do que reativa**	**SATISFATÓRIO**
	DIMENSÃO AMBIENTAL		**SATISFATÓRIO**
19	determinação de princípios ambientais básicos	Utiliza procedimentos conforme sua própria experiência, porém não estão claramente definidos	**SATISFATÓRIO**
20	fluxo de ecoturistas (capacidade de carga)	**A empresa respeita a capacidade de carga, o limite aceitável de câmbio e a preocupação com a população local. Obs: visão distorcida e**	**SATISFATÓRIO**

Questão Nº	VARIÁVEIS QUALITATIVAS	RESPOSTAS AGÊNCIA 3	ATENDIMENTO AGÊNCIA 3
		limitada do conceito de limite aceitável de câmbio	
21	orientação ambiental fornecida pela empresa ao ecoturista	**A empresa orienta e fornece explicações a seus clientes. Preocupação com as áreas naturais da região**	**SATISFATÓRIO**
22	envolvimento da empresa com a educação ambiental no município	**A responsabilidade pela educação ambiental no município é de todas as empresas que trabalham com o ecoturismo na região e do poder público**	**SATISFATÓRIO**
23	Indicação de potenciais para o ecoturismo na região	**Potenciais indicados: Castelo dos Bugres, Monte Crista, Jurapê e Morro da Tromba**	**SATISFATÓRIO**
24	envolvimento da empresa com programas de conservação ou proteção ambiental	**Nenhum programa de preservação e conservação de áreas naturais no município**	**INSATISFATÓRIO**
25	verificação das atividades com características específicas do ecoturismo, mais praticadas no município	O esportivo e de aventura, esportivo e de aventura, educativo e interpretativo, além de enfoques recreativos e lúdicos	**SATISFATÓRIO**
	DIMENSÃO SOCIAL		**SATISFATÓRIO**
26	envolvimento da comunidade na oferta ecoturística	**Não há o envolvimento da comunidade local com o ecoturismo oferecido pela agência**	**INSATISFATÓRIO**
27	reflexos (positivos / negativos) do ecoturismo sobre a sociedade	**Reflexos positivos indicados pela empresa: lazer e bem estar do cliente Reflexos negativos: capacidade de carga acima do limite, impactos na cultura local**	**SATISFATÓRIO**
28	procedimentos adotados pela empresa para a terceirização de serviços voltados ao ecoturismo	**Análise do profissionalismo e de quesitos legais dos operadores contratados. Geralmente contratados quando os clientes são levados para fora da região de Joinville**	**SATISFATÓRIO**
29	os procedimentos da empresa quanto a orientação da comunidade local (receptora)	**Orientação da comunidade local sobre os procedimentos da empresa na região**	**SATISFATÓRIO**
29	existência de um padrão de orientação da comunidade criado entre as empresa que exploram o ecoturismo	**Não há um procedimento padrão de orientação da comunidade local, entre as empresas que exploram o ecoturismo na região**	**INSATISFATÓRIO**
	DIMENSÃO CULTURAL		**INSATISFATÓRIO**
30	interação da empresa com a cultura local	**As características culturais já se perderam no município. Pouca interação da empresa com a cultura local**	**INSATISFATÓRIO**
31	existência de lugares adequados para a oferta de produtos artesanais que valorizem a cultura local	**Não há locais e feiras para a oferta dos produtos. Na Estrada Bonita poucas propriedades estão abertas a visitação**	**INSATISFATÓRIO**
32	identificação e a apresentação dos impactos percebidos sobre a cultura local pela empresa	**A empresa não tem feito nenhum estudo sobre os impactos sofridos pela comunidade local**	**INSATISFATÓRIO**
33	acompanhamento do comportamento do ecoturista frente aos ambientes naturais e culturais	**A empresa acompanha o comportamento dos ecoturistas que têm se comportado de forma consciente e ética**	**SATISFATÓRIO**
34	posição da empresa quanto aos principais responsáveis na valorização da cultura local	**Obrigação de valorização da cultura local é de todos os envolvidos**	**SATISFATÓRIO**
	DIMENSÃO TERRITORIAL		**SATISFATÓRIO**
35	principais destinos (locais) usados para o ecoturismo no município	**Destinos mais usados: Quiriri, Baia da Babitonga e Monte Crista. OBS. Para o Monte Crista o que lá se pratica não é o ecoturismo e sim um vandalismo**	**SATISFATÓRIO**
36	indicação de áreas adequadas às práticas do ecoturismo na região estudada	**Locais mais propícios para o ecoturismo: Região do Quiriri**	**SATISFATÓRIO**
	DIMENSÃO POLÍTICA MUNICIPAL (INTERNA)		**INSATISFATÓRIO**
37	principais problemas de infra-estrutura que impedem o desenvolvimento do ecoturismo na região	**Principais problemas: não aplicação da legislação existente e falta de apoio do poder público**	**INSATISFATÓRIO**
38	principais influências (positivas / negativas) das ações do poder público sobre o desenvolvimento do ecoturismo	**Influências positivas do poder público para o ecoturismo: grandes quantidades de parques e áreas de preservação que podem ser exploradas Negativas: falta de estrutura nos parques e áreas de preservação para a recepção de turistas**	**SATISFATÓRIO**
39	envolvimento da empresa em associações, debates e eventos direcionados ao desenvolvimento do ecoturismo no município	**Não há envolvimento da empresa em associações e debates sobre o ecoturismo no município**	**INSATISFATÓRIO**

QUADRO 7 – Resumo das variáveis qualitativas e das respostas obtidas na entrevista à Agência 3.

Fonte: entrevista realizada (2005).

4.2.3.1 Conclusões do estudo de caso da Agência 3

Diante do estudo das dimensões da sustentabilidade do ecoturismo oferecido pela Agência 3, no município de Joinville, identificou-se o seguinte: na dimensão econômica a Agência 3, destaca que, apesar de Joinville não ter um planejamento mais integrado, há uma interação do ecoturismo com os demais setores da economia, contribuindo para o desenvolvimento econômico do município. Segundo o entrevistado, a atividade ecoturística contribui para a geração de empregos como qualquer outra atividade. Esta visão, confirma que o ecoturismo gera empregos e que deve ser visto como uma atividade econômica que movimenta a economia local.

A Agência 3 destaca como dimensão mais importante a profissional, que não faz parte das dimensões apresentadas por Ignacy Sachs, a econômica e a sustentabilidade. Além de uma visão equivocada do entrevistado, quanto a sustentabilidade, considerando-a como somente uma dimensão, o entrevistado destacou a dimensão profissional como um componente envolvido com o ecoturismo. Contudo, não é possível considerar a sustentabilidade do ecoturismo sem profissionais altamente qualificados e especializados. Por outro lado, o profissional excessivamente especializado, tende a uma visão simplista, fragmentada e restrita do funcionamento do todo, deixando de considerar as inter-relações entre as partes. Portanto, a visão especializada e a generalizada deste todo complexo é muito importante, se devidamente aplicada nos programas ecoturísticos. Observa-se então, que não há um profundo conhecimento da empresa a respeito da sustentabilidade, e sim uma visão superficial e equivocada que pode gerar problemas e desvios na programação de atividades junto ao meio ambiente, pois, a sustentabilidade, segundo Ignacy Sachs é composta por oito dimensões que nortearam esta pesquisa ou ainda, como na maioria dos conceitos de desenvolvimento sustentável, identifica-se três dimensões básicas; a econômica, a social e a ambiental. Para a Agência 3, dimensão econômica é a segunda mais importante.

Referente às mudanças do mercado, a empresa declara ser mais proativa, por inserir dentro de outras atividades o ecoturismo, buscando com isso, sempre inovar. Diante do exposto pela Agência 3, somente na variável qualitativa que trata da ênfase dada pela empresa à dimensão econômica vem sendo atendida

insatisfatoriamente, mas de forma geral, a dimensão econômica presente no ecoturismo, possui um grau de atendimento considerado satisfatório para a sustentabilidade, com potencial para melhorias.

Para dimensão ambiental, a Agência 3 está consciente da necessidade de controle da capacidade de carga, que segundo Ruschmann (1999, p. 83) “representa o nível máximo de visitantes e de equipamentos correlatos que uma área pode suportar”, além de promover o rodízio das atividades em locais diferentes, possibilitando a recomposição do local visitado. Quanto ao limite aceitável de câmbio nos ambientes naturais a empresa apresenta uma visão limitada, pois, se trata de algo complexo para ser incorporada por apenas uma agência ou operadora. A Implementação do limite aceitável de câmbio exige a participação de vários atores envolvidos com a visitação em áreas naturais. A empresa destaca orientar seus clientes nas áreas visitadas mostrando o porquê e como preservar o meio ambiente para que as futuras gerações também conheçam e possam ter o contato com a natureza.

Observa-se também, que há uma participação efetiva da Agência 3 na educação ambiental através de alguns de seus programas. Além disso, assim como ressaltaram as Agências 1 e 2, a Agência 3 destaca que o maior responsável pela educação ambiental e a formação ética no município é o poder público, mas que todos devem estar envolvidos neste processo.

Quanto aos locais para as atividades ecoturísticas, a Agência 3, confirma a existência de regiões propícias para práticas de lazer, aventura e educação no município de Joinville. Apenas a variável qualitativa e destaca envolvimento da empresa com programas de conservação ou proteção ambiental é atendida de forma insatisfatória; as demais variáveis que compõem a dimensão ambiental vêm sendo atendidas de forma satisfatória. Assim, é satisfatório o atendimento da dimensão ambiental, onde os programas e procedimentos ecoturísticos da Agência 3 são direcionados pela visão, missão e valores respeitando esta dimensão.

Referente a dimensão social, apesar de existir a interação da Agência 3 com a sociedade, em específico a comunidade local, ela ocorre com pouca freqüência através do ecoturismo por ela oferecido. Quanto aos reflexos do ecoturismo na sociedade, para a Agência 3 eles têm sido positivos num município com características industriais, ou seja, atende satisfatoriamente a esta variável da dimensão social. São também satisfatórios os procedimentos da empresa quanto a

terceirização dos serviços, buscando maior qualificação profissional e quanto aos procedimentos da empresa para a orientação da comunidade receptora, falhando na variável qualitativa relacionada ao envolvimento da empresa em grupos organizados que buscam o desenvolvimento do ecoturismo. É importante salientar que a pouca freqüência na interação desta empresa com a sociedade ao oferecer o ecoturismo, fragiliza o atendimento desta dimensão. Contudo, a dimensão social vem sendo atendida de forma satisfatória para o desenvolvimento do ecoturismo na região, mas com grande tendência a se tornar insatisfatória em pouco tempo, devido aos seus procedimentos isolados e pouco expressivo frente a sociedade.

Na dimensão cultural, a Agência 3 interage com a comunidade local porque ainda assim, há uma relação de dependência entre empresa e comunidade. É importante frisar que o ecoturismo não se baseia somente em atividades junto ao meio ambiente, mas também, está presente na apreciação de culturas locais, de suas crenças e tradições. Porém, a Agência 3 não faz observações junto a comunidade local para identificar impactos positivos ou negativos sobre sua cultura, por considerá-la já impactada pelas necessidades sócio-econômicas. Segundo o entrevistado, em Joinville inexistem locais próprios para a oferta dos produtos provenientes da cultura local. A Estrada Bonita, a única referência no contexto de turismo rural; é o mais próximo de um padrão planejado e organizado que se pôde observar dentro do município, e que mesmo assim, segundo o entrevistado, resiste com poucas propriedades envolvidas neste programa. Aqui também se observa que a intenção da empresa, em colaborar com a comunidade local, parte de um princípio individual e fragmentado onde é definido pela própria Agência 3 o que é viável ou não para os moradores e sua cultura. O próprio entrevistado destaca que “a questão cultural da área rural já está bastante influenciada pela área urbana do município”. Ao considerar a perda da identidade cultural e a falta de locais propícios à oferta de produtos culturais e artesanais, a empresa apresenta um posicionamento evasivo, buscando não se envolver com problema por ela detectado, o que leva a um atendimento insatisfatório de três das cinco variáveis qualitativas da dimensão cultural.

Sobre o comportamento dos ecoturistas a empresa confirma ter acompanhado suas ações e práticas, além disso, reconhece sua responsabilidade (parcial) na valorização da cultura local, o que atende as duas variáveis da dimensão cultural satisfatoriamente. Como resultado do atendimento insatisfatório de três, das

cinco variáveis da dimensão cultural, considera-se insatisfatório o atendimento da dimensão cultural na oferta ecoturística, devendo a empresa buscar corrigir ou atender rapidamente as variáveis consideradas insatisfatórias e assim, tornar toda a dimensão cultural satisfatória.

Referente a dimensão territorial, a Agência 3, reconhece o potencial para o ecoturismo no município e suas opções para atividades variadas. Assim, a Mata Atlântica que contorna o Município de Joinville, em seu alto nível de preservação pode ser considerada altamente satisfatória para a qualidade de vida dos seres vivos que dependem destas áreas naturais e para as empresas que exploram o ecoturismo na região.

Na dimensão política interna (municipal), a Agência 3, aponta as fragilidades do município quanto ao apoio e estruturas adequadas para o ecoturismo, sendo o poder público mais uma vez mencionado pelo seu desinteresse e abandono no suporte às empresas deste ramo de atividade. Estes problemas aliados ao desconhecimento pela Agência 3, da Agenda 21 do município, contribuem para definir a dimensão política interna (municipal) como insatisfatoriamente atendida e que tende a provocar desarmonia ou desequilíbrio entre as demais dimensões envolvidas com o ecoturismo.

Enfim, o ecoturismo oferecido pela Agência 3 é insustentável, devido ao atendimento insatisfatório das dimensões cultural e política interna (municipal). Apesar de considerada satisfatória em seu atendimento, a dimensão social tende a ter seu atendimento considerado insatisfatório, e para evitar isso, é imprescindível a maior interação da empresa com os demais envolvidos, na busca da sustentabilidade. Quanto a dimensão cultural, caso se confirme o ponto do vista do entrevistado, sobre a perda de identidade cultural das comunidades da região, deve-se desenvolver programas que evitem as perdas do que ainda existe no contexto cultural da região. Para a dimensão política interna (municipal), o maior envolvimento da agência com outras envolvidas do segmento ecoturístico, proporcionará maior representatividade junto ao poder público do município, além de contribuir no atendimento de uma das premissas básicas do planejamento para o desenvolvimento sustentável: a participação da sociedade.

4.3 Considerações gerais do estudo

As considerações a seguir, foram obtidas pelo cruzamento das informações entre as três agências ecoturísticas pesquisadas. A análise da sustentabilidade do ecoturismo oferecido em cada uma das empresas participantes, baseou-se em seis dimensões básicas, a econômica, a social, a ambiental, a cultural e a territorial, previamente identificadas nos diversos conceitos de ecoturismo apresentados na fundamentação teórica deste trabalho, e a dimensão política interna (ou política municipal), identificada no pré-teste da entrevista. Como o ecoturismo também se trata de um acordo político, principalmente entre os atores diretamente envolvidos (empresas, comunidade e órgãos públicos), a inclusão da dimensão política interna (ou política municipal) fez-se necessária.

A cada uma das dimensões da sustentabilidade foram elaboradas questões baseadas em variáveis qualitativas (apresentadas na metodologia). Considerou-se satisfatório, o atendimento da dimensão, quando a maior parte das variáveis qualitativas também fossem consideradas satisfatórias e dimensão com atendimento insatisfatório, quando a maior parte das variáveis qualitativas que compõem a dimensão fossem consideradas insatisfatórias. É importante reforçar que, conforme salienta Ignacy Sachs (1993) sobre a necessidade de atendimento das dimensões de sustentabilidade infere-se que para o desenvolvimento sustentável, qualquer uma das dimensões atendidas de forma insatisfatória ou não atendidas, resultaria na insustentabilidade do ecoturismo oferecido por determinada agência ecoturística.

Assim, fez-se a comparação dos resultados de cada um dos estudos de caso, onde se observou uma grande semelhança entre as dimensões da sustentabilidade, atendidas de forma satisfatória ou insatisfatoriamente pelas agências estudadas. Como em cada agência estudada, algumas das dimensões da sustentabilidade obtiveram o resultado insatisfatório (atendimento insuficiente), conclui-se que, de forma geral, o ecoturismo oferecido no município pelas agências ecoturísticas de Joinville, é insustentável, mas com grandes possibilidades de sustentabilidade com a adequada atenção às dimensões (ou suas variáveis qualitativas) com atendimento considerado insatisfatório.

Ao cruzar as informações, pôde-se identificar que todas as três empresas apresentam fragilidade nas mesmas dimensões, ou seja, dimensão cultural e a

política interna (municipal) necessitam de maior atenção por parte das empresas. Além disso, todas as três agências pesquisadas tendem ao atendimento insatisfatório da dimensão social, diante do atendimento insatisfatório de suas variáveis qualitativas de grande importância para o ecoturismo. Diante destes resultados, torna-se imprescindível que as empresas pesquisadas tomem as medidas necessárias para que as dimensões pouco atendidas elevem seu nível de atendimento a ponto de serem consideradas satisfatórias e, portanto, oferecerem uma atividade sustentável em sua plenitude.

Observa-se que o atual quadro de insustentabilidade do ecoturismo oferecido no município de Joinville pode ser revertido, desde que as empresas, os órgãos públicos e todos os demais envolvidos nesta atividade, estejam dispostos a alcançar a sustentabilidade da atividade, contribuindo para “desenvolver o ecoturismo”, no município, conforme ressalta a Agenda 21 do Município de Joinville (1998, p. 110). A seguir são apresentadas as considerações gerais de cada dimensão da sustentabilidade para o ecoturismo.

4.3.1 A Dimensão Econômica

Analisando os três estudos de caso do ponto de vista da dimensão econômica, relacionada com o ecoturismo explorado pelas agências turísticas do município de Joinville, pode-se observar que esta modalidade do turismo sustentável gera empregos, movimenta a economia local, gera renda para a comunidade que reside próxima às áreas naturais através da venda de seus produtos artesanais, apesar de ser uma atividade de prestação de serviços ainda num processo embrionário no município.

Os empregos gerados são em sua grande maioria indiretos, movimentando hotéis, restaurantes, empresas de transporte, guias, lojas de equipamentos esportivos, entre outros. Os impostos também são gerados pela prestação de serviços, como os Impostos Sobre Serviços (ISS) ou os Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) proveniente da venda de mercadorias pelas empresas envolvidas com esta atividade turística. Ressalta-se ainda, o pequeno número de empregos diretos gerados pelo ecoturismo na região.

Portanto, mesmo que pouco expressivo para o município, o ecoturismo contribui para a geração de emprego, renda, para o consumo, para a arrecadação de impostos e para o comércio do município, atendendo as principais variáveis diretamente envolvidas com a dimensão econômica dentro da atividade ecoturística, conforme ressalta a Agenda 21 do Município de Joinville.

4.3.2 A Dimensão Ambiental

Sobre a dimensão ambiental presente nos conceitos de ecoturismo, as três agências turísticas pesquisadas, demonstram ter consciência do que é necessário, e de como fazer para reduzir os impactos no ambiente natural. Há o planejamento e programação das atividades ecoturísticas onde um dos objetivos é reduzir sua interferência e os impactos negativos nos ambientes naturais. Ao buscarem “ampliar o acesso aos parques naturais e aos terrenos conservados em seu estado virgem, garantindo, contudo sua integridade” (AGENDA 21 MUNICIPAL, 1998, p. 55), as empresas atendem satisfatoriamente a este quesito da Agenda 21 joinvilense.

As três agências pesquisadas, buscam explorar de forma sustentável as áreas naturais protegidas do município, apesar de que em alguns casos, percebe-se um direcionamento maior dos programas para outras dimensões, ficando a dimensão ambiental em segundo plano.

4.3.3 A Dimensão Cultural

No contexto da dimensão cultural, as agências pesquisadas, apresentam pouca interação, apesar de que em certos programas a ênfase das atividades volta-se à cultura de determinada região, proporcionando assim a participação da comunidade local com a atividade oferecida pelas agências. Ainda assim, todas as três agências pesquisadas apresentaram condições insatisfatórias no atendimento desta dimensão.

De fato, pode-se concluir a perda da identidade cultural no município de Joinville, principalmente nas regiões onde é desenvolvido o turismo rural. Em muitas situações, não cabe às agências ecoturísticas pesquisadas a responsabilidade por tal problema identificado. A intenção da pesquisa foi concluir, através da visão da organização, sinais de insustentabilidade a respeito da dimensão em questão.

Tanto as empresas privadas como as instituições públicas e a comunidade devem buscar suporte na Agenda 21 municipal para tentar resolver os problemas detectados. As decisões futuras deverão ter o respaldo da Agenda 21, sempre em comum acordo entre as partes interessadas e envolvidas, pois a Agenda 21 do Município de Joinville, destaca no capítulo V (1998, p. 55) a necessidade de "estimular as atividades recreativas apropriadas às culturas locais, envolvendo recursos locais e de programas específicos".

4.3.4 A Dimensão Social

A dimensão social está envolvida no ecoturismo oferecido em Joinville, através de algumas programações realizadas junto a comunidade e às entidades beneficentes locais, onde são oferecidas palestras, atividades ecoturísticas gratuitas à crianças carentes em parceria com outras empresas como as de transporte. Porém, observa-se que há uma limitação e a ausência de tais programas ecoturísticos oferecidos como uma ação social, principalmente devido ao tamanho das empresas que atuam neste ramo de atividade, isto é, micro e pequenas empresas que não possuem suporte do poder público nas atividades voluntárias prestadas pelas agências.

O desinteresse da sociedade em praticar e acompanhar as atividades de lazer junto ao meio ambiente, mostra que é necessário um trabalho de educação ambiental mais intenso e participativo. As ações de educação ambiental são apontadas no capítulo XV da Agenda 21 Municipal de Joinville (1998, p. 127-130), onde se observa a ênfase no envolvimento das organizações e da sociedade de forma mais participativa.

4.3.5 A Dimensão Territorial

Na dimensão territorial, destaca-se a ampla possibilidade de exploração do ecoturismo no município de Joinville. O município conta com áreas naturais, propícias às atividades de lazer, rios com água potáveis, também adequados para o banho, uma variedade de animais característicos da Mata Atlântica, apesar de que parte das principais áreas da região está nas mãos de poucas empresas ou empresários do município. As três agências atendem o quesito da Agenda 21 Municipal de Joinville (1998, p. 110), que destaca a importância de "propiciar vigilância e uso adequados como forma de garantir a manutenção dos parques existentes: Morro do Finder, Zoobotânico, Bracinho e Tromba", entre outras áreas.

Quanto as áreas de preservação ambiental (APAs), o município em alguns locais, conta com estrutura para recepção de visitantes, porém em sua grande maioria não há qualquer estrutura de recepção ou controle das práticas junto ao ambiente natural. Mas, apesar de tais problemas, ainda considera-se satisfatória as condições ambientais do território (região) utilizado para o ecoturismo em Joinville.

4.3.6 A Dimensão Política Interna (ou política municipal)

Esta dimensão, apesar de não estar claramente destacada nos conceitos de ecoturismo, foi identificada nas entrevistas realizadas, além de trazer implícitos, os princípios e aspectos políticos ao tratar das boas práticas deste tipo de turismo em determinada região. Todas as três agências reforçam que, para que haja o desenvolvimento do ecoturismo no município de Joinville, é necessário o apoio e o envolvimento do poder público na organização e o direcionamento desta atividade em bases sustentáveis, o que se verifica não estar ocorrendo atualmente na região, segundo as agências pesquisadas.

Há indícios do desinteresse do poder público municipal, quanto ao apoio a este segmento turístico, apesar da Agenda 21 do Município de Joinville (1998) ressaltar a necessidade do desenvolvimento do ecoturismo no município. Somado a este problema, encontra-se a falta de iniciativa das empresas ofertantes do

ecoturismo em manter contato e buscar soluções junto aos órgãos públicos municipais, para desenvolver a atividade na região. Isto contraria outro quesito defendido pela Agenda 21 Municipal de Joinville (1998, p. 111), que é a importância do envolvimento de forma harmônica e sintonizada entre união, estado e município com o setor empresarial e a comunidade.

Abaixo segue, quadro resumo das condições de atendimento das dimensões da sustentabilidade do ecoturismo oferecido pelas três agências turísticas no município de Joinville.

Questão Nº	VARIÁVEIS QUALITATIVAS	ATENDIMENTO AGÊNCIA 1	ATENDIMENTO AGÊNCIA 2	ATENDIMENTO AGÊNCIA 3
	DIMENSÃO ECONÔMICA	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
13	Contribuições da empresa para o desenvolvimento econômico através do ecoturismo	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
14	geração de empregos e renda	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
15	Interação da empresa com outros setores da economia	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
16	ênfase dada pela empresa à dimensão econômica	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**
17	Investimento em marketing	**INSATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
18	atitude (proativa ou reativa) da empresa frente ao mercado	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
	DIMENSÃO AMBIENTAL	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
19	determinação de princípios ambientais básicos	INSATISFATÓRIO	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
20	fluxo de ecoturistas (capacidade de carga)	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
21	orientação ambiental fornecida pela empresa ao ecoturista	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
22	envolvimento da empresa com a educação ambiental no município	INSATISFATÓRIO	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
23	Indicação de potenciais para o ecoturismo na região	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
24	envolvimento da empresa com programas de conservação ou proteção ambiental	**INSATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**
25	verificação das atividades com características específicas do ecoturismo, mais praticadas no município	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
	DIMENSÃO SOCIAL	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
26	envolvimento da comunidade na oferta ecoturística	**INSATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**
27	reflexos (positivos / negativos) do ecoturismo sobre a sociedade	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
28	procedimentos adotados pela empresa para a terceirização de serviços voltados ao ecoturismo	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
29	os procedimentos da empresa quanto a orientação da comunidade local (receptora)	**SATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
29	existência de um padrão de orientação da comunidade criado entre as empresa que exploram o ecoturismo	**INSATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**
	DIMENSÃO CULTURAL	**INSATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**
30	interação da empresa com a cultura local	**SATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**
31	existência de lugares adequados para a oferta de produtos artesanais que valorizem a cultura local	**INSATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**
32	identificação e a apresentação dos impactos percebidos sobre a cultura local pela empresa	**INSATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**
33	acompanhamento do comportamento do ecoturista frente aos ambientes culturais e naturais	**INSATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
34	posição da empresa quanto aos principais responsáveis na valorização da cultura local	**SATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
	DIMENSÃO TERRITORIAL	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
35	principais destinos (locais) usados para o ecoturismo no município	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
36	indicação de áreas adequadas às práticas do ecoturismo na região estudada	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
	DIMENSÃO POLÍTICA MUNICIPAL	**INSATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**

Questão Nº	VARIÁVEIS QUALITATIVAS	ATENDIMENTO AGÊNCIA 1	ATENDIMENTO AGÊNCIA 2	ATENDIMENTO AGÊNCIA 3
	(INTERNA)			
37	principais problemas de infra-estrutura que impedem o desenvolvimento do ecoturismo na região	**INSATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**
38	principais influências (positivas / negativas) das ações do poder público sobre o desenvolvimento do ecoturismo	**INSATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**	**SATISFATÓRIO**
39	envolvimento da empresa em associações, debates e eventos direcionados ao desenvolvimento do ecoturismo no município	INSATISFATÓRIO	**SATISFATÓRIO**	**INSATISFATÓRIO**

QUADRO 8 - Condições de atendimento das dimensões da sustentabilidade.

Fonte: entrevista realizada (2005).

O quadro 8, é um resumo dos resultados obtidos na entrevista realizada em cada uma das três agências pesquisadas, conforme apresentado nos estudos de caso. A entrevista analisou o atendimento de cada uma das dimensões da sustentabilidade através de suas variáveis qualitativas. A dimensão considerada com atendimento satisfatório foi aquela, onde a maior parte das variáveis qualitativas são consideradas atendidas satisfatoriamente e dimensão com atendimento insatisfatório, aquela onde a maior parte de suas variáveis qualitativas foram consideradas com atendimento insatisfatório

Como a sustentabilidade busca o atendimento satisfatório em todas as dimensões, qualquer dimensão atendida insatisfatoriamente compromete a sustentabilidade da atividade como um todo. Os problemas gerados na dimensão considerada insatisfatória, tendem a afetar negativamente outras dimensões também as levando a condição de atendimento insatisfatório, mas, que não impede o planejamento e ações corretivas por parte das agências, para o alcance da sustentabilidade.

Para definir a classificação quanto ao atendimento das dimensões da sustentabilidade presentes no ecoturismo, foram analisadas as seguintes variáveis qualitativas: para a dimensão econômica as principais variáveis estudadas foram, a geração de empregos, interação com outros setores economia, investimentos, atitude da organização frente ao mercado. A dimensão ambiental foi analisada com base nas variáveis, princípios ambientais da empresa, capacidade de carga e câmbio, educação ambiental, recursos naturais potenciais do município, programa de proteção e conservação da empresa, atividades ecoturísticas mais praticadas. Na dimensão social observou-se, a interação da empresa com a comunidade local, reflexos do ecoturismo sobre o bem estar da sociedade, orientação da população

local, padrão entre as agências para ações junto a sociedade. A dimensão cultural foi analisada segundo as variáveis, valorização da cultura da comunidade local, locais específicos para a oferta de produtos artesanais e comidas típicas, interação da empresa com a comunidade local apontando os reflexos e impactos do turismo na cultura local, comportamento ético dos ecoturistas em ambientes naturais e culturais da região. Para dimensão territorial estudaram-se as variáveis para o ecoturismo, destinos mais freqüentes, áreas mais adequadas. Por fim, a dimensão política interna (municipal) tratou das questões de infra-estrutura do município, influências do poder público no desenvolvimento do ecoturismo, envolvimento da empresa em associações ou debates locais.

Portanto, das três agências analisadas nos estudos de caso, todas possuem pelo menos uma das dimensões considerada insatisfatória. Isto é o suficiente para considerar o ecoturismo oferecido por tais empresas, insustentável, mesmo porque, ao se considerar sustentável aquelas que obtiveram, na maioria de suas variáveis, a condição de atendimento insatisfatório, como sustentável, estará se abrindo margem para que seus reflexos afetem negativamente outras dimensões, também tornando seu atendimento, insatisfatório dentro de algum tempo. O objetivo é considerar sustentável o ecoturismo da empresa que obteve a condição de atendimento satisfatório em todas as dimensões. Assim, é importante conhecer a inter-relação entre cada variável qualitativa, pois, o atendimento insatisfatório de uma, tende a comprometer o atendimento de outras variáveis, sejam elas componentes de uma mesma dimensão ou variáveis que compõem outras dimensões que se relacionam. Para demonstrar a inter-relação entre as diversas variáveis qualitativas aqui estudadas, elaborou-se um quadro onde cada dimensão é identificada com uma determinada cor. Com isso, a identificação da variável qualitativa inter-relacionada a outra é feita através da indicação do número da questão a qual se refere. Com base no quadro abaixo pode-se identificar tais relações.

Questão Nº	CORES DE IDENTIFICAÇÃO DAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE PARA O ECOTURISMO → / VARIÁVEIS QUALITATIVAS ↓	ECON.	AMB.	SOCIAL	CULT.	TERRIT.	POL.
	DIMENSÃO ECONÔMICA						
13	Contribuições da empresa para o desenvolvimento econômico através do ecoturismo	14		26, 27, 28	31		37, 38
14	geração de empregos e renda	13		26, 27, 28	30, 31		37, 38
15	Interação da empresa com outros setores da economia	16		26, 28	31		39
16	ênfase dada pela empresa à dimensão econômica	15	19, 20	26, 27, 28	31, 33		37, 39
17	Investimento em marketing	15	19, 20, 21, 22, 23, 24	26, 29	30, 31	35, 36	37, 39
18	atitude (proativa ou reativa) da empresa frente ao mercado	15	24, 25	26, 29	30, 32, 34		39
	DIMENSÃO AMBIENTAL						
19	determinação de princípios ambientais básicos	19	20, 21, 22, 23, 24	26, 27, 28, 29	30, 32, 33	35, 36	37, 39
20	fluxo de ecoturistas (capacidade de carga)	16	19, 21, 22, 24, 25	26, 27, 28, 29	31, 33	35, 36	37, 38, 39
21	orientação ambiental fornecida pela empresa ao ecoturista	16	19, 20, 22, 23, 24, 25	26, 27, 29	33	35, 36	39
22	envolvimento da empresa com a educação ambiental no município	16	19, 20, 21, 23, 24, 25	26, 27, 28, 29	33	35, 36	39
23	Indicação de potenciais para o ecoturismo na região	13, 15, 16	19, 20, 21, 22, 24, 25	26, 27, 28, 29	30, 31, 32, 33	35, 36	39
24	envolvimento da empresa com programas de conservação ou proteção ambiental	18	19, 20, 21, 22, 23, 25	26, 27, 28, 29	33	35, 36	39
25	verificação das atividades com características específicas do ecoturismo, mais praticadas no município	18	19, 20, 21, 22, 23, 24	26, 27, 28, 29	30, 31, 32, 33, 34	35, 36	39
	DIMENSÃO SOCIAL						
26	envolvimento da comunidade na oferta ecoturística	13, 14, 15, 16, 17, 18	19, 20, 21, 22, 23, 24, 25	27, 29	30, 31, 32, 33	35, 36	39
27	reflexos (positivos / negativos) do ecoturismo sobre a sociedade	13, 14, 16	19, 20, 21, 22, 23, 24, 25	26, 28, 29	30, 31, 32, 33, 34	35, 36	39
28	procedimentos adotados pela empresa para a terceirização de serviços voltados ao ecoturismo	13, 14, 15, 16	19, 20, 22, 23, 24, 25	27	30		
29	os procedimentos da empresa quanto a orientação da comunidade local (receptora)	17, 18	19, 20, 21, 22, 23, 24, 25	26, 27	30, 31, 32, 33, 34	35, 36	39
29	existência de um padrão de orientação da comunidade criado entre as empresa que exploram o ecoturismo	17, 18	19, 20, 21, 22, 23, 24, 25	26, 27	30, 31, 32, 33, 34	35, 36	39
	DIMENSÃO CULTURAL						
30	interação da empresa com a cultura local	14, 17, 18	19, 23, 25	26, 27, 28, 29	31, 32, 33, 34		
31	existência de lugares adequados para a oferta de produtos artesanais que valorizem a cultura local	13, 14, 15, 16, 17	20, 23, 25	26, 27, 29	32, 33, 34	35, 36	
32	identificação e a apresentação dos impactos percebidos sobre a cultura local pela empresa	18	19, 23, 25	26, 27, 29	31, 33, 34	35, 36	
33	acompanhamento do comportamento do ecoturista frente aos ambientes culturais e naturais	16	19, 20, 21, 22, 23, 24, 25	26, 27, 29	30, 31, 32, 34	35, 36	

Questão Nº	CORES DE IDENTIFICAÇÃO DAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE PARA O ECOTURISMO →	ECON.	AMB.	SOCIAL	CULT.	TERRIT.	POL.
34	posição da empresa quanto aos principais responsáveis na valorização da cultura local	18	25	27, 29	30, 31, 32, 33		
	DIMENSÃO TERRITORIAL						
35	principais destinos (locais) usados para o ecoturismo no município	17	19, 20, 21, 22, 23, 24, 25	26, 27, 29	31, 32, 33	36	
36	indicação de áreas adequadas às práticas do ecoturismo na região estudada	17	19, 20, 21, 22, 23, 24, 25	26, 27, 29	31, 32, 33	35	37, 39
	DIMENSÃO POLÍTICA MUNICIPAL						
37	principais problemas de infra-estrutura que impedem o desenvolvimento do ecoturismo na região	13, 14, 16, 17	19, 20			36	38, 39
38	principais influências (positivas / negativas) das ações do poder público sobre o desenvolvimento do ecoturismo	13, 14	20				37, 39
39	envolvimento da empresa em associações, debates e eventos direcionados ao desenvolvimento do ecoturismo no município	15, 16, 17, 18	19, 20, 21, 22, 23, 24, 25	26, 27, 29		36	37, 38

QUADRO 9 – Identificação das inter-relações entre variáveis qualitativas de cada dimensão da sustentabilidade para o ecoturismo.

Fonte: o autor.

Conforme apresentado no quadro 9, por exemplo, a variável que compõe a dimensão econômica indicada pelo número 13 nas questões do roteiro de entrevista (ver apêndice A), que analisa as “contribuições da empresa para o desenvolvimento econômico através do ecoturismo”, está inter-relaciona com as variáveis nº 26, 27 e 28 da dimensão social, com variável nº 31 da dimensão cultural e com as variáveis nº 37 e 38 da dimensão política municipal (interna). As áreas mantidas em branco significam que não há inter-relação da variável analisada com variáveis de certa dimensão. Portanto, desta forma é possível analisar os impactos de uma variável sobre as outras, seus efeitos e suas tendências sobre o atendimento das demais dimensões da sustentabilidade envolvidas no ecoturismo de determinada região.

5 CONCLUSÕES

Diante dos resultados de insustentabilidade do ecoturismo oferecido pelas agências turísticas do Município de Joinville / SC, conclui-se que os reflexos do capitalismo sobre este segmento turístico são intensos e que os impactos negativos gerados, nem sempre são sentidos na dimensão econômica, mas, em outras dimensões menos atendidas. Além disso, a falta de interação entre as agências contribui para seu próprio enfraquecimento e para desvio dos objetivos comuns. O pouco conhecimento dos princípios da sustentabilidade e da Agenda 21 Municipal mostra o desinteresse das agências em conquistar seu espaço junto a sociedade e ao poder público municipal.

A pesquisa mostrou que as agências ecoturísticas têm consciência de suas ações no ambiente natural e de suas obrigações junto a sociedade, porém, ela também mostra, a falta de iniciativa e mobilização desta agências, necessárias para o alcance do desenvolvimento regional sustentável. Das dimensões consideradas frágeis (insatisfatória) para a sustentabilidade do ecoturismo, todas podem ser atendidas de forma satisfatória pelas empresas pesquisadas e então alcançar a condição de sustentabilidade. Uma destas frágeis dimensões é a cultural, talvez a que deva receber uma atenção maior, num primeiro momento, tendo em vista a grande dificuldade de recuperação das características e valores culturais perdidos.

Com a maior interação entre os envolvidos com o ecoturismo e conseqüentemente um fluxo maior de informação, as agências poderão incentivar e valorizar ainda mais a cultura local, através de passeios, atividades e festividades promovidas pelo trabalho conjunto entre agências, comunidade local e poder público (prefeitura municipal). Isto aquece a economia, valoriza a cultura local e contribui no atendimento da dimensão social. Em relação a dimensão social, há uma tendência de atendimento insatisfatório desta dimensão, pela falta de envolvimento das empresas com a sociedade. A participação mais intensa das agências e operadoras na educação ambiental, através de palestras, treinamentos ou mesmo sob a forma de ecoturismo (atividades de educação ar livre), além de serviços gratuitos às

entidades carentes do município estimulam o contato de crianças e jovens com a fauna e a flora da região, pode contribuir muito para a conscientização ambiental e cultural no município e região.

Finalmente, com a maior interação entre as agências sua influência junto ao poder público torna-se maior, facilitando o acesso a recursos e estruturas adequadas para as práticas ecoturísticas no município. Ao mesmo tempo, as empresas podem ter uma participação mais ativa na proposta de leis e normas municipais, que atendam suas necessidades. A apresentação dos pontos fracos do município, ao poder público, tende a ser de grande valia para o desenvolvimento do ecoturismo. As empresas devem mostrar ao poder público, o que o município pode ganhar com uma adequada estrutura para o ecoturismo, e não simplesmente esperarem que o governo adivinhe suas necessidades.

Com estes procedimentos o ecoturismo tem grandes chances a alcançar a sustentabilidade, pois todas as dimensões seriam atendidas de forma satisfatória. É importante salientar também, que as dimensões atendidas satisfatoriamente hoje, podem se ter seu atendimento afetado pelo não atendimento de outras dimensões. Para as dimensões, o satisfatório atendimento de suas variáveis qualitativas, tende a gerar reflexos positivos em outras variáveis e conseqüentemente em outras dimensões.

6 RECOMENDAÇÕES

Diante deste estudo de multi-casos realizado junto às agências ecoturísticas do município de Joinville, para analisar a sustentabilidade do ecoturismo e das conclusões de insustentabilidade, dada a fragilidade em algumas dimensões estudadas no aspecto organizacional, são recomendadas outras pesquisas científicas que englobem tanto as organizações envolvidas com o ecoturismo, como as empresas de transporte, lojas de artigos esportivos, organizações não-governamentais, como também instituições governamentais, a fim de aprofundar e proporcionar uma maior precisão nos estudos da sustentabilidade.

No contexto organizacional, recomenda-se o planejamento de alternativas que visem atender as dimensões consideradas insatisfatórias, para que desta forma alcancem a desejada sustentabilidade do ecoturismo, conforme determina o próprio conceito desta modalidade do turismo sustentável.

6.1 Limitações da Pesquisa

Os estudos científicos em ciências sociais constantemente se deparam com a complexidade e profundidade na investigação, exigindo do pesquisador um amplo conhecimento das variáveis a serem estudadas. No que se refere aos estudos da sustentabilidade, a dificuldade é ainda maior, pois, além conhecer as variáveis envolvidas (dimensões) é necessário também compreender a inter-relação existente entre tais variáveis.

Por mais conhecimento que o pesquisador tenha sobre determinado tema, nas ciências sociais sempre haverá uma subjetividade (abertura) diante dos fatos, pois, a inter-relação, muitas vezes, não pode ser conhecida em sua totalidade, limitando a pesquisa. É inevitável, a inferência ou pressuposições no estudo da

sustentabilidade que, embora baseadas no conhecimento e no esforço reflexivo do pesquisador, conduzam a constatações passíveis de reavaliação ou inclusão de outros aspectos que uma pesquisa e um pesquisador apenas, não são capazes de aprender na sua total amplitude e profundidade. Assim, as dimensões da sustentabilidade presentes no ecoturismo foram estudadas e relacionadas entre si, mas, a visualização do todo, limitou-se às dimensões diretamente envolvidas com o ecoturismo, apesar de que a delimitação da pesquisa sobre sustentabilidade, direcionada ao ecoturismo, possibilitou um maior conhecimento do contexto desta atividade no município estudado. A variável, tempo, também contribuiu para a limitação deste trabalho, pois, a complexidade do estudo exige do pesquisador, maior tempo de análise e conclusões.

Outra limitação da pesquisa está relacionada às pessoas entrevistas, onde somente os sócios proprietários das agências turísticas foram entrevistados, não havendo entrevista junto aos funcionários ou clientes e poder público do município. Além disso, não foram feitas observações das atividades ecoturísticas na prática das agências para cruzamento com o discurso dos entrevistados. Portanto, frente a estas limitações, não é o objetivo generalizar os resultados da pesquisa, apesar de resultados semelhantes entre as empresas estudadas.

6.2 Sugestões para futuras pesquisas

O intrigante estudo da sustentabilidade e de suas especificações direcionadas às organizações, possibilitam pesquisas referente aos mais variados assuntos em ciências sociais. O direcionamento das pesquisas da sustentabilidade para um setor da economia facilita muito, as análises sobre um tema tão importante e complexo. Pesquisas sobre a sustentabilidade nos setores da agricultura, dos transportes, da energia, da indústria em geral, do turismo, enfim nas organizações públicas e privadas, são de grande importância na formação de uma consciência para as questões da sustentabilidade e para administração empresarial mais responsável, eficiente e eficaz. Estudos sobre os planejamentos e estratégias empresariais e seus compromissos com a sustentabilidade, sugerem pesquisas qualitativas bastante relevantes para a ciência, para a sociedade e para o meio ambiente.

Além disso, quanto ao objeto desta pesquisa, pode-se buscar maior conhecimento da atividade ecoturística e de sua sustentabilidade, através de estudos realizados junto aos clientes, funcionários ou poder público do município para obtenção de conclusões mais apuradas. O estudo das variáveis que compõem as dimensões da sustentabilidade e os efeitos da inter-relação existente, também pode gerar resultados científicos valiosos.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21. **Agendas 21 locais**: processos em andamento. 2004. Disponível em: <http://www.profcupido.hpg.ig.com.br/agenda_21.htm>. Acesso em: 01 nov. 2004.

AGOSTINHO, Márcia E. **Complexidade e organizações**: em busca da gestão autônoma. São Paulo: Atlas, 2003.

ALBERTON, Anete. **Meio ambiente e desempenho econômico financeiro**: o impacto da ISO 14001 nas empresas brasileiras. 2003. 307 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis/SC, 2003.

ALMEIDA, Fernando. O mundo dos negócios e o meio ambiente no século 21. In: TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 123-141.

ALMEIDA, Jalcione. **A problemática do desenvolvimento sustentável**. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, vol. 1, n. 2, dez., p. 09 – 16, 1996.

BARBETTA, Pedro A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 5. ed. Florianópolis: 2003.

BELLEN, Hans M. V. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2002. 235 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis/SC, 2002.

BENI, Mário C. **Sistema de turismo**: Construção de um modelo teórico-referencial para a aplicação da pesquisa em turismo. Tese de doutorado. São Paulo: ECA/USP, 1987.

BLACK, Thomas R. **Doing qualitative research in the social sciences**: an integrated approach to research design, measurement and statistic. London: Sage Publications, 1999.

BOEIRA, Sérgio L.; MIGUEL, Andreza (bolsista). **Concepções de Cidade**: uma contribuição à pesquisa bibliográfica sobre planejamento e desenvolvimento urbanos, com ênfase na região metropolitana de Florianópolis. Biguaçu: Relatório Final, art. 170, 2004.

BUCKLEY, R. **A framework for ecotourism**. In: Annals of Tourism Research, ano 21, n. 3, Aberdeen, Elsevier Science, 1994.

CÂMARA, Ibsen de G. Ciência e Tecnologia: problema ou solução. In: TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 159-169.

CAPRA, Fritjof. Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21. In: TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 19-33.

CARVALHO, H. M. Padrões de sustentabilidade: uma medida para o desenvolvimento sustentável. In: **Desenvolvimento sustentável e padrões de sustentabilidade**: Programa de desenvolvimento agroambiental do Estado do Mato Grosso. Curitiba, 1993.

CAVALCANTI, Clóvis. Desenvolvimento e respeito à natureza: uma introdução a termodinâmica à economia da sustentabilidade. In: FERREIRA, Leila da C.; VIOLA, Eduardo (Orgs.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Capinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996. Cap. XII.

CERATO, Sonia. **A ciência conscienciologia e as ciências convencionais**. Rio de Janeiro: Instituto Internacional de Projeciologia e Conscienciologia, 1998.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Elservier, 2003.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CONFERÊNCIA SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992. **Agenda 21**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/se/agen21>. Acesso em: 02 outubro 2004.

COSTANZA, Robert. Economia ecológica: uma agenda de pesquisa. In: MAY, Peter e MOTTA, Ronaldo S. **Valorando a natureza**: análise econômica para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Campus, 1994, p. 111-144.

DALY, Herman E. **A economia ecológica e o desenvolvimento sustentável**. Textos para debate, nº 34, Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991.

DENCKER, Ada de F. M. **Métodos e técnica de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DORNBUSCH, Rudiger; FISHER, Stanley. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991.

DRUCKER, Peter F. **O melhor de Peter Drucker**: administração. São Paulo: Nobel, 2002.

EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Coordenação de Sílvio Magalhães Barros II e Denise Gamú M. de La Penha. Brasília: Embratur, 1994.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FERREIRA, Elaine; COELHO, Christianne. **As empresas e o desenvolvimento sustentável**. Alcance (administração), Itajaí, ano VII, n. 1, jun. 2000, p. 49-54.

FERREIRA, Leila da C.; VIOLA, Eduardo. Introdução. In: FERREIRA, Leila da C.; VIOLA, Eduardo (Orgs). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

FURLAN, Sueli Â. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In RODRIGUES, Adyr B. (Org.). **Ecoturismo no Brasil possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.

GOLDEMBERG, José. O caminho até Joanesburgo. In: TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 171-181.

GONÇALVES, Mônica L. et al. **Caminhos e trilhas**: Joinville – São Francisco do Sul – Garuva – Itapoá – Campo Alegre. Joinville: Letradágua, 2004.

GORENDER, Jacob. **Globalização, tecnologia e relações de trabalho.** Estudos Avançados, 1997.

GREMAUD, Amaury P.; BRAGA, Márcio B.; VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; TONETO JR., Rudinei. Macroeconomia básica: agregados macroeconômicos. In: LOPES, Luiz M.; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. (Orgs.) **Manual de Macroeconomia**: básico e intermediário. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

HEALY, R. G. **Economic considerations in nature-oriented tourism the case of tropical forest tourism**. Carolina do Norte: SCFER-USA North Carolina State University, documento n. 3, 1988.

HEIBRONER, Robert. **A história do pensamento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

IANNI, Octavio. Globalização e diversidade. In: FERREIRA, Leila da C.; VIOLA, Eduardo (Orgs). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

IEB - Instituto de Ecoturismo do Brasil. Folheto de divulgação, 1996.

INSTITUTO ECOBRASIL. **Declaração de ecoturismo de Quebec**. [S.l], 2002. Disponível em: <http://www.ecobrasil.org.br/pagina.asp?pagina_id=39&lng=p>. Acesso em: 02 outubro 2004.

JOINVILLE. Agenda 21 Municipal. Compromisso com o futuro. 2. ed. Joinville: 1998.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

LEMOS, Leandro de. **Turismo: Que negócio é esse?** : uma análise da economia do turismo. 3. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001.

LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo:** um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999.

MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de economia política**: e considerações sobre sua aplicação prática; ensaio sobre a população. Traduções de Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury. São Paulo: Abril Cutural, 1983.

MAXIMIANO, Antonio. C. A. **Teoria geral da administração**: da revolução humana à revolução digital. São Paulo: Atlas, 4 ed., 2004.

MEADOWS, Dennis L. **Os limites do crescimento**. São Paulo: perspectiva, 2 ed., 1978.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 brasileira**: ações prioritárias / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **O que é Agenda 21?**. <http://www.mma.gov.br/?id_estrutura=18&id_conteudo=908>. Acesso em: 01 novembro 2004.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável:** meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

MOREIRA, Jasmine C. **Ecoturismo e interpretação ambiental**: uma contribuição ao plano de manejo do Parque Estadual de Vila Velha, Ponta Grossa. 2002. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) - Pós-Graduação em turismo e Hotelaria, UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú/SC, 2002.

MOUSINHO, Patrícia. Glossário. In: TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 334 - 367.

MOUSINHO, Patrícia; BUENO, Cecília; CHEVALIER, Vera. **Ecoturismo como um instrumento para conservação dos parques urbanos**: o caso da área de proteção ambiental de Marapendi, Rio de Janeiro. Saúde, Sexo e Educação, v. 6, n. 13, p. 58 – 65, jan/jun, 1998.

NOVAES, W. Agenda 21: um novo modelo de civilização. In: TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 323-331.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de O. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 2001.

PIRES, Paulo S. **O que é ecoturismo?** Em busca de uma resposta pela via da abordagem conceitual. Turismo: visão e ação, Itajaí, v. 3, n. 6, p. 119 – 128, abr./set. 2000.

PIRES, Paulo S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

PRADO, Alexandre C. A.. **Impactos do ecoturismo no Parque Estadual da Serra do Mar Núcleo Cubatão**. 2001. Dissertação (Mestrado em Turismo), Curso de Turismo, Lazer - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

PROGRAMA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DO WWF – BRASIL. **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Sylvia Mitraud (Org.). Brasília: WWF Brasil, 2003.

PROMOTUR. **Inventário turístico do Município de Joinville**. Joinville: 2003. Disponível em: <http://www.promotur.com.br>. Acesso em: 01 novembro 2004.

RIBEIRO, A. L. **Teorias da administração**. São Paulo: Saraiva, 2003.

RODRIGUES, Adyr B. **Ecoturismo no Brasil possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.

RUSCHMANN. Doris van M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997.

RUSCHMANN. Doris van M. **A experiência do turismo ecológico no Brasil**: um novo nicho de mercado ou um esforço para atingir a sustentabilidade. Turismo: visão e ação, Itajaí, n. 5, p. 81 – 90, out./1999 mar. 2000.

RUSSO, Célia R. **Meio ambiente e as unidades de conservação**: o material de trabalho para o ecoturismo. Editora UniABC, vol. 3, n. 15, ago. 2001, p. 09 –18.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986a.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986b.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SAMPAIO, Carlos A. C. **Gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável**: uma metodologia alternativa para o planejamento turístico sustentável. Turismo: visão e ação, Itajaí, v. 3, n 6, p. 97 – 115, abr./set. 2000.

SAMPAIO, Carlos A. C. **Planejamento para o desenvolvimento sustentável**: um estudo de caso comparativo de município. Florianópolis: Bernúncia, 2002.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia**. 7. ed. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SCURO NETO, Pedro. **Sociologia ativa e dialética**: um convite ao estudo da ciência do mundo moderno. São Paulo: Saraiva, 2004.

SEABRA, Giovanni F. **Ecos do Turismo**: o turismo ecológico em áreas protegidas. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável**: turismo cultural, ecoturismo e ética. (tradução Saulo Krieger). São Paulo: Aleph, 2000.

TAVARES, Martus. **O financiamento para o desenvolvimento sustentável**. Discurso do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares na reunião regional preparatória para a cúpula mundial de desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, RJ, 21 de outubro 2001.

TIETENBERG, Thomas H. Administrando a transição para um desenvolvimento sustentável: o papel dos incentivos econômicos. In: MAY, Peter e MOTTA, Ronaldo S. **Valorando a natureza**: análise econômica para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Campus, 1994, p. 93 - 108.

TIMONI, José L. Unidades de conservação nos estados brasileiros. In: TORNISIELO, Sâmia Tauk (Org.) **Análise ambiental**: estratégias e ações. São Paulo: Fundação Salim Farah Maluf., T. Queiroz, 1995, p. 187-188.

TOMASI, Daniel L. **Sistema de avaliação e acompanhamento turístico dos municípios engajados no PNMT, através de indicadores sociais, econômicos, infra-estruturais e ambientais**. Turismo: visão e ação, Itajaí, ano 2, n. 5, p. 55 – 70, out-1999/mar-2000.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VARGAS, Paulo Rogério P. **Desenvolvimento sustentável**: em busca de um novo paradigma. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, vol. 1, n. 2, dez. p. 95 –114, 1996.

WEARING, Stephen; NEIL, John. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri, SP: Manole, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista

QUESTIONÁRIO 01 DATA:_____/_____/_____.

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA EMPRESA

NOME DA EMPRESA: _____
RAMO DE ATIVIDADE: _____

OBJETO SOCIAL: Consta no objeto social da agência de turismo, a prestação de serviços de turismo ecológico (ou ecoturismo), isto é, a agência de turismo oferece a modalidade de ecoturismo em Joinville?
Sim ( ) Não ( )

ANO DE FUNDAÇÃO: _____
(identifica, em anos, a idade da organização)

NOME DO ADMINISTRADOR: _____
(identifica o administrador da organização)

NOME DO FUNDADOR: _____
(identifica o fundador da organização)

NÚMERO DE EMPREGADOS: _____
(identifica parâmetro de tamanho para a organização)

ÁREA CONSTRUIDA UTILIZADA: _____
(identifica parâmetro de tamanho para a organização)

A EMPRESA, DENTRO DE SEU SEGMENTO, PODE SER CONSIDERADA, COM BASE NO FATURAMENTO:
( ) Micro empresa
( ) pequena empresa
( ) média empresa
( ) grande empresa
(identifica parâmetro de tamanho para a organização sob a ótica do entrevistado)

NOME DO ENTREVISTADO: _____
(identifica o entrevistado)

FUNÇÃO DO ENTREVISTADO: _____
(identifica função do entrevistado dentro da organização)

TEMPO DE EXPERIÊNCIA NO NEGÓCIO: _____
(identifica o tempo de experiência do entrevistado no negócio)

GRAU DE ESCOLARIDADE DO ENTREVISTADO: _____
FORMAÇÃO:_____
(identifica a escolaridade do entrevistado)

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO

QUESTÕES GERAIS

Objetivo: analisar o conhecimento geral dos conceitos e princípios da sustentabilidade e responsabilidade social.

O objetivo da entrevista é receber informações relacionadas às ações da organização no contexto das atividades do ecoturismo.

1. Qual a missão (o motivo da existência da organização), a visão (onde a organização quer chegar) e os valores (no que a organização acredita)?

2. O que é responsabilidade social? A empresa possui algum programa? Qual?

3. O que a organização entende por desenvolvimento sustentável?

4. O que a organização entende por ecoturismo? Ele pode ser sustentável?

5. Quais dimensões estão envolvidas na modalidade ecoturística?
econômica, social, ambiental, ecológica, cultural, espacial (ou territorial), tecnológica, políticas internas, políticas externas, outras_____.
(Obs.: houve o devido nivelamento dos entrevistados para a obtenção das respostas).

6. Quais os potenciais e as limitações para ecoturismo na região norte de Santa Catarina?

7. A agência segue algum(ns) princípio(s) básico(s) para a prática do ecoturismo ou se baseia em algum modelo já existente? Qual(is)?

8. Qual o perfil do ecoturista ?
Faixa etária; Sexo; Estado civil; Renda; Origem; Escolaridade; Profissão; Meios de hospedagem; Meios de transporte; Indução das viagens.

9. Variáveis motivacionais (selecionar 3 variáveis e enumerar em ordem de importância – 1º , 2º e 3º mais importante)
( ) ócio, recreação e férias – ( ) visitas a parentes e amigos – ( ) Negócios e motivação profissional – ( ) hospitalidade do povo – ( ) segurança – ( ) clima – ( ) comidas típicas – ( ) cultura primitiva – ( ) praias – ( ) localização – ( ) ar puro – ( ) conhecer novos lugares – ( ) Belas paisagens – ( ) Qualidade de vida – ( ) Esporte – ( ) Formação acadêmica – ( ) Educação ambiental – ( ) Pesquisa.

10. A organização conhece a agenda 21 Municipal de Joinville? Se positivo, segue suas orientações?

11. Como a organização oferece o ecoturismo no município? Destaque os pontos fortes e fracos percebidos na atividade ecoturística.

12. Qual a percepção da organização em relação ao planejamento do ecoturismo? Existe preocupação com o desenvolvimento sustentável?

QUESTÕES ESPECÍFICAS - Dimensões da sustentabilidade e ecoturismo
Dimensões compostas pelas variáveis qualitativas definidas na fundamentação e direcionadas ao ecoturismo.
Objetivo: analisar os programas ecoturísticos segundo cada dimensão da sustentabilidade.

DIMENSÃO ECONÔMICA

13. Qual ou quais as contribuições da organização para o desenvolvimento econômico através do ecoturismo no município?

14. Quantos funcionários desta empresa atuam no ecoturismo em Joinville e como praticam a modalidade? (guias, instrutores, administrativos...) Qual a relação entre ecoturismo e a geração de empregos? Por quê? Ele realmente gera empregos para município ou região?

15. Como o ecoturismo interage com outros setores da economia?

16. Destaque em ordem de importância, qual a dimensão de maior prioridade para a organização - econômico, social, cultural, ecológico, ambiental, político (interno e externo), territorial ? Justifique.

17. A organização investe em marketing para o ecoturismo do município ou da região? Por que?

18. A atitude da organização costuma ser mais reativa ou proativa ao mercado?

DIMENSÃO AMBIENTAL

19. Quais os princípios ambientais básicos atendidos pela organização na prática do ecoturismo? Qual a origem de tais princípios?

20. Qual a posição da organização quanto ao fluxo de ecoturistas e quanto a orientação das atividades no ambiente natural?

21. O que a organização pensa sobre a educação ambiental? Como a organização participa na educação ambiental da população local, dos ecoturistas e dos funcionários em geral?

22. De quem deve ser responsabilidade pela educação ambiental e a formação ética no município quanto as atividades em ambientes naturais?

23. Quais são os principais recursos naturais potenciais para o ecoturismo na região de Joinville? A organização fez um estudo sobre isso?

24. Com é possível conservá-los/protegê-los? A organização possui algum programa de conservação/proteção de alguma área natural? Qual? A comunidade conhece?

25. Das várias "atividades ecoturísticas", quais são as três mais praticadas em Joinville e principalmente na região destacada acima? Que equipamento é o mais utilizado nas práticas ecoturísticas? ( ) esportivo e de aventura, ( ) recreativo e lúdico ( ) educativo e interpretativo, ( ) enfoques especiais – esoterismo, misticismo, histórico

DIMENSÃO SOCIAL:

26. Qual o papel da comunidade local nas atividades ecoturísticas oferecidas pela agência?

27. Como a organização avalia os reflexos do ecoturismo sobre o bem estar da sociedade?

28. Ao terceirizar os serviços de ecoturismo que parâmetros a organização utiliza para a contratação e escolha dos operadores? Estes operadores são do município?

29. A organização orienta a população local sobre seus procedimentos e cuidados com o meio ambiente e como eles devem proceder? Existe um padrão entre outras agências?

DIMENSÃO CULTURAL

30. Como a organização interage com a comunidade local e sua cultura, através do ecoturismo?

31. Existem locais próprios para os habitantes locais oferecerem seus produtos aos ecoturistas? Se, positivo, onde se localizam estes locais? Se negativo, por quê?

32. A organização faz observações junto a comunidade local para identificar impactos e reflexos positivos e/ou negativos sobre a sua cultura? Se, afirmativo, como? Se negativo, por quê?

33. Como os ecoturistas tem se comportado frente a necessidade de conservação ambiental? Há uma consciência e procedimentos éticos dos praticantes ?
(Obs.: objetivo analisar a percepção da empresa frente ao comportamento e a mudança cultural dos ecoturistas ao visitarem os ambientes naturais e outras culturas. Forte ligação com a dimensão ambiental).

34. De quem é a obrigação de valorizar a comunidade local?

DIMENSÃO TERRITORIAL

35. Os três destinos mais usados para o ecoturismo em Joinville ou região são em ordem de importância – 1º, 2º, 3º mais importante:
(dimensão territorial/ecológica)

( ) Quiriri ( )Castelo dos bugres ( ) Outra _____.
( ) Piraí ( ) Monte Crista em Garuva
( ) Morro da tromba ( ) Estrada Bonita

36. Ou qual a área mais adequada para a prática do ecoturismo em Joinville?

DIMENSÃO POLÍTICA INTERNA (REGIONAL)

37. Na sua opinião, quais os principais problemas de infra-estrutura do Município de Joinville que impedem o desenvolvimento do ecoturismo? (estradas asfaltadas, segurança, transportes, placas, controle e orientação ambiental...).

38. Fale sobre as influências (positivas ou negativas) do poder público (municipal, estadual e federal) no desenvolvimento ecoturístico no município?

39. A agência faz parte de alguma associação (ou conselhos) que discute, auxilia, define normas e fiscaliza suas atividades ecoturísticas?

40. Indique outras organizações que oferecem o ecoturismo no município de Joinville/SC, para contribuição a esta pesquisa.

41. Sugestões, observações do entrevistado.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo